



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**Mestrado Profissional em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste – MGP**

**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)
NO ÂMBITO DA UFPE - *Campus* Vitória de Santo Antão**

Joicy Barbalho Pires Penha

Recife

2015

Joicy Barbalho Pires Penha

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES)
NO ÂMBITO DA UFPE – *Campus* Vitória de Santo Antão

**Dissertação submetida ao Mestrado
Profissional em Gestão Pública para o
Desenvolvimento do Nordeste da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito parcial para obtenção do
título de mestre.**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cátia
Wanderley Lubambo**

Recife

2015

Dissertação de Mestrado apresentada por **Joicy Barbalho Pires Penha** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: **“AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NO ÂMBITO DA UFPE: *CAMPUS* VITÓRIA DE SANTO ANTÃO”** orientada pela Professora Cátia Wanderley Lubambo e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Cátia Wanderley Lubambo

Presidente

José Raimundo Vergolino

Examinador Interno

Wilson Fusco

Examinador Externo

Recife, 29 de janeiro de 2015.

Prof.^a Dr.^a Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura

Coordenadora

**À minha filha Beatriz Barbalho Pires
Penha, felicidade de todos os meus dias,
amor de outras vidas, razão dos meus
melhores objetivos.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sua presença constante em minha vida, dando-me a confiança e condições necessárias para seguir em frente.

Aos meus pais, pelo amor e torcida. Em especial a minha mãe por sempre acreditar que era possível, mesmo quando me parecia inalcançável. Ao meu marido, pelo incentivo constante à busca pelo aperfeiçoamento em todos os níveis da minha vida. À minha filha, pelo amor que me fortalece. A todos familiares, irmão e amigos pelo apoio e incentivo sempre presentes.

À Florisbela Campos e Giane da Paz, pelo incentivo e apoio em todas as etapas do mestrado. À Cíntia Dornelas, pela colaboração na coleta de dados. Aos colegas de trabalho, pela compreensão e suporte nos momentos de ausência.

À Professora Cátia Lubambo, por desvendar e trilhar comigo os caminhos dessa pesquisa.

Aos Professores José Raimundo Vergolino e Wilson Fusco pelas relevantes considerações dadas para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Carlos Renato dos Santos por toda colaboração nas análises estatísticas.

A todos os professores do MGP e colegas da turma XII pelo compartilhamento do conhecimento.

RESUMO

Este trabalho aborda o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES cujas ações visam garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. O objetivo da pesquisa foi verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do Programa na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob a ótica do beneficiário do Centro Acadêmico de Vitória (CAV) e da gestão do Programa no CAV e na UFPE. Foram verificados os mecanismos de acompanhamento e avaliação previstos e utilizados pela Universidade para o PNAES, considerando como público-alvo os atores institucionais e os beneficiários do Programa. Buscamos ainda identificar os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação do PNAES previstos e utilizados pela UFPE, além de propor sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o CAV / UFPE com criação e ajuste de indicadores. A pesquisa foi realizada em 5 fases, a saber: Análise da cobertura do PNAES em nível nacional, regional e local; Dimensionamento e caracterização do público beneficiado pelo PNAES no CAV; Identificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação previstos para o PNAES no âmbito da UFPE com foco no CAV; Identificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação previstos para os programas de natureza similar; Propostas / sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o CAV / UFPE. A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de questionários para uma amostra representativa com 263 alunos beneficiários (equivalente a 32,71% do total de alunos beneficiários no CAV) e entrevistas com os atores institucionais. Os resultados foram analisados de forma descritiva e inferencial. O trabalho não buscou a análise do impacto ou efetividade do Programa, e sim, a descoberta de aspectos analíticos importantes que podem sugerir um monitoramento e uma avaliação mais efetiva na perspectiva de aprimoramento da política pública.

Palavras-Chave: Democratização do Ensino Superior no Brasil; Assistência Estudantil; Programas e Políticas Públicas; Avaliação e Monitoramento.

ABSTRACT

This work paper addresses the National Program of Student Assistance – PNAES whose actions are intended to ensure the permanence of low-income students registered in undergraduate courses from Federal Institutions of college education – IFES. The objective of the research was to investigate how the program's objectives at the Federal University of Pernambuco (UFPE) has been attend from the perspective of the recipient from Academic Centre of Victoria (CAV) and program management in the CAV and at university. Monitoring methods and evaluation used by the University for the PNAES were verified, considering managers and beneficiaries of the program as target public. We also seek identify indicators ,the monitoring process and evaluation of PNAES provided and used by UFPE. Besides proposing suggestions of monitoring mechanism and evaluation of PNAES to CAV / UFPE with setting indicators creation. The survey was conducted in five phases: PNAES coverage analysis at the national, regional and local level; dimensioning, characterization of Public benefited by PNAES on CAV; Identification of monitoring mechanisms and evaluation requirements for PNAES under the UFPE focusing on CAV; Identification of monitoring mechanisms and evaluation provided by similar programs; Proposals / suggestions of monitoring mechanisms and evaluation of PNAES for CAV / UFPE. The field research was taken through questionnaires to a representative sample with 263 beneficiaries students (equivalent to 32.71% of total students benefited in CAV) and interviews with managers. The results were analyzed to a descriptive and inferential form. This work paper did not seek to analyze the impact or program effectiveness, but the discovery of important analytical aspects that may suggest a more effective monitoring and evaluation perspective in the improvement of public policy.

Keywords: Democratization of higher education in Brazil; Student assistance; Programs and Public Policy; Evaluation and Monitoring.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|------------|
| Quadro 1 – Síntese metodológica da pesquisa para cada objetivo específico..... | 62 |
| Quadro 2 - Sugestões de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação do PNAES pela UFPE..... | 138 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|---------------------|---|------------|
| Gráfico 1 – | Distribuição de recursos PNAES em nível nacional por ano (2012 a 2014) | 24 |
| Gráfico 2 - | Número de benefícios PNAES distribuídos em nível nacional nas instituições federais de ensino superior (2008 a 2012) | 27 |
| Gráfico 3 - | Distribuição do total acumulado de benefícios por ação do PNAES em nível nacional nas instituições federais de ensino superior (2008 a 2011)..... | 28 |
| Gráfico 4 – | Distribuição percentual do número de alunos do CAV por municípios em que residem diferentes do da localização do <i>campus</i> (2011)..... | 69 |
| Gráfico 5 - | Total de recursos PNAES gastos no CAV, por curso (2013.2)..... | 76 |
| Gráfico 6 - | Total de recursos PNAES destinados aos alunos do CAV por curso e por auxílio (2013.2)..... | 77 |
| Gráfico 7 - | Distribuição percentual do número de auxílios PNAES <i>per capita</i> dos estudantes do CAV. (2013.2)..... | 77 |
| Gráfico 8 – | Distribuição dos alunos beneficiados por 4 auxílios PNAES concomitantes por curso no CAV (2013.2)..... | 78 |
| Gráfico 9 – | Estado civil dos estudantes do CAV por curso (2011)..... | 82 |
| Gráfico 10 - | Composição familiar (número de filhos) amostral dos estudantes do CAV por curso (2011)..... | 82 |
| Gráfico 11 - | Comparativo entre o universo total de beneficiários do CAV e beneficiários da amostra estudada por curso (2014) | 104 |
| Gráfico 12 - | Comparativo da distribuição dos beneficiários da amostra da pesquisa por faixa de renda familiar com a distribuição geral por faixa de renda familiar dos alunos do Centro Acadêmico de Vitória (2014)..... | 106 |
| Gráfico 13 - | Distribuição de renda <i>per capita</i> dos beneficiários PNAES do Centro Acadêmico de Vitória (2014)..... | 109 |
| Gráfico 14 - | Resultado do teste não paramétrico de Kruskal Wallis para verificar a existência de diferenças entre a média da renda <i>per capita</i> dos beneficiários PNAES entre os seis cursos do CAV (2014) | 109 |

| | | |
|---------------------|---|------------|
| Gráfico 15 - | Medianas da renda <i>per capita</i> dos beneficiários PNAES do Centro Acadêmico de Vitória nos diferentes cursos do CAV (2014)..... | 110 |
| Gráfico 16 - | Distribuição de beneficiários PNAES do CAV quanto aos níveis de renda estabelecidos pela PROAES por número de auxílios <i>per capita</i> (2014) | 128 |
| Gráfico 17 - | Resultado do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para comparar as diferenças entre as classes de tempo como beneficiários e o número de auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 130 |
| Gráfico 18 - | Diferenças entre as médias do número de benefícios recebidos em relação ao tempo de recebimento dos auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 131 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|---------------------|---|-----------|
| Tabela 1 – | Volume de recursos PNAES distribuídos, quantitativo de alunos beneficiários e custo médio por aluno nas instituições federais de ensino superior no nordeste (2013)..... | 25 |
| Tabela 2 – | Percentual de alunos beneficiários do PNAES em relação ao número médio de alunos matriculados nas universidades federais do nordeste (2013)..... | 26 |
| Tabela 3 – | Progressão do número de vagas, quantidade de cursos e número de alunos matriculados referentes aos cursos presenciais de graduação da UFPE (2006-2010)..... | 35 |
| Tabela 4 – | Valores do Auxílio Transporte para os estudantes beneficiários do PNAES no Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013)..... | 55 |
| Tabela 5 – | Distribuição de alunos por curso do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2)..... | 66 |
| Tabela 6 – | Percentual de beneficiários e benefícios do PNAES por curso do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2)..... | 66 |
| Tabela 7 – | Percentual do número de benefícios PNAES, por tipo, comparados ao total dos auxílios distribuídos por curso no Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2)..... | 67 |
| Tabela 8 – | Distribuição de renda familiar média de amostra de alunos do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2011)..... | 68 |
| Tabela 9 – | Distribuição percentual de alunos do CAV por curso e turno comparados ao seu município de residência divididos em residentes ou não em Vitória de Santo Antão (2011)..... | 69 |
| Tabela 10A – | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)–Enfermagem..... | 72 |
| Tabela 10B– | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)– Licenciatura em Ciências Biológicas..... | 72 |
| Tabela 10C – | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Nutrição | 73 |
| Tabela 10D– | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)– Licenciatura em Educação Física | 74 |

| | | |
|---------------------|--|------------|
| Tabela 10E – | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Bacharelado em Educação Física..... | 74 |
| Tabela 10F – | Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Saúde Coletiva..... | 75 |
| Tabela 11 – | Distribuição percentual dos alunos do CAV por faixa de renda familiar média e por curso (2011)..... | 79 |
| Tabela 12 – | Escolaridade paterna dos alunos do CAV por curso (2011)..... | 80 |
| Tabela 13 – | Distribuição dos alunos do CAV por ramo de atividade do pai (2011)..... | 81 |
| Tabela 14 - | Distribuição dos alunos do CAV por ramo de atividade da mãe (2011) | 81 |
| Tabela 15 - | Níveis e faixa de renda <i>per capita</i> dos alunos beneficiários do PNAES adotados pela UFPE para concessão de número e tipo de auxílios (2014)..... | 103 |
| Tabela 16 - | Distribuição de beneficiários PNAES da amostra do CAV por faixa de renda familiar (2014) | 105 |
| Tabela 17 - | Distribuição de beneficiários PNAES do CAV por faixa de renda familiar em relação ao curso (2014) | 107 |
| Tabela 18 - | Quantidade de auxílios <i>per capita</i> dos beneficiários PNAES do CAV por curso (2014)..... | 111 |
| Tabela 19 - | Remuneração dos beneficiários PNAES do CAV que exercem atividade remunerada (2014) | 112 |
| Tabela 20 - | Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV quanto à sua mobilidade ou deslocamento para universidade (2014) | 113 |
| Tabela 21 - | Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV quanto à mobilidade e faixa de renda familiar (2014) | 114 |
| Tabela 22 - | Mobilidade ou deslocamento dos beneficiários PNAES do CAV em relação à quantidade de benefícios <i>per capita</i> (2014)..... | 115 |
| Tabela 23 - | Gastos com alimentação dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 118 |
| Tabela 24 - | Gastos com transporte dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 118 |
| Tabela 25 - | Gastos com moradia dos beneficiários PNAES do CAV | |

| | | |
|--------------------|---|-----|
| | (2014)..... | 119 |
| Tabela 26 - | Com quem residem os beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 120 |
| Tabela 27 - | Local mais frequente para alimentação dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 121 |
| Tabela 28 - | Meio de Transporte mais utilizado pelos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 121 |
| Tabela 29 - | Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV nos diversos auxílios distribuídos (2014)..... | 123 |
| Tabela 30 - | Distribuição dos tipos de auxílios entre os beneficiários PNAES do CAV por curso (2014)..... | 124 |
| Tabela 31 - | Comparativo da concentração de auxílios PNAES no CAV por curso e total de beneficiários no <i>campus</i> (2014)..... | 125 |
| Tabela 32 - | Comparativo dos auxílios mais difundidos por curso entre a amostra estudada e o total de beneficiários do CAV (2014)..... | 126 |
| Tabela 33 - | Distribuição dos auxílios por faixa de renda familiar dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 127 |
| Tabela 34 - | Ocorrência de reavaliação de documentação entre os beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 129 |
| Tabela 35 - | Tempo de recebimento de auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 129 |
| Tabela 36 - | Auxílio mais importante na opinião dos beneficiários PNAES do CAV (2014) | 132 |
| Tabela 37 - | Auxílio menos importante na opinião dos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 132 |
| Tabela 38 - | Novas ações de assistência estudantil pretendidas pelos beneficiários PNAES do CAV (2014)..... | 133 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------------|--|-----------|
| Figura 1 – | Mapa Rodoviário de Pernambuco – localização de Vitória de Santo Antão..... | 63 |
|-------------------|--|-----------|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|------------------|---|
| ANDIFES | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| BPC | Programa de Bolsa Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| CAV | Centro Acadêmico de Vitória |
| CEU's | Casa dos Estudantes Universitários |
| CGU | Corregedoria Geral da União |
| DAE | Diretoria de Assuntos Estudantis |
| E-MEC | Painel de Controle do Ministério da Educação |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| FIES | Fundo de Financiamento Estudantil |
| FONAPRACE | Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis |
| FUNDAJ | Fundação Joaquim Nabuco |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IES | Instituição de Ensino Superior |
| IFBA | Instituto Federal da Bahia |
| IFES | Instituições Federais de Ensino Superior |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| MEC | Ministério da Educação |
| MGP | Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste |
| NAEPS | Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PLOA | Projeto de Lei Orçamentária Anual |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |
| PNE | Programa Nacional de Educação |

| | |
|------------------|---|
| PROACAD | Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos |
| PROAES | Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis |
| PROGEPE | Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas |
| PROPLAN | Pró-Reitoria de Planejamento |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| REUNI | Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SAD | Sistemas de Apoio à Decisão |
| SAGI | Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| SAM | Sistema de Avaliação e Monitoramento |
| Sesu/ MEC | Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação |
| UAB | Universidade Aberta do Brasil |
| SIG | Sistemas de Informações Gerenciais |
| SIG@ | Sistema de Gerenciamento Acadêmico |
| SPT | Sistemas de Processamento de Transação |
| UFAL | Universidade Federal de Alagoas |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFCG | Universidade Federal de Campina Grande |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRB | Universidade Federal do Recôncavo Baiano |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UFRPE | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNIVASF | Universidade Federal do Vale do São Francisco |

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 19 |
| 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO..... | 24 |
| 2. QUADRO TEÓRICO..... | 28 |
| 2.1 O ESTADO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO | 28 |
| 2.2 EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL | 30 |
| 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCENTIVOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL | 32 |
| 2.4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA | 38 |
| 2.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PÚBLICOS | 40 |
| 2.5.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO APOIO AO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: USO E MANUTENÇÃO..... | 44 |
| 3. O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA GESTÃO NA UFPE | 52 |
| 4. METODOLOGIA | 57 |
| 5. CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DA PESQUISA | 63 |
| 5.1 O CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA (CAV) | 64 |
| 5.2 ENSAIANDO OS DADOS DO PNAES NO CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA: LEVANTAMENTO PRÉVIO DAS INFORMAÇÕES..... | 65 |
| 6. RESULTADOS | 83 |
| 6.1 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: ENTIDADE EXECUTORA E GESTÃO DO PROGRAMA | 83 |
| 6.1.1 RECOMENDAÇÕES DA CGU À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPE | 93 |
| 6.2 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: FOCO NA DEMANDA..... | 104 |
| 6.3 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: RESULTADOS E METAS..... | 123 |
| 6.4 SUGESTÕES QUANTO AOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNAES PARA O CENTRO | |

| | |
|--|------------|
| ACADÊMICO DE VITÓRIA DA UFPE (CRIAÇÃO E AJUSTE DE INDICADORES)..... | 135 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 141 |
| REFERÊNCIAS | |
| APÊNDICE A | |
| APÊNDICE B | |
| APÊNDICE C | |
| APÊNDICE D | |

1. INTRODUÇÃO

Este estudo pretende abordar o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, cujas ações visam garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES desenvolvidas no Centro Acadêmico de Vitória - CAV da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no período compreendido entre o segundo semestre letivo de 2010 e o segundo semestre letivo de 2013, englobando os beneficiários ingressos no Programa entre os meses de julho de 2010 (ainda ativos) a fevereiro de 2014. Foram verificados os mecanismos de acompanhamento e avaliação previstos e utilizados pela Universidade para o PNAES, considerando como público-alvo os atores institucionais e os beneficiários do Programa.

A escolha desse estudo tem sua origem nos recentes debates sobre a democratização do ensino, nos quais se incluem as políticas de acesso e permanência, cujo debate foi fortalecido com a criação de programas de expansão das universidades públicas e de acesso e permanência no ensino público superior das instituições federais.

Através desses programas, o Brasil tem buscado diminuir as desigualdades sociais geradas ao longo dos anos. Atualmente isso pode ser observado por meio da criação de diversos programas de caráter assistencialista, como por exemplo, o Bolsa Família.

Não queremos aqui entrar no debate sobre o Bolsa Família ou sobre os programas assistencialistas de maneira geral, mas apenas mostrar que no âmbito da educação superior não tem sido diferente. Programas como o REUNI, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, além do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, a política de cotas, entre outros, buscam ampliar e facilitar o acesso dos brasileiros ao ensino superior. O PNAES, nesse contexto, age de forma complementar a essas políticas, ampliando as condições de permanência e conclusão do curso superior, já que segundo Dias Sobrinho (2010), as ações neste sentido contribuem para a quebra do principal obstáculo à expansão e democratização do ensino superior, que é a vulnerabilidade socioeconômica de grande parte da população brasileira.

A questão da permanência no ensino superior passou a ser debatida no meio acadêmico na década de 1980 nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, precursor dos Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, o qual foi criado em 1987 visando o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante (SILVEIRA, 2012).

O FONAPRACE, composto pelos Pró-Reitores, Sub-Reitores, Coordenadores e responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das universidades federais do Brasil, buscava promover o debate sobre a assistência estudantil, articulando as Instituições de Ensino Superior – IES na busca do estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente pelos alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

A partir dos debates sobre o tema e pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos alunos de graduação das IFES realizadas pelos seus membros, o FONAPRACE elaborou em 2001 uma primeira proposta de plano nacional de assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas de ensino superior (FONAPRACE, 2001; SILVEIRA, 2012) pautado no que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996) em seu Art. 3: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (...).”

Nessa mesma época, a assistência estudantil passou a ser considerada no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001), elaborado pela União, juntamente com os estados, Distrito Federal e municípios, conforme indicação do Art. 214 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

O PNE busca, dentre outros, a melhoria da qualidade de ensino e a redução da desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola em consonância com a Constituição Federal, artigos 205 e 206, onde se prevê o direito à educação e a igualdade de acesso e permanência no ensino.

Em 2007, período de expansão das universidades brasileiras e de criação do Programa de Apoios a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007a), após atualização do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES, o FONAPRACE juntamente com a ANDIFES apresentou o novo Plano Nacional de Assistência Estudantil com o objetivo de expor diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil (FONAPRACE, 2007; SILVEIRA, 2012).

Respeitando esses objetivos, o Ministério da Educação baseado no novo Plano Nacional de Assistência Estudantil elaborou a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007b), posteriormente transformada em Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República (BRASIL, 2010), a qual instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cujo objetivo é apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das IFES.

A assistência estudantil, como vimos, compõe um debate recente e de grande relevância, principalmente ao considerarmos que o Brasil é um país marcado por grandes desigualdades sociais, fato que se reflete também dentro da universidade, onde, segundo Araújo (2003), um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressa em condições desfavoráveis frente aos demais, devido às dificuldades socioeconômicas em permanecer no ensino superior.

De acordo com a segunda proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2007), na pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES realizado em 2003-2004, de um universo de 469.378 estudantes, constatou-se que 43% pertencem às categorias C, D e E ¹, ou seja, são provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.

O Centro Acadêmico de Vitória, *campus* da UFPE localizado em Vitória de Santo Antão, foi escolhido como campo investigativo pelo fato de apresentar números expressivos no que diz respeito à assistência estudantil, contendo de 1.322 alunos regularmente matriculados no segundo semestre de 2013, 804 alunos bolsistas, o que revela que cerca de 60% dos alunos do Centro comprovaram vulnerabilidade socioeconômica (UFPE, NAEPS, 2013a).

Este Centro faz parte do processo de interiorização da universidade pública iniciado em 2003 e adotado pela UFPE em 2006 de forma a atender a uma necessidade da região de Vitória de Santo Antão, até então desprovida de educação superior gratuita e que detém o pior

¹ Critério ANEP - Brasil, Associação Nacional de Empresa de Pesquisa

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² do estado, considerando os municípios de grande porte (de 101 mil a 901 mil habitantes)³.

Possivelmente majorada pelo perfil socioeconômico da região, a carência dos alunos do CAV se destaca por meio da demanda expressiva da assistência estudantil neste *campus*.

Esse quadro vem reforçar a explosão de programas de governo e políticas voltadas para o desenvolvimento da educação, sobre os quais iremos detalhar mais adiante, e entre os quais se enquadra o PNAES.

Destacam-se na área de políticas públicas as etapas necessárias a sua execução, tais como: o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação. Inicialmente é possível perceber nos estudos concernentes ao PNAES, a preocupação com as etapas de planejamento e implementação, porém, há escassez de informações no que se refere ao monitoramento e avaliação do Programa.

Ainda sobre o monitoramento e avaliação, é possível encontrar a previsão dessas etapas necessárias ao programa ao se analisar o novo Plano Nacional de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2007), a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007 b) e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010) que institui e dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, respectivamente.

No Plano Nacional de Assistência Estudantil destaca-se:

“No bojo das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços.”

² IDH é uma medida concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população utilizando três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, saúde e educação, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso em: 21 set 2014.

³ Dados extraídos do portal eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=261640&idtema=118&search=pernambuco|vit-oria-de-santo-antao|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>>.

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando os trabalhos do FONAPRACE na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência”. (FONAPRACE, 2007, P.13)

O acompanhamento volta a ser destacado pela a Portaria Normativa nº 39 do Ministério da Educação (MEC), de 12 de dezembro de 2007:

“Art. 4º (...) Parágrafo único. As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES com vistas a cumprimento do parágrafo 1º do art. 3º” (BRASIL, 2007b).

Portanto para o MEC, deverá ocorrer o acompanhamento e avaliação do PNAES de forma a garantir que as ações de assistência estudantil considerem a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Por fim, o Decreto da Presidência da República nº 7.234, de 19 de julho de 2010 propõe:

“Art. 5º (...) Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar: I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e **II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES**”. (grifo nosso) (BRASIL, 2010).

Diante dessa conjuntura, surgiu o interesse por esse estudo, por meio da linha de pesquisa de Instituições e Políticas Públicas do Mestrado em Gestão Pública para o desenvolvimento Nordeste – MGP da UFPE.

A pesquisa buscou analisar as estratégias e os mecanismos de monitoramento e avaliação previstos e utilizados na UFPE para o PNAES, mais especificamente no Centro Acadêmico de Vitória. Para isso, buscamos identificar os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação do PNAES previstos e utilizados pela UFPE; verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES sob a ótica do beneficiário do CAV e da gestão do Programa no CAV e na UFPE; e propor sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o Centro Acadêmico de Vitória da UFPE.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), a assistência ao estudante foi institucionalizada como política e direito social. O debate sobre a assistência estudantil, como vimos, passou a ter mais força em 2010, quando a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 do Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2007b), tornou-se programa de governo após regulamentação pelo Decreto da Presidência da República nº 7.234 (BRASIL, 2010), e instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que passou a ser visto como um marco regulatório da assistência estudantil no ensino superior.

Com o PNAES, as IFES passaram a receber recursos para serem destinados aos seus programas de assistência estudantil por meio de repasse orçamentário do MEC. De modo geral, esses recursos devem ser destinados às áreas estratégicas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, respeitando as diretrizes e instruções do MEC.

O volume de recursos destinados para o PNAES, como podemos ver no gráfico 1, totalizou cerca de 600 milhões de reais em 2013 e conforme os dados da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – Sesu/ MEC, na proposta contida no Projeto de Lei Orçamentária Anual nº 09/2013- PLOA 2014 (BRASIL, 2013a), estes recursos ultrapassam os R\$ 700 milhões.

Do total de recursos destinados ao Programa em 2013 (R\$ 603.787.226,00), segundo dados da Lei Orçamentária Anual – LOA 2013 (BRASIL, 2013b), a UFPE recebeu R\$ 18.472.660,00 (Tabela 1) a serem distribuídos para os seus 3 *campi*.

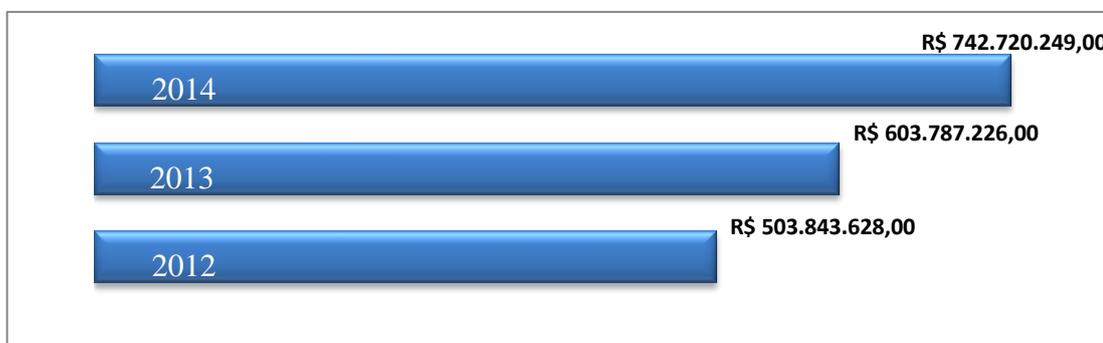


Gráfico 1 – Volume de recursos destinados ao PNAES em nível nacional por ano (2012 a 2014).

Fonte: Sesu /MEC. Elaboração da autora.

Tabela 1 – Volume de recursos PNAES distribuídos, quantitativo de alunos beneficiários e custo médio por aluno nas instituições federais de ensino superior no nordeste (2013).

| IFES | Nº DE CAMPI | ALUNOS ASSISTIDOS | CUSTO MÉDIO DO ALUNO | PNAES VALOR R\$ (CUSTEIO + INVESTIMENTO) |
|---------|-------------|-------------------|----------------------|--|
| UFPE | 3 | 12.000 | R\$ 1.539,39 | R\$ 18.472.660,00 |
| UFBA | 4 | 5.878 | R\$ 2.894,70 | R\$ 17.015.073,00 |
| UFRN | 2 | 11.050 | R\$ 1.537,14 | R\$ 16.985.386,00 |
| UFC | 8 | 23.375 | R\$ 919,42 | R\$ 21.491.425,00 |
| UFPB | 4 | 8.360 | R\$ 2.013,18 | R\$ 16.830.146,00 |
| UFS | 5 | 7.750 | R\$ 1.828,38 | R\$ 14.169.915,00 |
| UFAL | 3 | 8.000 | R\$ 2.256,08 | R\$ 18.048.675,00 |
| UFCCG | 4 | 7.956 | R\$ 1.794,79 | R\$ 14.279.364,00 |
| UFRPE | 3 | 2.869 | R\$ 2.724,86 | R\$ 7.817.636,00 |
| UFRB | 4 | 2.332 | R\$ 2.618,26 | R\$ 6.105.790,00 |
| UNIVASF | 5 | 1.520 | R\$ 2.548,98 | R\$ 3.874.443,00 |
| IFBA | 16 | 15.000 | R\$ 605,08 | R\$ 9.076.191,00 |

Fonte: LOA 2013 e portais eletrônicos institucionais. Elaboração da autora.

A UFPE, dentre as universidades federais do Nordeste, segundo estimativa da LOA 2013, beneficiaria o segundo maior número de alunos através do PNAES, estando atrás apenas da Universidade Federal do Ceará – UFC. Porém como podemos perceber na Tabela 2, levando-se em consideração o comparativo entre o número estimado de alunos beneficiários e o número médio de alunos matriculados, a UFPE ocupa o 4º lugar entre as universidades federais do Nordeste, com 43,17% de seus alunos beneficiários do PNAES. Como vemos, é uma parcela significativa de alunos assistidos. A UFC, entre as universidades do Nordeste, ocupa o 1º lugar em número de beneficiários do PNAES ao se comparar com o número total de alunos matriculados na instituição, apresentando 89,02% de seus alunos matriculados como beneficiários. Esses dados mostram o grande volume de estudantes atendidos pelo Programa e representam um dos efeitos da democratização do ensino superior.

Na UFPE os recursos PNAES são distribuídos nas seguintes ações voltadas para a permanência do estudante no ensino superior: Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Auxílio Transporte, Bolsa Emergencial, Bolsa Permanência (atualmente chamada de Manutenção Acadêmica) e Moradia Estudantil. No período de janeiro a julho de 2014, os recursos PNAES destinados à assistência estudantil na UFPE totalizaram R\$ 18.596.871,28 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos).⁴

⁴ Transparência PROAES / Planilha Financeira. Disponível em: http://www.ufpe.br/proaes/index.php?option=com_content&view=article&id=321&Itemid=233. Acesso em: 22 ago. 2014.

Tabela 2 – Percentual de alunos beneficiários do PNAES em relação ao número médio de alunos matriculados nas universidades federais do nordeste (2013).

| IFES | NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS * | ALUNOS ASSISTIDOS | % DE ALUNOS ASSISTIDOS |
|-------------|---------------------------------|--------------------------|-------------------------------|
| UFPE | 27.796 | 12.000 | 43,1 |
| UFBA | 26.012 | 5.878 | 22,6 |
| UFRN | 22.253 | 11.050 | 49,6 |
| UFC | 26.257 | 23.375 | 89,0 |
| UFPB | 24.217 | 8.360 | 34,5 |
| UFS | 24.819 | 7.750 | 31,2 |
| UFAL | 28.838 | 8.000 | 27,7 |
| UFCE | 13.249 | 7.956 | 60,0 |
| UFRPE | 10.454 | 2.869 | 27,4 |
| UFRB | 6.362 | 2.332 | 36,6 |
| UNIVASF | 4.070 | 1.520 | 37,3 |
| IFBA | 15.964 | 15.000 | 93,9 |

Fonte: Ranking Universitário Folha 2013, LOA 2013 e portais eletrônicos das instituições. *Números de alunos referentes ao período 2010 - 2012. Elaboração da autora.

De acordo com os gráficos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (Gráfico 2) foram distribuídos para as IFES públicas nos anos de 2008 a 2011 o seguinte quantitativo de benefícios: em 2008 foram 91.998 auxílios alimentação de um total de 198.226 benefícios, 7.878 auxílios para moradia estudantil, 13.239 auxílios para transporte, 9.142 benefícios para assistência à saúde, 7.243 benefícios para inclusão digital, 11.407 benefícios para cultura, 28.024 benefícios para esporte e 28.638 benefícios para apoio pedagógico; já em 2011, verifica-se um aumento expressivo em relação aos demais anos, visto que foram distribuídos 715.769 benefícios em alimentação, 23.681 em moradia estudantil, 42.411 em transporte, 47.605 em assistência à saúde, 16.782 em inclusão digital, 47.129 em cultura, 87.807 em esporte e 96.265 em apoio pedagógico.

De maneira geral, do total acumulado de 2.419.074 benefícios distribuídos entre os anos de 2008 a 2011, 44,36% foram destinados à alimentação, 3,08% para moradia estudantil, 8,2% para transporte, 9,22% para assistência à saúde, 3,43% para inclusão digital, 7,89% destinados à cultura, 10,82% para esporte, 0,13% à creche e 12,88% destinados ao apoio pedagógico. (Gráfico 3).

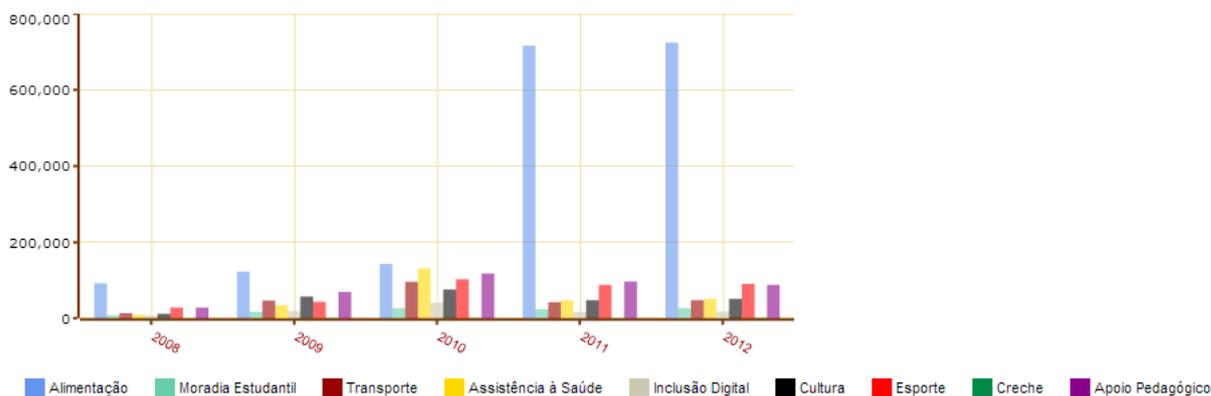


Gráfico 2 – Número de benefícios PNAES distribuídos em nível nacional nas instituições federais de ensino superior (2008 a 2012). Fonte: MEC / INEP – Painel de Controle do MEC (2014).

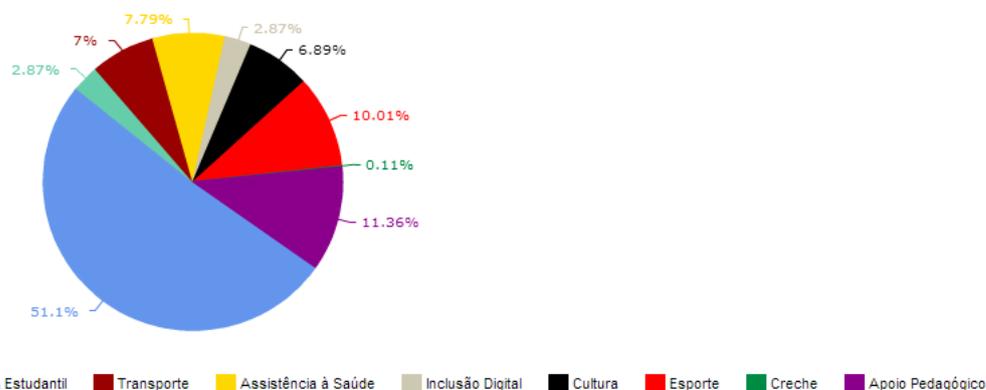


Gráfico 3 – Distribuição do total acumulado de benefícios por ação do PNAES em nível nacional nas instituições federais de ensino superior (2008 a 2011). Fonte: MEC / INEP – Painel de Controle do MEC (2014).

Assim, diante do volume de recursos públicos destinados pelo PNAES para as IFES e para a UFPE e considerando que, de acordo com o estabelece o Programa, as instituições federais de ensino superior devem fixar seus mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, foram objetivos desta pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar as estratégias e os mecanismos previstos e utilizados para o monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no âmbito da UFPE.

Objetivos Específicos: 1. Identificar os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação do PNAES previstos e utilizados pela UFPE; 2. Verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES sob a ótica do beneficiário do CAV e da gestão do Programa no CAV e na UFPE; 3. Propor sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento

e avaliação do PNAES para o Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (criação e ajuste de indicadores).

2. QUADRO TEÓRICO

2.1 O ESTADO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Segundo Bobbio (1985), o termo Estado foi introduzido por Maquiavel em *O Príncipe* para indicar aquilo que os gregos chamaram de *polis* e os romanos chamaram de *res publica*. Como define De Cicco e Gonzaga (2007), Estado é uma instituição organizada política, social e juridicamente, que ocupa um território definido e, na maioria das vezes, sua lei maior é uma Constituição. É dirigido por um governo soberano, reconhecido interna e externamente, sendo responsável pela organização e pelo controle social, pois detém o monopólio legítimo do uso da força e da coerção.

Segundo Evans (2004), Estados podem ser desenvolvimentistas quando, entre outros aspectos, são capazes de suprir investimentos essenciais em educação e infraestrutura. Para o autor, do país mais pobre do Terceiro Mundo ao mais avançado exemplo de bem-estar social capitalista, o ponto em comum na história do Século XX é a influência cada vez maior do Estado como instituição e ator social. Nessa perspectiva, Matus (2005, p. 56) define o jogo social como uma “arena onde ocorre a prática política e onde se exerce o governo”.

Evans (2004) afirma que os Estados são, segundo a definição de Weber, “associações compulsórias que reivindicam controle sobre os territórios e sobre as pessoas que neles vivem”, então, no mundo contemporâneo, espera-se que o Estado fomente a transformação econômica e garanta níveis mínimos de bem-estar social.

Nas democracias capitalistas, como a do Brasil, Arcoverde *et al.* (2010, p.20) afirma que as teorias sobre Estado e sociedade estiveram influenciadas por três desenvolvimentos principais, abaixo transcritos:

“O surgimento do capitalismo como uma forma de produção social, resultando numa explosão de produtividade do trabalho humano;

A expansão dos estados burocráticos como estruturas de poder que mantêm o controle policial e militar das populações potencialmente rebeldes e reproduzem as condições da acumulação capitalista;

O estabelecimento de instituições democráticas que proporcionam veículos para a participação política e a representação dos cidadãos comuns.”

Para Arcoverde *et al* (2010), o Estado atua como mediador civilizatório, mediando capitalismo e democracia, e guarda estreita vinculação com o modo pelo qual a sociedade produz e se reproduz, exercendo a ciência um papel preponderante para o desenvolvimento dessas forças produtivas. No entanto, o modo de produção capitalista ao mesmo tempo em que se consolidou trouxe consigo contradições sociais e fraturas estruturais.

Diante dessas tragédias sociais que o capitalismo vem produzindo, Arcoverde *et al* (2010) traz a ideia de que estamos vivendo em uma nova forma de ordenamento social caracterizada pela crescente e irreversível importância da informação e do conhecimento.

Na definição do mundo atual, expressões como “sociedade da informação” ou “era do conhecimento” ou “sociedade do conhecimento”, tornaram-se cada vez mais frequentes segundo Arcoverde *et al* (2010) e Gorz (2005). De acordo com Arcoverde *et al* (2010), essas diferentes conceituações para definir a nova sociedade demonstram claramente que o conhecimento tem sido considerado fonte de riqueza e sinônimo de informação e desenvolvimento.

Na dita “sociedade da informação” destacamos a função das instituições de ensino em promover a disseminação conhecimento dentro das diversas áreas das Ciências, além de, entre outras tarefas, desempenhar a tarefa social de desenvolver e avaliar estratégias de inclusão social, permitindo aos mais pobres compartilhar dos benefícios econômicos, sociais, políticos e culturais produzidos, possibilitando condições mais adequadas para a promoção de uma vida mais digna e cidadã para o conjunto de toda sociedade brasileira.

Como define o Art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho. Dessa forma, entendemos que o Estado brasileiro cumpre seu papel desenvolvimentista quando canaliza investimentos para a democratização do ensino em suas diversas esferas através do planejamento e execução de políticas governamentais.

O processo de redemocratização iniciado nos anos 80 e a preocupação em “reformular o Estado” no sentido de democratizar o acesso a serviços impulsionou os estudos sobre a descentralização como uma forma institucional para o enfrentamento da chamada “dívida social” do Estado brasileiro para com seus cidadãos segundo Hochman *et al.* (2007).

Nesse aspecto caracteriza-se o Estado de bem-estar social ativo, entendido como aquele que enfatiza a redução dos riscos sociais mediante a educação e a capacitação, com o objetivo de transformar os cidadãos de meros receptores passivos de benefícios sociais em pessoas independentes, ativas, co-produtoras da sua própria proteção social, conforme Hochman *et al.* (2007).

Sen (2000), dentro dessa perspectiva, afirma que a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como a educação pública pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Assim, para Sen, a oportunidade deve ser dada pelo Estado com os serviços de Educação, dentre outros, e as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas nesse processo de conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos programas de desenvolvimento. Tanto a sociedade quanto o Estado têm papéis no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas.

2.2 EDUCAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL

O primeiro estabelecimento de nível superior no Brasil, segundo Lopes, Faria Filho e Veiga (2003), foi fundado em 1550 pelos jesuítas no estado da Bahia, porém ainda não se falava em Universidades, visto que Portugal proibia a criação de Universidades em suas colônias como forma de impedir que estas operassem como coadjuvantes para o estabelecimento de ideias e movimentos revolucionários.

Além disso, segundo Vasconcelos (2010), Portugal tinha dois grandes objetivos quando aportou em terras brasileiras: a fiscalização e a defesa. Durante 300 anos, as únicas iniciativas na área de Educação vieram dos jesuítas, voltadas para a catequese religiosa.

Outro fator que contribuía para essa situação, segundo Lopes, Faria Filho e Veiga (2003), era a pouca oferta de docentes para cada um dos países colonizados, pois diante do número reduzido de universidades portuguesas em comparação a outros países da Europa, como a Espanha, não se poderia ceder e transferir seus recursos docentes para suas colônias sem prejudicar a instituição metropolitana.

Somente em 1808, com a vinda da família real, é que surgiu o primeiro interesse em se criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. O ensino superior no Brasil inicialmente foi ministrado em estabelecimentos isolados, oferecendo cursos explicitamente profissionais, especialmente em Direito, Medicina e Engenharia, não existindo nenhuma instituição com *status* de universidade no período colonial nem no imperial (Lopes, Faria Filho e Veiga, 2003; Vasconcelos, 2010).

Por esse passado, conforme Vasconcelos (2010), o ensino superior se firmou com um modelo de institutos isolados e apenas atendia aos filhos da aristocracia colonial, que não podiam mais estudar na Europa, devido ao bloqueio de Napoleão.

Segundo Lopes, Faria Filho e Veiga (2003), a primeira universidade, assim dita, criada no país foi em Manaus, no estado do Amazonas, em 1909, em decorrência da grande atividade econômica da exploração borracha. Posteriormente, foram criadas as Universidades de São Paulo, em 1911, e de Curitiba, estado do Paraná, em 1912, porém todas foram dissolvidas, restando algumas faculdades livres que tiveram seus cursos incorporados posteriormente às universidades federais criadas nessas localidades.

No século XIX, a partir da Proclamação da Independência, houve um crescimento de escolas superiores no país, mas sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional, de acordo com Vasconcelos (2010).

A primeira universidade duradoura só foi criada em 1920, no Rio de Janeiro, tendo o seu procedimento de constituição, com aglutinação de faculdades existentes, servido de base para as demais instituições a serem criadas, conforme Lopes, Faria Filho e Veiga (2003).

De acordo com Vasconcelos (2010), a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos de 1970, quando a concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão de obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender essa demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos.

Em 2004, segundo INEP (2006), o censo da Educação Superior registrou 2013 instituições de educação superior (IES) no Brasil, sendo destas, 344 presentes na região Nordeste e 77 no estado de Pernambuco, entre as quais, 21 públicas.

As universidades, para Chauí (2003), são instituições sociais inseparáveis da ideia de democracia e da democratização do saber e com esse objetivo, de democratizar o acesso a estas instituições, diversas políticas públicas têm sido debatidas e aplicadas nos últimos anos.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E INCENTIVOS AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Políticas públicas, segundo Pereira (2008), é um conjunto de decisões e ações que resultam em intervenções do Estado e da sociedade. Dito de outra maneira, as políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (CALDAS, 2008). Portanto, além de concretizar os direitos conquistados pela sociedade, a política pública tem a função de alocar e distribuir os recursos públicos, como afirma Silveira (2012). Matias-Pereira (2009, p.p 191 - 92) define políticas públicas como um conjunto de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, através da qual se torna possível obter a satisfação de direitos básicos da sociedade.

De modo geral, não existe um único ou mais correto conceito sobre políticas públicas. O que os autores concordam é que são um conjunto de ações do governo que influenciam a vida dos cidadãos.

A proteção social assumida pelo Estado, segundo Silveira (2012), representa intervenções políticas e administrativas e é garantida através das políticas públicas, as quais devem concretizar os direitos sociais. Esses direitos estão fundamentados pela ideia de igualdade e neles se enquadram o direito à educação, ao trabalho, à assistência, entre outros.

O Estado visa, dessa forma, garantir o acesso à educação, mediante a implementação de políticas públicas educacionais, e estas, inseridas na agenda do governo, se caracterizam como:

“um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos ou estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos”. (SARAVIA, 2007, p. 29)

Existem diversos tipos de políticas públicas como, por exemplo, “as políticas sociais: educação, saúde, segurança, cultura, transportes, habitação, proteção de crianças e adolescentes; políticas estruturais: indústria, agricultura, reforma agrária, meio ambiente; políticas econômicas: políticas monetárias, fiscal e cambial, comercial, internacional; políticas compensatórias ou reparadoras e redistributivas (combate a fome, bolsa-escola, cotas na universidades, etc.).” (MATIAS-PEREIRA, 2009, p.192)

Segundo Silveira (2012), a política pública social de educação, a qual inclui a política de assistência estudantil, deve ter como proposta a concretização do direito à educação de todos.

A questão da democratização da educação superior, segundo Dias Sobrinho (2010), apesar de ter tomado fôlego nos últimos anos, já era considerada importante desde meados do século passado, pela teoria do capital humano e pela teoria residual do desenvolvimento econômico, nas quais é defendida a ideia que para o desenvolvimento econômico, requer-se grandes investimentos em educação.

Para a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a educação é direito de todos e dever do Estado, assegurada por lei. De forma a tornar a educação superior igualmente acessível a todos, nos anos 80 iniciou-se um processo de redemocratização e a preocupação em “reformular

o Estado” no sentido de democratizar o acesso a serviços e impulsionou os estudos sobre a descentralização como uma forma institucional para o enfrentamento da chamada “dívida social” do Estado brasileiro para com seus cidadãos, segundo Hochman *et al.* (2007).

Conforme Melo, Melo e Nunes (2009), a expansão da educação brasileira está fundamentada em pelo menos três momentos importantes: aprovação pelo Congresso Nacional da LDB; a Lei nº 10.172/01 que aprova o PNE, e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007. De forma a ampliar a oferta de ensino público superior, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Superior (SESu) - unidade responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, além da manutenção, supervisão e desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (IFES) e da supervisão das instituições privadas de educação superior (SECRETARIA..., 2012), criou o Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (Interiorização), em 2003, e o Programa Reuni, em 2007.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI foi instituído através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior através de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovessem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior através de ações para o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão (BRASIL, 2007a).

Com o Programa de Expansão do Ensino Superior, entre 2003 e 2010, foram criados 128 novos *campi* o que possibilitou a ampliação da oferta de vagas e criação de novos cursos de graduação. Além disso, 14 universidades foram criadas, sendo 10 destas voltadas para a Interiorização. Com isso o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 e para 237 até o final de 2011 (MELO; CAMPOS, 2014). Entre os anos de 2011 e 2012, o Painel de Controle do Ministério da Educação (E-MEC) apontou a criação de 20 novos *campi*.

A Interiorização, uma política pública social de descentralização da educação, tem como um dos seus objetivos o desenvolvimento econômico local (IPEA, 2010). Todos os estados brasileiros foram contemplados com a criação ou expansão das universidades federais

e federais rurais. Das universidades criadas, apenas duas foram instaladas em capitais, o que mostra a interiorização do ensino superior (BASTOS; LUBAMBO, 2012).

No Nordeste foram criados 42 novos *campi*, dos quais 06 foram instalados no estado de Pernambuco (MELO; CAMPOS, 2014). Esse número totaliza o número de *campi* de universidades federais e federais rurais distribuídos nos municípios de Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão, conforme dados do E-MEC.

A UFPE, nesse contexto, passou a contar com dois novos *campi*. O primeiro foi criado no município de Caruaru em março de 2006 e o segundo, o CAV, objeto desse estudo, foi instalado em agosto do mesmo ano no município de Vitória de Santo Antão.

Ainda como resultado do REUNI, conforme dados contidos no Relatório de indicadores institucionais da Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN da UFPE, a universidade passou a ofertar, até o ano de 2010, 15 novas graduações, distribuídas em seus 3 *campi*, além de ampliar o número de vagas oferecidas e, como esperado, o número de matrículas nos cursos de graduação, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Progressão do número de vagas, quantidade de cursos e número de alunos matriculados referentes aos cursos presenciais de graduação da UFPE (2006-2010).

| UFPE | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nº de vagas oferecidas | 5.130 | 5.285 | 5.245 | 6.156 | 6.517 |
| Quantidade de cursos existentes | 75 | 75 | 75 | 84 | 90 |
| Nº de alunos matriculados em cursos presenciais de graduação | 25.762 | 25.947 | 27.101 | 27.980 | 27.796 |

Fontes: Planilha de Indicadores institucionais UFPE 1996 – 2006 e 2007 – 2010⁵. Adaptação da autora.

Representando algumas medidas adotadas para a expansão e democratização do ensino superior, além do REUNI, o PROUNI - Programa Universidade para Todos e o FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, somados ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e

⁵Disponível

em:

http://www.ufpe.br/proplan/images/indicadores/indicadoresinstitucionais%20da%20ufpe%20de%201996_2006.pdf e http://www.ufpe.br/proplan/images/indicadores/indicadoresinstitucionais%202007_2010.pdf. Acesso em 27 mar 2014.

tecnológica, entre outras, ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens a este nível de ensino.

Numa breve apresentação, o PROUNI (BRASIL, 2005) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas, com a contrapartida da isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Dirige-se aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Já o FIES (BRASIL, 2001b) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições particulares, onde o estudante terá que ao final do período de carência de 18 meses após a conclusão do curso, começar a pagar o saldo devedor do financiamento que poderá ser dividido em até 13 anos.

Atualmente o PROUNI e FIES juntos são responsáveis por 31% do total de matrículas no sistema privado de ensino superior, representando 1,66 milhões de estudantes de um total de 5,34 milhões matriculados em cursos presenciais de instituições particulares em 2013 (MÁXIMO, 2014). Esses dados revelam o peso dos programas do governo federal na expansão do ensino superior.

O Plano Nacional de Educação 2001-2010 já previa a necessidade da expansão do acesso ao ensino superior e a presença das instituições privadas neste processo, ao afirmar:

“É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino.

Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes (...)”. PNE 2001-2010. P 42. (grifo nosso)

Com o aumento da oferta de vagas, é natural o aumento da procura pelo ensino superior, inclusive por classes sociais mais carentes que se achavam, em alguns casos, incapazes de entrar no ensino superior. Zago (2006), após pesquisa com estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, oriundos de escolas públicas, encontrou na maioria dos seus discursos a atribuição de “uma sorte” ao êxito na aprovação do vestibular.

Vasconcelos (2010) evidencia que a educação no Brasil sempre foi voltada para as classes dominantes, corroborando com Bori e Durham (2000, p.36), ao afirmarem que os jovens que completam o ensino médio e que estão, portanto, em condições de ingressar no nível superior, procedem, em geral, de famílias mais ricas do que a média da população. Ainda segundo os autores,

“existe um grupo de estudantes pobres e muito pobres que estão conseguindo ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas.” (2000, p.58)

De acordo com dados do IBGE, em nove anos (2004-2013) o acesso dos estudantes com rendimentos mais baixos saltou de 1,7% para 7,2% em universidades públicas (SÍNTESE...,2014). Entende-se que essa mudança ocorreu devido à expansão do ensino público superior e às ações afirmativas voltadas aos estudantes de baixa renda.

Pacheco e Ristoff (2004, p.11) afirmam que um estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Candido Mendes revelou que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que “não tem condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito”. Esse percentual, segundo os autores, representava 2,1 milhões de estudantes que para serem incluídos no sistema de educação superior, dependeriam, além da gratuidade do ensino, de bolsas que tornassem viável sua permanência no *campus*.

Zago (2006) concorda que para uma efetiva democratização da educação requer-se, além das políticas de ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

Conforme o Plano Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES, 2007),

“A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.”

Dias Sobrinho (2010) esclarece que a democratização do ensino superior não se limita à ação de ampliação do acesso e aumento do número de vagas. Além da expansão das

matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos.

Esse novo panorama tem incentivado a realização de ações que garantam a permanência desses estudantes no ensino superior, como as voltadas à assistência estudantil. Conforme Araújo e Morgado (2009), apesar da dificuldade de implementação e execução dessas ações, principalmente pela falta de recursos, é inegável a sua relevância dentro da universidade. Segundo Vargas (2011), na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, onde desde a fundação da instituição são mantidos serviços de assistência estudantil, são registrados os menores índices de abandono e retenção⁶ no sistema federal de ensino superior, sendo condicionada essa situação como resultado das ações de assistência estudantil.

2.4. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Para Cislagui e Silva (2011), a assistência estudantil tem sido transformada, frente à concepção atual da assistência social, em uma política de “combate à pobreza dentro da universidade”, ou seja, de deslocamento do direito social para o direito à assistência, processo que Mota (2007) denomina de passivização da “questão social” e que no tema em estudo representa uma mudança do direito à Educação à lógica vigente da assistência social de focalização e distribuição de bolsas. Segundo Granemann (2007, p.64), as bolsas são “soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da Questão Social”.

O carro chefe da assistência social no governo de Lula, o Programa Bolsa-Família, é um dos exemplos de programas de transferência mínima de renda através de bolsas de maneira focalizada. O Bolsa Família é citado apenas como representante da nova conjuntura focalizada da assistência social, porém não cabe aqui a discussão sobre outros aspectos do Programa.

⁶ Conforme a ANDIFES é a permanência nos cursos para além do tempo máximo de integralização curricular. Disponível em:< http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2014.

Por outro lado, Araújo (2003), afirma que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento. Dessa forma, a visão meramente assistencialista dos programas de assistência estudantil é desfeita.

Autores como Araújo e Morgado (2009), Silveira (2012) e Vargas (2011), concordam com a visão da assistência estudantil como investimento e não somente como direito do estudante, dada a importância da educação para o desenvolvimento de uma região e ascensão social do indivíduo, tornando-os capacitados para assumirem papéis estratégicos na sociedade.

Araújo e Morgado (2009) destacam ainda que é preciso entender a assistência estudantil como um direito social e associá-la ao ensino, pesquisa e extensão de forma a promover a transformação dos assistidos e não apenas os oferecer ajuda financeira. Esse é também o caráter da Política Nacional de Assistência Estudantil almejado pelo FONAPRACE, pois seus membros acreditam que enquanto processo educativo, a assistência estudantil deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Conforme a primeira proposta do Plano Nacional de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2001), permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. De acordo com o Plano, inserir a assistência estudantil na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

Nessa visão não se trata de apenas criar as políticas e programas de acesso e permanência, mas de inserir plenamente estes alunos no âmbito da universidade através de atividades acadêmicas, colaborando para uma formação plena, onde o sujeito passará a ser não apenas mais um beneficiário do programa, mas um futuro multiplicador de conhecimento e partícipe do desenvolvimento e de sua ascensão social.

Para Cislagui e Silva (2011),

“A expansão de vagas e de assistência estudantil, ainda que focalizada, vão servir à coesão social e às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da Questão Social, do desemprego estrutural e da desigualdade”.

As autoras destacam ainda que a lógica de “bolsificação” é inevitável na assistência estudantil na medida em que, mesmo com o aumento de recursos para a assistência estudantil,

seu orçamento ainda é insuficiente ao se considerar a ampliação de vagas e a recente política de cotas, que tendem, como vimos, a ampliar a entrada de setores mais pauperizados da classe trabalhadora nas universidades públicas, ampliando assim a necessidade de assistência.

A renda familiar, segundo Silva Junior e Sampaio (2010), é um dos fatores decisivos na escolha do indivíduo pela Educação, pois quando a renda familiar é insuficiente para a manutenção das condições básicas de sobrevivência do indivíduo, o caminho natural é ocorrer a predileção à busca por trabalho e renda em detrimento da Educação.

Vargas (2011) ao estudar a inserção profissional dos egressos da UFMG identificou que ao se comparar os rendimentos de egressos bolsistas e não bolsistas, eles se mostraram bem semelhantes, indicando com isso que a posse do diploma teve efeito positivo, diminuindo ou amenizando a influência da origem social. Dessa forma, segundo a autora, o resultado mostrou que a assistência estudantil contribuiu para equalizar as condições de permanência no ensino superior e auxiliou os estudantes de baixa renda a após obtenção do diploma, diminuir as disparidades das classes sociais, possibilitando aos mesmos melhores condições de inserção no mercado de trabalho.

Diante do debate existente sobre a assistência estudantil, não pretendemos aqui apontar a visão correta ou não sobre o assunto, mas, ressaltar a dimensão do Programa Nacional de Assistência Estudantil, bem como a importância de seus mecanismos de controle (monitoramento e avaliação), uma vez que os mesmos ajudam a apontar os possíveis ajustes na execução do Programa, bem como fornecem dados para o controle social.

2.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMO APOIO AO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS

O objetivo de buscar informações acerca dos Sistemas de Informação utilizados pelos programas assistencialistas federais foi apresentar um modelo de sistema em funcionamento para embasar a criação e adaptação dos modelos próprios da UFPE para o PNAES.

Sistemas de Informação, segundo Almeida *et al* (2007), é formado por um conjunto de componentes inter-relacionados, que visam coletar dados e informações, manipulá-los e processá-los para finalmente dar saída a novos dados e informações. Para Laurindo *et al* (2001) , sistemas de informação correspondem as questões relativas ao fluxo de trabalho, pessoas e informações envolvidas.

Apesar de estarmos acostumados a tratar os Sistemas de Informação como sendo dependentes de sistemas computadorizados, para Almeida *et al* (2007), é preciso compreender que os mesmos existem independentes dos computadores, como é o caso dos sistemas de informação manuais baseados em anotações e outros recursos elementares de escritórios. Nos casos de sistemas de informação baseados em computadores, alguns elementos como *hardware* (equipamentos computacionais), *software* (programas de computadores), banco de dados (recurso utilizado para armazenar de forma ordenada um conjunto de dados e informações), entre outros.

De acordo com Almeida *et al* (2007), os sistemas de informação computadorizados são classificados em: Sistemas de Processamento de Transação (SPT), Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) e Sistemas de Apoio à Decisão (SAD).

Sistemas de Processamento de Transação é uma categoria de sistemas utilizada atualmente na maioria das organizações, e monitora, coleta, armazena, processa e distribui os dados das diversas transações realizadas dentro da empresa, servindo como base para os demais sistemas nela existentes. A base dos Sistemas de Informações Gerenciais está sobretudo na saída de informações através de relatórios de natureza variada. Por fim, Sistemas de Apoio à Decisão como o próprio nome sugere trata de situações problemas utilizando dados de diferentes fontes, sejam elas internas ou externas a instituição.

Dessa forma, os sistemas de informação podem auxiliar no monitoramento e avaliação através do acompanhamento e desenvolvimento de ferramentas que venham assegurar a qualidade e agilidade da informação, o que de acordo com o nosso entendimento é imprescindível para a construção de indicadores de eficiência.

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),⁷ órgão responsável pelas funções de

⁷Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>>. Acesso em: 10 out. de 2014.

avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social do MDS, é um exemplo do uso de sistemas de informação para monitoramento e avaliação através da emissão de relatórios de informações sociais que formam um banco de dados dos diversos programas e ações desenvolvidos pelo MDS.

Além dos relatórios de informações sociais, a SAGI apresenta em seu endereço eletrônico o Painel de Acompanhamento da Conjuntura e de Programas Sociais⁸ que é um aplicativo informacional voltado à apresentação articulada de indicadores, referidos a diferentes períodos e domínios territoriais, acerca da conjuntura social e econômica, das condições de vida da população brasileira e de diferentes aspectos relativos às políticas e programas nas áreas de transferência de renda, assistência social e segurança alimentar, como características dos públicos-alvo atendidos, recursos alocados, atividades realizadas, produtos, serviços e benefícios entregues, resultados alcançados e efeitos direta ou indiretamente relacionados ao esforço governamental – federal, estadual e municipal - no campo social.

A SAGI foi pioneira nesse tipo de sistema na gestão pública brasileira, uma vez que até então não existia, em nenhum ministério, uma secretaria com essa finalidade exclusiva; sobretudo uma unidade localizada horizontalmente em relação às secretarias finalísticas, e não verticalmente, como costuma ocorrer com unidades de avaliação e monitoramento, segundo Vaitsman *et al* (2006).

Sistemas de monitoramento e avaliação constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, sobretudo de desenvolvimento social, ainda que sua relevância seja inquestionável, conforme Vaitsman *et al* (2006). Para o autor, o acompanhamento cotidiano e a realização de estudos específicos são procedimentos relativamente novos no Brasil e, portanto, ainda não institucionalizados de forma adequada por órgãos públicos, para além daqueles criados para essa função específica.

A experiência da SAGI/MDS mostra que é possível reverter essa tradição e pode servir de orientação para demais órgãos e programas. Kerzner (2006) aponta que a obtenção de informações sobre a experiência com projetos semelhantes, como outra fonte de informação deve ser utilizada para possibilitar a visão uma mais abrangente possível do trabalho a ser realizado, pois estas podem revelar aspectos que seriam negligenciados.

⁸ Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=72>. Acesso em: 07 nov. de 2014.

Atualmente, o MDS dispõe de três tipos de sistemas de informação: operacionais, gerenciais e estratégicos. Segundo o Catálogo de Indicadores de Monitoramento dos Programas do MDS (CUNHA, 2007), o foco principal dos sistemas operacionais e gerenciais é o acompanhamento das transferências financeiras e do número de beneficiários. Por outro lado, os sistemas de informações estratégicos reúnem dados produzidos pelos dois anteriores, além de incorporar dados de outras instituições.

Conforme Vaitsman *et al* (2006), o Sistema de Avaliação e Monitoramento (SAM) desenvolvido pela SAGI é composto por dois subsistemas: o de monitoramento e o de avaliação. Esses dois subsistemas, embora relacionados, são independentes entre si e organizados com base em distintos procedimentos, metodologias e instrumentos.

O subsistema de monitoramento dos programas do MDS, por exemplo, exigiu para sua montagem a estruturação de uma base de dados, a construção de indicadores dos programas e o desenvolvimento de ferramentas informacionais para o tratamento da informação, de acordo com Vaitsman *et al* (2006).

Conforme Rolim (2009) é de grande importância a construção de um Banco de Dados no sistema de monitoramento e avaliação, tendo em vista que a avaliação só pode ser garantida e viabilizada pela informação. Assim, a estruturação de um Banco de dados é fundamental para um mínimo de factibilidade da avaliação.

De acordo com Vaitsman *et al* (2006), a institucionalização da avaliação e monitoramento como parte das organizações do Estado, através da experiência da SAGI, aproximou a dimensão técnica da gestão das políticas.

O exemplo da SAGI mostra a importância de uma boa estruturação dos sistemas de informação a serem utilizados para o monitoramento e avaliação, bem como da escolha adequada de pessoal, da alimentação correta e contínua do sistema e emissão de relatórios informacionais periódicos.

A emissão de relatórios é uma ferramenta útil ao controle sistemático de ações. Além disso, como é de conhecimento geral, o backup periódico de dados é um procedimento de segurança da informação necessário como forma de prevenir falhas e perdas de dados e informações.

Nesse aspecto, conforme Rezende (2005), a gestão de dados e informações contempla a guarda de dados, recuperação de dados, controle de acesso e níveis de acesso às informações, requerendo para essa gestão um completo plano de contingência e um plano de segurança de dados e informações.

A gestão da informação, por meio da integração entre as ferramentas tecnológicas e a operação do Programa torna-se um importante e necessário componente para a melhor estruturação do Programa e fortalecimento da Política. Além disso, fornece base para a avaliação da oferta e demanda de beneficiários, como no caso do PNAES.

Segundo Tapajós (2006), a tecnologia da informação (por meio da administração da informação e da informática) é decisiva para qualquer organização agilizar seus fluxos e acompanhar suas ações.

Através da gestão da informação é possível mensurar com mais segurança a eficiência do Programa, bem como contribuir com a tomada de decisões com relação a melhor estratégia a ser adotada (ROLIM, 2009; GARCIA, 2013).

Assim, a tecnologia da informação torna-se um instrumento de suma importância na gestão de Programas, a exemplo do PNAES, por ser, de acordo com Garcia (2013), um recurso organizacional estratégico que atua como suporte para o desenvolvimento de sistemas de informação. Por meio de ferramentas tecnológicas consideradas como uma mediação lógica indispensável e estratégica no contexto das políticas governamentais, assim como de outras organizações, visando agilizar seus processos, ao acompanhamento e ao monitoramento de suas ações (ROLIM, 2009).

2.5.1 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS PÚBLICOS

Para elaboração de um sistema de monitoramento e avaliação de programas públicos faz-se necessário o conhecimento introdutório, como apresentado abaixo, acerca das políticas e programas públicos e dos conceitos, uso e instrumentos do monitoramento e avaliação desses programas.

As políticas públicas para Silva e Silva (2009) se desenvolvem num processo circular que se inicia na constituição de um problema que é incorporado na agenda governamental, passa pela formulação de alternativas, pela adoção da política, pela implementação ou execução de programas sociais, e, por fim, pela concretização da política e avaliação da mesma para possíveis intervenções e ajustes que se mostrem necessários.

Januzzi (2011) chama a atenção para a diferença da avaliação como fase do ciclo de política e a mesma dentro do processo do monitoramento e avaliação. O autor destaca que a avaliação enquanto etapa do ciclo, realiza-se após a implementação do programa ou política. Trata-se de um momento de natureza mais reflexiva para a continuidade ou não do programa. Já as atividades de monitoramento e avaliação, conforme o autor, se realizam mediante os sistemas de indicadores e podem ser empregados a qualquer momento do ciclo.

Para Shapiro (2007), a avaliação pode ser formativa (sendo elaborada ao mesmo tempo em que ocorre o projeto ou programa, com a intenção de melhorar a estratégia ou a forma do funcionamento do mesmo) ou resumida (aferindo aspectos de ensinamentos para um projeto finalizado ou uma organização que deixou de existir).

A avaliação, portanto, compreende a última etapa do “ciclo das políticas”, de acordo com Faria (2005). Para o autor, esta etapa é destinada a aprimorar os resultados de ações cujo ciclo encerra, como também para fornecer elementos para novas intervenções ou para aprimoramento de políticas ou programas em curso, e ainda como parte da prestação de contas e responsabilização de agentes estatais – processo conhecido por *accountability*. A avaliação é vista, quase que exclusivamente, como instrumento da gestão governamental, uma ferramenta gerencial.

Para Faria (2005), a avaliação tem três funções básicas: a informação, a realocação e a legitimação. Segundo o autor, é possível distinguir pelo menos quatro tipos de uso da avaliação: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o “esclarecimento”. O uso instrumental é utilizado para auxiliar a tomada de decisão. O conceitual é utilizado pelos técnicos locais dos programas. Como instrumento de persuasão, é utilizado para mobilizar o apoio para a posição que os tomadores de decisão já tem sobre as mudanças necessárias na política ou programa. E por fim, para o “esclarecimento”, através da junção de conhecimento após as avaliações que serão utilizados de forma a acarretar alterações nas formas de ação das instituições.

Ainda segundo o autor, a avaliação desempenha essencialmente três funções: a função técnica - fornecendo subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação de um programa; a função política – oferecendo informações para o controle social das políticas públicas; e a função acadêmica.

A avaliação, conforme Vaitsman *et al* (2006), costuma ser realizado por meio de estudos específicos que procuram analisar aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos, ou a sustentabilidade de programas e políticas, segundo aquilo que foi definido em seus objetivos. Seu objetivo é melhorar as atividades em andamento e dar subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras.

Ainda segundo Vaitsman *et al* (2006), estudos de avaliação são sempre pesquisas aplicadas, cujos resultados servem ao mesmo tempo como instrumento de melhoria da gestão e *accountability* da política, uma vez que permite que os resultados de investimentos públicos sejam julgados com base em evidências empíricas.

Para Shapiro (2007), o monitoramento é uma coleta sistemática e uma análise da informação de como um projeto progride, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia de um projeto ou programa. Nessa fase é possível verificar quais coisas não estão andando corretamente, se os recursos estão sendo bem utilizados, e se caracteriza como uma ferramenta inestimável para um bom gerenciamento, além de fornecer uma base de avaliação. Já a avaliação é a comparação do real impacto do projeto ou programa em relação ao que foi planejado.

Como afirma Arretche (2002) é preciso considerar que a implementação modifica as políticas públicas, ou seja, é a partir do monitoramento que se faz os ajustes necessários ao alcance satisfatório dos objetivos aos quais se propõe o programa. Para a autora um mesmo objetivo pode vir a ser atingido através de diversas formas de ações e nem sempre o que foi proposto pelos formuladores da política ou programa alcançariam o êxito pretendido. A autora reforça, portanto, a importância do monitoramento para verificação do cumprimento dos objetivos e realização dos ajustes que por ventura venham a ser necessários ao programa.

Sem que haja a noção de como está caminhando a implementação da política pública ou do programa, os recursos terminam sendo desperdiçados (SHAPIRO, 2007). O monitoramento e a avaliação habilitam para que se faça essa análise corretamente.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2012), monitorar e avaliar programas e projetos públicos são procedimentos necessários para a efetivação da *accountability*, proporcionando que a gestão e metas do programa ou projeto possam ser revistas e adequadas em seu transcurso.

De acordo com Vaitsman *et al* (2006) somente com o fortalecimento de uma cultura de transparência e prestação de contas na administração pública e com a utilização dos resultados da avaliação e monitoramento para melhorar o desempenho das políticas será possível tornar mais eficiente e eficaz a aplicação dos recursos públicos.

A metodologia em gerenciamento de projetos permite a organização utilizar as melhores práticas gerenciais, além disso, auxiliam a otimizar tempo e recursos, entender e tratar os riscos e aumentar o nível de qualidade de seus produtos e serviços. Considerando cada ação do PNAES como um projeto, é possível através do gerenciamento de projetos, planejar, monitorar e controlar os produtos e serviços através do ciclo de desenvolvimento deste (SILVA JUNIOR, 2014).

As organizações podem alcançar um alto nível de qualidade, otimizar tempo e recursos, entender os riscos e aumentar a confiança de seus produtos e serviços através do uso das técnicas e métodos e gerenciamento de projetos. Com isso, os projetos têm grandes possibilidades de serem executados conforme as especificações e o orçamento pretendidos (SILVA JUNIOR, 2014).

No âmbito público, para que os governantes consigam realizar com eficácia sua tarefa de utilizar os recursos públicos para a promoção de projetos complexos para o benefício da população, o gerenciamento e implantação de projetos surgem como ferramenta importante (SILVA JUNIOR, 2014).

Sob esse aspecto a metodologia de gerenciamento de projetos aplicada ao PNAES traria melhores direcionamentos quanto à otimização dos recursos utilizados em cada ação (bolsa/auxílio), atuando em um dos entraves do Programa atualmente que é a relação entre a demanda e a oferta a partir da limitação de recursos financeiros.

A implementação de novos programas governamentais apresenta os mesmos desafios da implementação de projetos e deve ser considerado neste contexto. Em geral, a gestão dos projetos é feita de maneira empírica, sem uso de um instrumento de controle ou rotinas

estabelecidas. Os gerentes fazem a gestão dos seus projetos com base em reuniões informais, onde eles procuram os membros da equipe e verificam como está o andamento das tarefas, porém sem direcionamentos a partir de sistemas de monitoramento ou uso de indicadores (SILVA JUNIOR, 2014).

Para realização do monitoramento, conforme Shapiro (2007), é necessário se estabelecer indicadores (sinais mensuráveis ou tangíveis de que alguma coisa foi realizada), sistemas para coletas de informações, além de analisar a informação coletada.

A avaliação sistemática ou monitoramento, contínuo e eficaz é uma excelente ferramenta gerencial, conforme Costa e Castanhar (2003), pois fornece aos formuladores de políticas públicas e aos gestores de programas condições para aumentar a eficiência e efetividade dos recursos aplicados em programas sociais. Portanto, o propósito da avaliação é guiar e orientar os tomadores de decisão, quanto à continuidade, à necessidade de correções ou mesmo a suspensão de uma determinada política ou programa.

O monitoramento e a avaliação, conforme Shapiro (2007), permitem revisar o progresso da política ou programa, identificar os problemas em planejamento e/ ou implementação e promover ajustes para que possa mais fortemente atingir os resultados e “fazer a diferença”.

Segundo Vaitsman *et al* (2006), o conceito de monitoramento encerra uma ambiguidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro lado, o monitoramento se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida, qualitativa, por meio da qual gestores, pesquisadores ou outros agentes podem verificar como a implementação está sendo realizada, e se está atingindo seus objetivos, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos.

Portanto, para Vaitsman *et al* (2006), o monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a

adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados.

Para o monitoramento de uma política ou programa, é necessário o estabelecimento de critérios de avaliação, os quais não se resumem apenas à análise do desempenho do programa, mas também sua sustentabilidade, a satisfação do beneficiário, entre outros. Para operacionalização desses critérios de avaliação, como traz Costa e Castanhar (2003), é necessário a definição de indicadores.

Os indicadores são utilizados para medir e acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais, onde o aumento ou diminuição do mesmo aponta as mudanças nas condições dos fenômenos. Um exemplo prático do uso de indicadores corresponde ao sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil onde os indicadores são divididos em três classes, como segue: “estrutura” - valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc.; “processos” – valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa; “resultados” – valores relativos ao alcance de metas do programa, conforme Vaitsman *et al* (2006).

Barros e Silva (1999) classificam os estudos de avaliação em dois tipos, dependendo do foco de análise, a saber: análise de resultados alcançados ou análise de funcionamento.

A análise com foco nos resultados, segundo o autor, tem seu estudo centrado nos efeitos gerados pela implementação do programa. As técnicas e métodos para investigação dos resultados alcançados geralmente utilizadas são entrevistas qualitativas com beneficiários, atores institucionais, complementadas com dados quantitativos sobre resultados, com base em dados oficiais gerados pelas instituições que implementam o programa. Nesse tipo de análise as questões típicas abordadas são: a) que tipos de serviços ou benefícios os beneficiários do programa estão recebendo?; b) em que medida os serviços ou benefícios realmente recebidos pelos beneficiários do programa estão de acordo as intenções originais dos formuladores?; c) os beneficiários estão satisfeitos com os resultados atingidos pelo programa? d) os resultados atingidos são compatíveis com os resultados esperados? e) como e porque os programas implementados geram resultados não esperados ?

Já a análise com foco no funcionamento do programa volta-se para a análise das etapas, mecanismos, processos, e conexões causais existentes no funcionamento do programa. Busca entender a natureza, e o *modus operandi* dos mecanismos envolvidos na implementação dos programas, e de como estes podem se articular aos resultados.

Segundo Barros e Silva (1999), as principais questões nesse tipo de estudo são: a) o que acontece no funcionamento do programa?; b) os resultados gerados pelo programa realmente decorrem do programa?; c) como os resultados alcançados pelo programa estão associados resultados a componentes específicos?; d) quais os pontos de estrangulamento do programa? e) quais são as relações institucionais necessárias para colocar o programa em funcionamento?; e, f) os mecanismos de operação do programa funcionam como originalmente concebido pelos formuladores?

No entanto, qualquer que seja a natureza e o tipo de estudo de avaliação, este se desenvolve a partir de uma questão (ou conjunto de questões) específica a qual se pretende responder, ou seja, é necessário ter definido os propósitos gerais daquela análise, conforme Barros e Silva (1999). Logo, para monitorar e/ou avaliar é preciso ter definido os objetivos do programa.

O próximo passo seria a montagem de um sistema de monitoramento, o que conforme Garcia *et al* (2006) passa pelo desenho dos indicadores de desempenho necessários a cada centro de responsabilidade além de definir a periodicidade de alimentação, as fontes de informação, as rotinas de alimentação e seus responsáveis.

No monitoramento, é crucial que a informação chegue ao gestor em tempo eficaz, pois se destina a possibilitar a tomada de decisões destinadas a corrigir oportunamente uma ação em andamento, segundo Garcia *et al* (2006).

Logo, o monitoramento deve ser realizado constantemente para verificar se as metas e os objetivos do projeto estão sendo cumpridos e reajustar a programação com base nas lições aprendidas até então. As avaliações internas são importantes não só para medir a efetividade, a eficiência e o andamento do projeto, mas também para desenvolver um sentido de apropriação do projeto, tanto por parte do pessoal que nele trabalha como daqueles que dele se beneficiam.

Segundo Januzzi (2011), a dificuldade encontrada ainda hoje na aplicação do monitoramento e avaliação de programas no Brasil está relacionada ainda ao pouco domínio de conceitos e técnicas nessa área na comunidade de gestores. Assim, a atenção para a capacitação de gestores públicos para essa finalidade corresponde a um investimento em longo prazo e que contribuirá para a institucionalização do monitoramento e avaliação.

A crescente atuação do Estado brasileiro na promoção de políticas sociais, em especial após a constituição de 88, tem sido acompanhada do aprimoramento da capacidade de formulação e avaliação de programas públicos no país, segundo Januzzi (2011). No entanto o autor acredita que ainda existe uma defasagem e contraste no monitoramento de programas, e principalmente a existência de uma desigualdade neste acompanhamento pelas diferentes esferas do governo e regiões do país.

Para Januzzi (2011), a ampliação do gasto e diversificação dos programas voltados a atender às diversas demandas públicas vem pressionando o setor público a aprimorar suas práticas de gestão, incluindo a preocupação com o monitoramento e avaliação dos programas e políticas.

No âmbito público, portanto, o monitoramento e avaliação estão diretamente ligados ao desempenho da gestão pública, principalmente no que diz respeito à efetividade, eficiência e *accountability*.

Após conhecermos a amplitude e a importância do Programa de Assistência Estudantil, somos levados a pensar nos meios de controle e de execução do mesmo, nos quais destacamos os processos de monitoramento e avaliação aplicados aos programas e políticas públicas como forma de prestação de contas e ajustes necessários ao seu bom andamento, além do estudo da política para construção do conhecimento. Dessa forma, entende-se que a prática do monitoramento e avaliação do PNAES contribui para que o Programa se firme como política pública, fazendo-se necessário o cumprimento desta etapa do programa pelas instituições de ensino superior.

Diante do exposto, ressalta-se que o monitoramento e avaliação são procedimentos de extrema importância que precisam ganhar mais consistência no âmbito institucional e frente às políticas públicas, tendo espaço, condições e credibilidade. Conforme cita Rolim (2009), necessita-se de um processo que não apenas execute, mas que monitore e avalie, de

forma sistemática, planejada e dirigida, para identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável os dados e informações, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos para tomadas de decisões racionais e para solucionar problemas.

3. O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA GESTÃO NA UFPE

De forma a destacar a assistência estudantil como estratégia para o combate às desigualdades sociais e regionais e ampliação e democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, o Ministério da Educação (MEC), através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Baseado neste Plano foi elaborado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, o qual é regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República.

São objetivos do PNAES, conforme o Art.2º do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), o qual dispõe sobre o Programa:

“I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”

Logo, o PNAES tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens em vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública federal, através do repasse de recursos para as IES, que por sua vez os distribui de acordo com sua demanda através de seus programas de assistência estudantil internos. Os recursos contemplam as bolsas de assistência, bem como as despesas destinadas a investimentos em restaurantes universitários e casas do estudante.

O MEC, por meio do PNAES, tem repassado às universidades, faculdades e institutos mantidos pelo poder público federal, recursos que são administrados localmente,

tanto para custear por bolsas próprias os itens de assistência ao estudante, quanto para adequação de infraestrutura destinada para esta finalidade.

Segundo o Art. 3º, § 1º do PNAES,

“As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2010).

Com a implantação dessas ações, o Programa objetiva contribuir para minimizar as desigualdades sociais e regionais, favorecendo a inclusão social pela educação. Porém, as ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Art. 4º). Portanto, elas podem diferir em tipos de auxílios oferecidos.

Na UFPE são disponibilizados o Auxílio Alimentação, o Auxílio Creche, o Auxílio Transporte, a Bolsa Emergencial, a Bolsa Permanência e a Moradia Estudantil ou Bolsa Moradia (UFPE, PROAES, 2014), como segue:

- Auxílio Alimentação – Concessão de isenção total para duas refeições diárias (almoço e jantar) no Restaurante Universitário para os estudantes do *Campus* Recife. Nos *campi* do Agreste e Vitória o auxílio é financeiro no valor total correspondente ao custo mensal das duas refeições por estudante para a UFPE que corresponde ao valor mensal de 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais). Além disso, os estudantes selecionados para o Auxílio Moradia nos *campi* do Agreste e Vitória recebem um acréscimo no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) referentes ao café da manhã e refeições nos finais de semana.

- Auxílio Creche – auxílio concedido a estudantes-mães através de vagas para seus filhos na Creche Paulo Rosas para o *Campus* Recife ou auxílio financeiro pago durante o período letivo da UFPE para os *campi* do Agreste e de Vitória. O auxílio é concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em curso de

graduação presencial da UFPE e com filhos na faixa etária de 0 a 2 anos e onze meses⁹. O Valor do auxílio é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e sua vigência é concluída quando a criança atingir a idade máxima de dois anos e onze meses ou o estudante concluir o curso.

- Auxílio Transporte – Concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação dos *campi* Recife, Agreste e Vitória para o seu deslocamento no trecho casa/UFPE /casa, possibilitando a frequência às atividades acadêmicas do curso ao qual está matriculado. O pagamento do auxílio transporte é depositado diretamente na conta bancária do estudante selecionado durante o período letivo, sendo interrompido nas férias acadêmicas. O auxílio transporte no *campus* Vitória é praticado de acordo com os valores¹⁰ da tabela 4.

- Bolsa Emergencial - bolsa temporária concedida a estudantes de graduação que, por alguma questão recente e emergencial estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não podem suprir suas despesas para frequentar as disciplinas que estão em curso no semestre em andamento.

- Bolsa de Manutenção Acadêmica (Permanência) – bolsa que objetiva auxiliar os estudantes de graduação e em vulnerabilidade socioeconômica a permanência no curso e desenvolver suas atividades curriculares e extracurriculares. A bolsa corresponde ao valor de R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais)¹¹ e o estudante deverá exercer 12 horas de atividades semanais da bolsa nos programas de pesquisa, extensão, monitoria e estágio curricular obrigatório.

⁹ A partir de 2014.1 o auxílio creche passou a ser concedido para os filhos das estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em curso de graduação presencial da UFPE e com filhos na faixa etária **de 0 a 3 anos e onze meses**. Durante a aplicação da pesquisa desse estudo a faixa etária considerada era de 0 a 2 anos e onze meses. Disponível em: http://estudante.ufpe.br/wp-content/uploads/2014/07/Edital_para_Assist%C3%A4ncia_Estudantil_2014.1.pdf. Acesso em: 30 set 2014.

¹⁰ Valores praticados até julho de 2014 e em vigor durante toda coleta de dados, portanto considerado durante todo o trabalho. Em agosto de 2014 o valor máximo do auxílio transporte passou a ser de R\$ de R\$ 211,00 (duzentos e onze reais). Disponível em: http://estudante.ufpe.br/wp-content/uploads/2014/07/Edital_para_Assist%C3%A4ncia_Estudantil_2014.1.pdf. Acesso em: 30 set 2014.

¹¹ Valores praticados até julho de 2014 e em vigor durante toda coleta de dados, portanto considerado durante todo o trabalho. Em agosto de 2014 o valor da Bolsa de Manutenção Acadêmica (Permanência) passou a ser de R\$ 381,00 (trezentos e oitenta e um reais). Disponível em: http://estudante.ufpe.br/wp-content/uploads/2014/07/Edital_para_Assist%C3%A4ncia_Estudantil_2014.1.pdf. Acesso em: 30 set 2014.

- Moradia Estudantil – concessão de moradia para estudantes oriundos de cidades diferentes das sedes dos *campi* da UFPE ou outros estados, em Casa do Estudante Universitário (CEU's) ou auxílio financeiro para este fim destinado aos estudantes dos *campi* do Agreste e Vitória. O Auxílio Moradia corresponde ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) e é concedido aos estudantes que residem fora do perímetro urbano e no mínimo a 50 km (cinquenta quilômetros) de distância do Centro Acadêmico.

Tabela 4 – Valores do Auxílio Transporte para os estudantes beneficiários do PNAES no Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013).

| ANEL TARIFÁRIO | VALOR DO AUXÍLIO TRANSPORTE |
|----------------|-----------------------------|
| A | R\$ 60,00 |
| B | R\$ 70,00 |
| C | R\$ 80,00 |
| D | R\$ 90,00 |
| E | R\$ 100,00 |
| F | R\$ 112,00 |
| G | R\$ 122,00 |
| H | R\$ 132,00 |
| I | R\$ 152,00 |
| J | R\$ 172,00 |

Fonte: Edital de Fluxo Contínuo para Assistência Estudantil 2013.2. PROAES, UFPE, 2013. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/proaes/images/proaes/editall.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2014

A soma total dos benefícios que o estudante possui na PROAES (exceto o auxílio alimentação e o auxílio psicológico) não poderá ultrapassar o valor de um salário mínimo e meio, ou seja, conforme valores do salário mínimo vigente no ano de 2014, um total de R\$ 1.086,00 (mil e oitenta e seis reais).¹² O público-alvo do Programa são estudantes prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per*

¹² Teto máximo para os auxílios praticado até julho de 2014 e em vigor durante toda coleta de dados, portanto considerado em parte do trabalho. Disponível em: < <https://www.ufpe.br/proaes/images/proaes/editall.pdf> >. Acesso em: 30 set. de 2014.

capita de até um salário mínimo e meio, podendo estar associado outros requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Os critérios e a metodologia de seleção dos alunos podem ser diferentes nas diversas IES, visto que devem ser estabelecidos por cada instituição (BRASIL, 2010). Na UFPE, o Programa de Assistência Estudantil¹³, gerido pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis - PROAES, a qual se responsabiliza pela seleção dos candidatos, coordenação, execução e acompanhamento dos Auxílios que integram a política de assistência estudantil, é ofertado através de editais semestrais.

Em consonância com o Art. 5º do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), para inclusão no PNAES, o aluno UFPE deve estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFPE e ter condições de concluí-lo dentro do prazo definido pelo seu período de duração média, em semestres, acrescido de 20%, contando a partir do seu ingresso na UFPE; e deve estar comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, renda familiar de até um salário mínimo e meio *per capita*, com prioridade para os estudantes que tenham cursado a educação básica em escola pública. Para comprovação das condições exigidas o aluno deverá apresentar documentação de acordo com o ANEXO 1.

Além do recurso PNAES, algumas instituições reservam também recursos de sua dotação orçamentária para complemento de programas assistenciais. A assistência estudantil emergiu como uma das principais diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e, em alguns casos, as IES destinaram investimentos para assistência estudantil em seu projeto específico de expansão pelo REUNI, por exemplo. Na UFPE, esses recursos de assistência oriundos do REUNI, foram destinados à ampliação das moradias do *campus* Recife e construção das moradias dos *campi* Agreste e Vitória (UFPE, 2014a).

Na UFPE, o órgão responsável pela gestão do PNAES é a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – PROAES, a qual é responsável por estabelecer os editais de seleção para os auxílios, bem como por gerenciar os respectivos pagamentos (UFPE, 2014b).

¹³ Dados extraídos do portal eletrônico da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES) da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: http://www.ufpe.br/proaes/index.php?option=com_content&view=article&id=310&Itemid=236. Acesso em: 30 set. 2014.

A PROAES tem por finalidade a gestão das políticas de assistência estudantil estabelecidas pelo Governo Federal e pelos órgãos deliberativos superiores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo como objetivo central coordenar e estabelecer condições para permitir aos alunos a permanência e a conclusão de curso de graduação, buscando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais que possam contribuir para a retenção e evasão escolar (UFPE, 2014b).

É competência da PROAES: a) administrar as bolsas e auxílios para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, selecionados mediante editais e avaliados pela equipe psicossocial do setor; b) Cuidar das casas estudantis, no que concerne aos aspectos relacionados com a manutenção e buscando atender as demandas dos residentes; c) Cadastrar alunos para utilização do restaurante universitário observando os perfis (isenção parcial e isenção total); d) Propor, desenvolver e implementar políticas voltadas para a qualificação profissional; e) Cuidar da qualidade de vida do aluno (UFPE, 2014b).

De forma a descentralizar e facilitar o atendimento ao estudante da UFPE foram criados núcleos nos *campi* de Vitória e do Agreste com o objetivo de intermediar as ações da PROAES. No CAV, o setor responsável pela gestão local do PNAES é o Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS, atualmente formado por 2 assistentes sociais e 2 psicólogas.

O NAEPS responsabiliza-se por selecionar os alunos inscritos nos editais de assistência estudantil e realizar visitas domiciliares aos alunos candidatos aos auxílios para complementação e verificação de dados. As visitas domiciliares, segundo a equipe de assistentes sociais do CAV, ocorrem por seleção de casos específicos onde haja necessidade de complementação e verificação de informações necessárias à inclusão do aluno no Programa Nacional de Assistência Estudantil.

4. METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos desta pesquisa, o trabalho desenvolveu-se em cinco fases principais:

1ª fase: Análise da cobertura do Programa Nacional de Assistência Estudantil em nível nacional, regional e local;

2ª fase: Dimensionamento e caracterização do público beneficiado pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil no Centro Acadêmico de Vitória;

3ª fase: Identificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação previstos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco com foco no Centro Acadêmico de Vitória.

4ª fase: Identificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação previstos para os programas de natureza similares desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

5ª fase: Propostas / sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o Centro Acadêmico de Vitória da UFPE.

A primeira, a segunda e a quarta fase foram elaboradas a partir de dados secundários disponíveis nas seguintes fontes:

- Lei Orçamentária Anual onde tomamos conhecimento dos recursos destinados para Programa Nacional de Assistência Estudantil das diversas instituições federais de ensino superior brasileiras;
- Painel de Controle do Ministério da Educação / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
- Dados disponíveis na Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis da UFPE e Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial do CAV referentes ao Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPE e aos seus beneficiários e editais em vigência de seleção para as bolsas / auxílios PNAES;
- Banco de dados *survey* da Fundação Joaquim Nabuco;
- Sistema de Gerenciamento Acadêmico – SIG@ UFPE.
- Planos de formulação, implementação e avaliação de programas de natureza similar desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS como o Programa de Bolsa Continuada – PBC.

A terceira fase foi elaborada a partir da pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários para uma amostra representativa de alunos beneficiários e entrevistas com os atores institucionais, de acordo com as estratégias apresentadas adiante na abordagem metodológica da pesquisa.

A quinta fase constou da elaboração e/ou ajuste de indicadores de monitoramento e avaliação com base nas reflexões e análise crítica dos indicadores e modelos de monitoramento de outros programas como os oferecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

A pesquisa teve, portanto, abordagem quantitativa e qualitativa. Conforme a taxonomia apresentada por Vergara (2009), que qualifica o processo quanto aos fins e quanto aos meios, a pesquisa caracterizou-se quanto aos fins, como exploratória e aplicada. Exploratória por não se identificar a existência de estudos, voltados ao CAV ou à UFPE, que abordem o Programa Nacional de Assistência Estudantil sob o aspecto dos processos de monitoramento e avaliação do Programa. Aplicada, pois visa contribuir com a identificação dos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES aplicados à UFPE, a criação de indicadores de forma a contribuir com esse processo, bem como com a melhoria da gestão do Programa na instituição.

Quanto aos meios, configurou-se como bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Bibliográfica, porque fez uso de materiais já publicados sobre o tema para o referencial teórico de forma a subsidiar o aprofundamento do assunto, bem como a análise crítica do objeto do estudo. Documental, porque se valeu de documentos internos do *campus*, bem como do órgão gestor do Programa na Universidade. A pesquisa configurou-se ainda como de campo, porque coletou dados no CAV, através de entrevistas e aplicação de questionários estruturados. E caracterizou-se também como estudo de caso, por estar circunscrita à UFPE e com maior profundidade de detalhamento para o Centro Acadêmico de Vitória.

A primeira, a segunda e a quarta fase da pesquisa caracterizam-se, portanto, como bibliográfica e documental baseadas em dados secundários e documentos institucionais. Os dados secundários utilizados para caracterizar o programa são aqueles já coletados e analisados por outras fontes e, portanto, já publicados segundo Barbetta (2002).

A terceira fase compreendeu a pesquisa de campo classificada como conclusiva descritiva, já que pretendeu descrever as características de grupos com base em estudo estruturado (MALHOTRA, 2001). O instrumento de pesquisa consistiu em *survey*, ou seja, aplicação de questionários estruturados com base nas questões apresentadas no Apêndice A.

A população objeto da *survey* foi selecionada através de cálculo de amostra segundo o critério de tipicidade, conceituado por Vergara (2009) como sendo a escolha dos elementos representativos da população-alvo. A amostragem segundo Pádua (2004) é utilizada quando se pretende estender ao universo as características encontradas.

A seleção da amostra foi aleatória onde esteve incluso o acaso, mantendo-se a proporção adequada dos cursos em relação ao universo e em seguida escolhida a amostra de forma aleatória simples. Segundo Gil (2008), as técnicas de amostragem probabilística asseguram, com uma determinada margem de erro e intervalo de confiança, que estão representados na amostra (de forma proporcional à sua representação na população) todos os subgrupos relevantes que constituem a população alvo. Desta forma garante-se que os resultados obtidos com o estudo dos sujeitos da amostra podem ser generalizados, com uma determinada margem de erro, para a população alvo.

Para o levantamento da amostra foi utilizado procedimento estatístico, considerando um erro amostral de 5% e um intervalo de confiança de 95%, conforme cálculo mais aceito e usualmente empregado em pesquisas de forma a projetar os resultados da amostra para a totalidade do universo, conforme Gil (2008). Baseado em Triola (1999) e Gil (2008), foi empregada a fórmula para cálculo do tamanho da amostra¹⁴ considerando uma população finita de 804 indivíduos, a qual representou o número total de alunos beneficiários do Programa no *campus* Vitória no 2º semestre letivo de 2013, o que nos indicou uma amostra de 260 assistidos, equivalente a 32,33% do total de alunos beneficiários. A amostra manteve proporcionalmente a representatividade dos beneficiários quanto aos cursos e local de residência (residentes ou não em Vitória de Santo Antão) por esses aspectos representarem

¹⁴ $n = \frac{\hat{d}^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2}$

$$e^2 \cdot (N-1) + \hat{d}^2 \cdot p \cdot q$$

onde N= universo, n= amostra que será calculada, \hat{d} = nível de confiança, e= erro amostral, p.q = porcentagem pelo qual o fenômeno ocorre. (TRIOLA, 1999; GIL, 2008)

fatores de heterogeneidade na população alvo conhecidos a partir do levantamento prévio de informações. Ao todo foram aplicados questionários com 263 alunos beneficiários.

Ainda na coleta de dados foram realizadas entrevistas conforme roteiro proposto no Apêndice B com atores institucionais, a saber: o representante da UFPE na elaboração do plano que serviu de base para a formulação do Programa Nacional de Assistência Estudantil e a gestão do Programa na UFPE e no CAV que compreende a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis e as Assistentes Sociais do Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial CAV. Todos os sujeitos da pesquisa assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Apêndice C) autorizando a coleta e utilização das informações por meio dos questionários e/ou entrevistas.

O estudo compreendeu o período após a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPE, ou seja, a partir de julho de 2010 e se limitou aos beneficiários ingressos no Programa até fevereiro de 2014. Quanto aos dados obtidos através de questionários estruturados direcionados aos alunos, os mesmos foram armazenados e manipulados em banco de dados no Microsoft Office Access 2007 e com o apoio do programa estatístico IBM SPSS *Statistics 21 (Statistical Package for Social Science)* e software R foram analisados de forma quantitativa. Já as informações obtidas através das entrevistas com atores institucionais foram gravadas para posterior transcrição e análise qualitativa.

A análise estatística dos dados coletados por meio dos questionários aplicados compreendeu testes não paramétricos em razão das variáveis estudadas não terem uma distribuição específica ou considerada normal, uma vez que há uma diversidade de situações entre os indivíduos da amostra. Os testes utilizados foram: Mann Whitney para comparar as médias entre duas amostras independentes; e Kruskal-Wallis ou análise de variância pelos números de ordem (“ranks”) para k amostras independentes (MARÔCO, 2011). Para aplicação dos referidos testes contou-se com a colaboração de um estatístico, Professor Carlos Renato dos Santos, professor assistente da UFPE lotado no Centro Acadêmico de Vitória.

A síntese das opções analíticas e dos dados coletados para o atendimento dos objetivos específicos da pesquisa estão dispostos no quadro 1.

Quadro 1 – Síntese metodológica da pesquisa para cada objetivo específico

| Objetivo Geral | | | |
|---|--|---|--|
| Analisar as estratégias e os mecanismos previstos e utilizados para o monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no âmbito da UFPE | | | |
| Específicos | Opção analítica | Dados a serem coletados | Instrumentos de pesquisa |
| <p>• Identificar os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação do PNAES previstos e utilizados pela UFPE.</p> | <p>1) Analisar se a UFPE dispõe de mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES e Identificar os indicadores utilizados ;</p> <p>2) Conhecer as ações destinadas ao controle do PNAES pela UFPE .</p> | <p>Registros da PROAES e NAEPS quanto ao monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE e indicadores utilizados.</p> | <p>Banco de dados do NAEPS - CAV/UFPE dos beneficiários PNAES;</p> <p>Projeto de Assistência Estudantil da UFPE voltado para o atendimento do PNAES;</p> <p>Entrevistas estruturadas com os atores institucionais;</p> |
| <p>• Verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES sob a ótica do beneficiário do CAV e da gestão do programa no CAV e na UFPE.</p> | <p>1) Conhecer a opinião dos alunos do CAV e da gestão do programa no CAV e na UFPE no tocante ao cumprimento dos objetivos do Programa (permanência e rendimento acadêmico).</p> | <p>Informações sobre a aplicação do Programa junto à PROAES, NAEPS e alunos e entrevistas para conhecer as necessidades e dificuldades na execução e acompanhamento do PNAES na UFPE.</p> | <p>Pesquisa de campo através de aplicação de questionários estruturados para amostra dos alunos do CAV beneficiários do PNAES;</p> <p>Entrevistas estruturadas com os atores institucionais.</p> |
| <p>• Propor sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o Centro Acadêmico de Vitória da UFPE.</p> | <p>1) Propor ações que contribuam com o monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE;</p> <p>2) Sugerir e adequar indicadores para monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE a partir da análise crítica e comparada dos mecanismos utilizados por programas similares.</p> | <p>Indicadores baseados na demanda e perfil dos beneficiários do PNAES na UFPE e aqueles utilizados por programas similares.</p> | <p>Sistemas de monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE e de programas similares.</p> |

5. CONTEXTUALIZANDO O CENÁRIO DA PESQUISA

O Centro Acadêmico de Vitória fica localizado no município de Vitória de Santo Antão, na zona da mata do estado de Pernambuco, região que tem como característica principal a monocultura da cana de açúcar.

O município com 129.974 habitantes, segundo o censo IBGE 2010, localiza-se a 53 km da capital, na mesorregião Mata e na Microrregião Vitória de Santo Antão do estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Glória do Goitá e Chã de Alegria, a sul com Primavera e Escada, a leste com Moreno, Cabo e São Lourenço da Mata, e a oeste com Pombos (Figura 1).

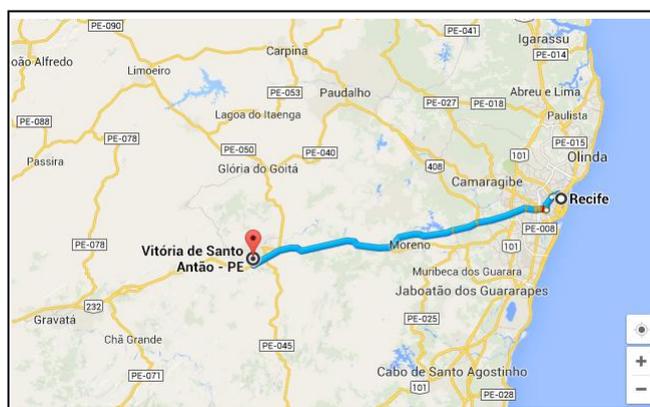


Figura 1 – Mapa Rodoviário de Pernambuco – localização de Vitória de Santo Antão

Fonte: *Google maps* (2014)

Historicamente, a cidade de Vitória de Santo Antão teve o seu desenvolvimento atrelado a sua estratégica posição geográfica, estando na principal rota de acesso ao interior e, mais especificamente, à região do São Francisco. Atualmente, se destaca pelo seu polo industrial, sendo base para fábricas renomadas e de grande importância para o desenvolvimento econômico da região, tais como: Sadia, Kraft Foods, Destilaria JB, Pitú, a fábrica de vidros OI (antiga SIV), Celite, Isoeste, Anjo, Ventisol, dentre outras empresas renomadas, além do recentemente inaugurado Vitória Park Shopping e Coliseum Leilões¹⁵. Segundo dados do Censo (2010), a economia do município está sustentada em 3 pilares: agropecuária, indústria e serviços, sendo este último o maior responsável pelo seu Produto

¹⁵ Dados extraídos do portal eletrônico da Prefeitura da Vitória de Santo Antão. Disponível em: <<http://prefeituradavitória.pe.gov.br/web/>>.

Interno Bruto (PIB). O PIB do município corresponde a aproximadamente 3% do PIB do estado de Pernambuco (IBGE, 2010, b).

5.1 O CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA (CAV)

O CAV ofertou inicialmente apenas os cursos de graduação em Nutrição (Bacharelado), em Enfermagem (Bacharelado) e a Licenciatura em Ciências Biológicas (UFPE, CAV, 2007). Atualmente oferece também os cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) e Saúde Coletiva (Bacharelado) (UFPE, CAV, 2013b). Cabe destacar, que conforme dados do portal eletrônico E-MEC do Ministério da Educação, a UFPE foi pioneira no oferecimento desses cursos no município.

Na época da implantação do Centro Acadêmico de Vitória, conforme relato da direção atual do *campus*, a Secretaria Municipal de Educação realizou um levantamento com os alunos do 3º ano do ensino médio das escolas públicas e privadas do município em relação ao curso de graduação de seu interesse, obtendo como resultado uma maioria das indicações para os cursos da área de saúde, em consonância com a carência desses serviços oferecidos pela região.

Desde sua criação, o CAV tem sua estrutura administrativa composta por Núcleos, diferentemente da divisão em Centro e Departamentos adotada pelo do *campus* Recife da UFPE. Nos Núcleos estão inseridas as Coordenações dos cursos de graduação, assim divididas: Núcleo de Biologia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas), Núcleo de Enfermagem (curso de bacharelado em Enfermagem), Núcleo de Nutrição (curso de Bacharelado em Nutrição e Bacharelado em Saúde Coletiva), Núcleo de Educação Física e Ciências do Esporte (cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física) (UFPE, CAV, 2013b).

Nesse formato administrativo, o Núcleo que apresenta apenas um curso de graduação tem o Coordenador do curso como Coordenador de Núcleo, concomitantemente, o que diminui os trâmites burocráticos e agiliza a tomada de decisão. Em casos de Núcleo com mais de um curso de graduação, dentre os Coordenadores desses cursos, são indicados o Coordenador e Vice- Coordenador do Núcleo.

Atualmente o *campus* Vitória, como é conhecido o CAV, oferece dois programas de Pós-Graduação *Strictu Sensu* (mestrado), o Programa de Pós-Graduação em Saúde Humana e Meio Ambiente e o Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica. Oferece também os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Saúde Pública (o Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde) desde 2010, e na área de Enfermagem em Urgência e Emergência (Especialização), desde o primeiro semestre de 2013 (UFPE, CAV, 2013b).

O CAV conta com um corpo técnico qualificado, com cerca de 60 servidores, distribuídos entre os cargos de nível médio (Auxiliar e Assistente em Administração, Técnico de Laboratório em áreas diversas, Técnico em Contabilidade e Intérprete em Libras) e nível superior (Nutricionista, Enfermeiro, Psicólogo, Assistente Social, Administrador, Químico, Bibliotecário/Documentalista, Farmacêutico, Técnico em Assuntos Educacionais, Secretário Executivo, Médico do Trabalho e Médico Veterinário), apresentando muitas vezes, titulação superior à exigida para o provimento dos respectivos cargos, como cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. O corpo Docente é formado por 25 professores contratados como substitutos e 124 docentes do quadro permanente da UFPE, em sua maioria doutores (78 doutores e 46 mestres), distribuídos entre as classes de Professor Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar, dois professores visitante e um professor com lotação provisória, responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão (UFPE, CAV, 2013b).

Portanto, o *campus* Vitória é um centro consolidado e com profissionais qualificados de forma a atender o objetivo principal da expansão do ensino superior que é a ampliação da oferta de vagas sem prejuízo da qualidade do ensino.

5.2 ENSAIANDO OS DADOS DO PNAES NO CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA: LEVANTAMENTO PRÉVIO DAS INFORMAÇÕES.

O Centro Acadêmico de Vitória no 2º semestre de 2013 tinha 1322 alunos regularmente matriculados¹⁶ em seus cursos de graduação, distribuídos conforme tabela 5,

¹⁶ Dados extraídos do SIG@, 2014. (Relatório dos alunos matriculados no 2º semestre letivo de 2013)

com uma maior concentração de alunos matriculados no curso de licenciatura em Ciências Biológicas. Do total de 1322 alunos matriculados, 804¹⁷ estão inseridos no Programa Nacional de Assistência Estudantil, totalizando 2014 auxílios distribuídos (Tabela 6), uma vez que cada aluno pode receber mais de um auxílio, desde que cumpra os requisitos necessários e a soma total dos benefícios (exceto o auxílio alimentação e o auxílio psicológico) não ultrapasse o valor de um salário mínimo e meio¹⁸.

Tabela 5 – Distribuição de alunos por curso do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2).

| CURSO | Nº DE ALUNOS | % |
|------------------------------------|---------------------|-------------|
| CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) | 375 | 28,37 |
| EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO) | 200 | 15,13 |
| EDUCAÇÃO FÍSICA (LICENCIATURA) | 200 | 15,13 |
| ENFERMAGEM | 243 | 18,38 |
| NUTRIÇÃO | 246 | 18,61 |
| SAÚDE COLETIVA | 58 | 4 |
| TOTAL | 1322 | 100% |

Fonte: Siga. Elaboração da autora.

Tabela 6 – Percentual de beneficiários e benefícios do PNAES por curso do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2).

| CURSO | Nº DE BENEFICIÁRIOS | Nº DE BENEFICIÁRIOS x ALUNOS MATRICULADOS | Nº DE BENEFÍCIOS | Nº DE BENEFÍCIOS POR CURSO x Nº TOTAL DE BENEFÍCIOS CAV |
|--------------------------------|----------------------------|--|-------------------------|--|
| Ciências Biológicas | 253 | 67,47% | 624 | 30,98% |
| Educação Física (Bacharelado) | 95 | 47,50% | 229 | 11,37% |
| Educação Física (Licenciatura) | 116 | 58% | 300 | 14,89% |
| Enfermagem | 165 | 67,90% | 432 | 21,44% |
| Nutrição | 154 | 62,60% | 389 | 19,31% |
| Saúde Coletiva | 21 | 36,20% | 40 | 1,98% |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

¹⁷ Planilha de beneficiários atualizada até 15 de janeiro de 2014. UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a).

¹⁸ Disponível em: < <http://www.ufpe.br/proaes/images/proaes/editall.pdf>>. Acesso em: 22 mai 2014.

Como podemos observar há um maior número de beneficiários nos cursos de Enfermagem e de Licenciatura em Ciências Biológicas. Ao compararmos o número de benefícios concentrados por curso ao número total de benefícios distribuídos no CAV, observamos uma maior prevalência de benefícios recebidos pelos alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, visto que 30,98% dos benefícios distribuídos no Centro Acadêmico estão concentrados neste curso.

Há uma maior concentração em todos os cursos do auxílio destinado à alimentação, o que parece indicar que esta ação é o carro chefe do Programa (Tabela 7). Nesse aspecto, destaca-se o curso de Saúde Coletiva, onde 52,5% dos alunos são beneficiários deste tipo de auxílio. Apenas um estudante do curso de nutrição recebe o auxílio creche, representando 0,25% dos auxílios distribuídos neste curso. O auxílio emergencial é recebido por apenas um estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, representando 0,16% dos auxílios recebidos pelos estudantes deste curso.

Tabela 7 – Percentual do número de benefícios PNAES, por tipo, comparados ao total dos auxílios distribuídos por curso no Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2013.2).

| CAV | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS | EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO | EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA | ENFERMAGEM | NUTRIÇÃO | SAÚDE COLETIVA |
|----------------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------------------|------------|----------|----------------|
| % DE AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO | 37,0% | 38,9% | 38,0% | 35,6% | 36,8% | 52,5% |
| % DE AUXÍLIOS ALIMENTAÇÃO CEU's | 13,8% | 14,0% | 14,0% | 19,0% | 16,7% | 2,5% |
| % DE AUXÍLIOS MORADIA | 14,1% | 14,0% | 14,0% | 19,0% | 16,7% | 2,5% |
| % DE AUXÍLIOS TRANSPORTE | 14,3% | 20,1% | 19,7% | 11,1% | 14,4% | 42,5% |
| % DE BOLSAS MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 20,7% | 13,1% | 14,3% | 15,0% | 15,2% | 0,0% |

Fonte:UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

Podemos observar ainda na tabela 7 que dentre os cursos do CAV, aqueles que têm o maior número de estudantes beneficiados pelo auxílio moradia (cujo deslocamento diário é inviável) e que conseqüentemente passam a ser beneficiados pelo complemento do auxílio alimentação destinado às refeições dos finais de semana (auxílio alimentação CEU's), são os de Enfermagem e Nutrição. Já o curso que se destaca por apresentar maior número de beneficiários pelo auxílio transporte (cujos estudantes fazem o deslocamento diário *campus* – residência) é o de Saúde Coletiva.

A renda familiar dos estudantes do CAV, de acordo com o estudo “migração e mobilidade cotidiana: os efeitos da interiorização das universidades federais em Pernambuco”

disponível no *survey* da FUNDAJ é de até 2 salários mínimos para 73,7% dos estudantes da amostra que são nativos do município de Vitória de Santo Antão, conforme Torban e Fusco (2012). Segundo dados da pesquisa intitulada “A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Norte e Nordeste: efeitos e mudanças”, realizada pela Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, na qual foi utilizada uma população amostral de 90 alunos, de modo geral, e sem considerar o município em que residem, o mesmo perfil de renda se aplica à maioria dos alunos pesquisados (55,6%) (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição de renda familiar média de amostra de alunos do Centro Acadêmico de Vitória da UFPE (2011).

| RENDA FAMILIAR MÉDIA | Frequência | Percentual | Percentual Acumulado |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|
| Menos de 1 SM | 2 | 2,2 | 2,2 |
| De 1 a 2 SM | 48 | 53,3 | 55,6 |
| Acima de 2 a 5 SM | 33 | 36,7 | 92,2 |
| Acima de 5 a 10 SM | 5 | 5,6 | 97,8 |
| Acima de 10 SM | 1 | 1,1 | 98,9 |
| NS/NR | 1 | 1,1 | 100,0 |
| Total | 90 | 100,0 | |

Fonte: *survey* Fundaj (2011)

O *campus* Vitória caracteriza-se ainda por apresentar vasta abrangência no que diz respeito à origem de seus alunos. Um breve levantamento realizado no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFPE, o Sig@ UFPE¹⁹, mostrou que os seus alunos estão distribuídos em diversas cidades, desde a capital ao sertão do estado. Dos 294 profissionais formados nas primeiras turmas do CAV, por exemplo, 55% residiam em cidades do interior de Pernambuco e 45% na Região Metropolitana do Recife - RMR²⁰.

Ainda de acordo com os dados do *survey* da FUNDAJ, quanto ao município em que reside, a cidade de Vitória de Santo Antão se destaca ao apresentar 42 alunos da amostra

¹⁹ Dados extraídos do SIG@, 2012. (Relatório dos alunos formados 2010.1 a 2011.2)

²⁰ A RMR compreende 17 municípios (Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Goiana, Escada, Sirinhaém, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife) de acordo com a Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973 (BRASIL, 1973), e projeto de ampliação de alcance da RMR aprovado no Poder Legislativo Estadual e publicado em Diário Oficial do Estado em 11/02/2012.

(46,66%) como residentes no município, o que indica que a implantação do Centro está atendendo consideravelmente os moradores da cidade. Por outro lado, esse dado pode estar demasiadamente ampliado pela inserção daqueles que migraram para a cidade para concluir seus estudos.

De qualquer forma, é possível observar a diversidade de municípios que enviam alunos para o CAV. Além de Vitória de Santo Antão, há alunos do CAV residentes nos seguintes municípios: Recife, Serra Talhada, Pombos, Gravatá, Limoeiro, Passira, Bezerros, Sairé, Glória do Goitá, Bonito, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Carpina, Feira Nova, São Lourenço da Mata, Chã Grande, Lagoa de Itaenga, Escada e Machado (Gráfico 4).

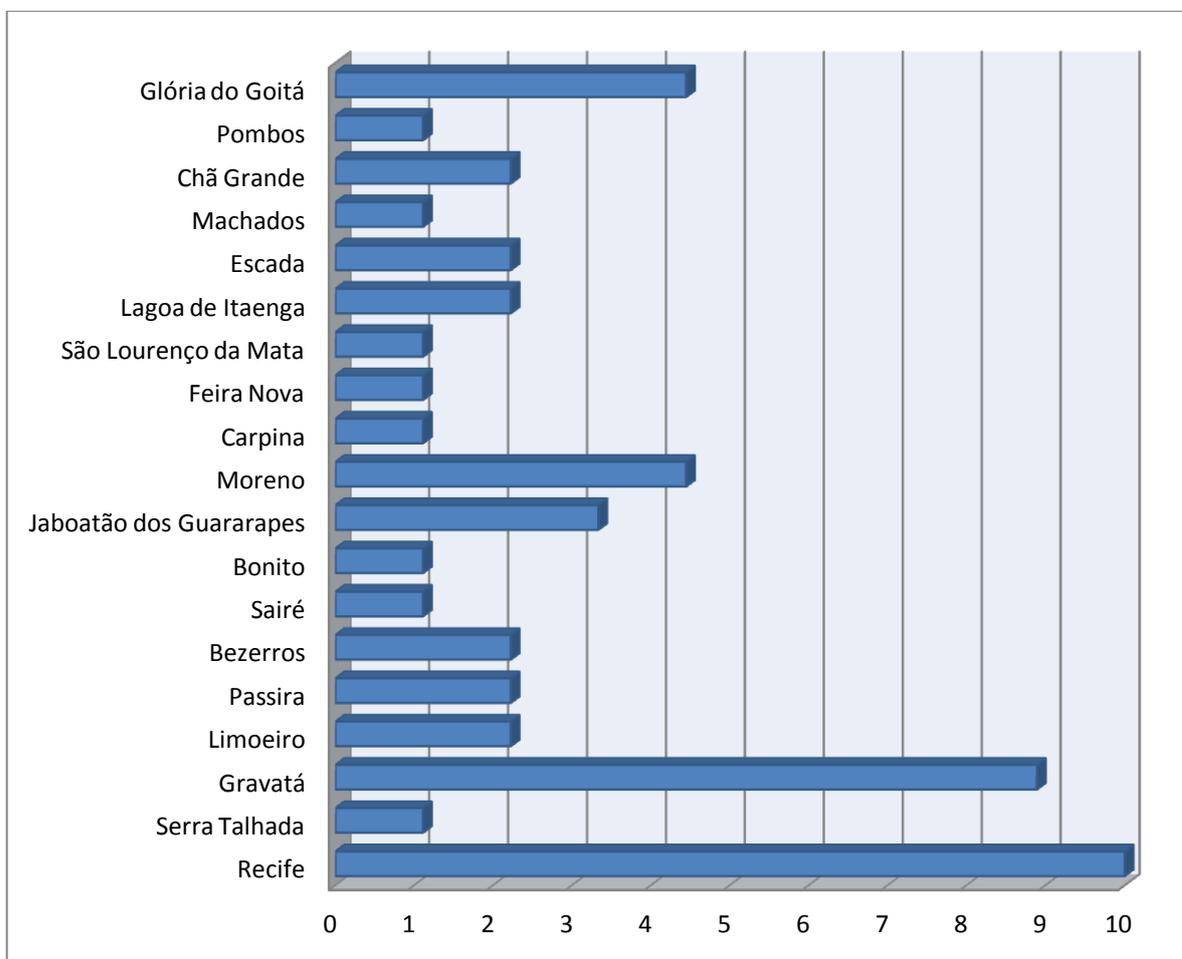


Gráfico 4 – Distribuição percentual do número de alunos do CAV por municípios em que residem diferentes do da localização do *campus* (2011).

Fonte: *survey* Fundaj (2011).

Como podemos observar, o 2º maior número de estudantes do CAV é de Recife (10%), o que significa dizer que mesmo com a interiorização do ensino, os estudantes do interior ainda competem, mesmo que minimamente, com estudantes da capital.

Quanto ao município em que residem, os alunos do CAV podem dividir-se em 3 grupos, são eles: os naturais ou não migrantes, ou seja, aqueles cujo município de residência anterior ao ingresso no CAV já era o de Vitória de Santo Antão; o migrante, cujo município de residência anterior ao ingresso no CAV não era o de Vitória de Santo Antão e passou a ser em função dos estudos; e o pendular, cujo estudante realiza o percurso diário entre o seu município e o município de Vitória de Santo Antão, onde está localizado o *campus*.

A distribuição dos beneficiários do PNAES entre esses 3 grupos foi analisada a partir da coleta de dados por meio das variáveis município de origem e município de residência semanal e será apresentada nos resultados da pesquisa.

Considerando a divisão os municípios acima elencados em pertencentes e não pertencentes à Microrregião de Vitória de Santo Antão, a qual engloba os municípios de Chã de Alegria, Chã Grande, Glória do Goitá, Pombos e Vitória de Santo Antão, observamos que a maioria dos estudantes do Centro (54%) reside na Microrregião de Vitória de Santo Antão.

Torban e Fusco (2012), com o objetivo de identificar os impactos nos fluxos de migração e mobilidade espacial: retenção e atração de pessoas, além dos deslocamentos cotidianos diretamente correlacionados com a implantação das IFES, identificaram que 42,1% dos estudantes nativos de Vitória de Santo Antão só tentaram o ingresso no CAV, levando a crer que parte deles não iria em busca de cursar o ensino superior em outra cidade ou em uma instituição de ensino particular local, tão pouco trocava de instituição no decorrer do seu curso. Portanto, os alunos residentes em Vitória, possivelmente, viriam a se tornar maioria dentro do *campus* por não almejar trocar de instituição.

Fazendo uma análise comparativa da distribuição de alunos por curso, turno e município de residência (tabela 9), podemos observar que há um equilíbrio nos diversos cursos entre o número percentual de alunos residentes e não residentes em Vitória de Santo Antão, porém com uma frequência levemente maior de procura dos cursos em geral pelos residentes de Vitória, de acordo com o *survey* da FUNDAJ.

Observa-se ainda que entre os alunos residentes em Vitória de Santo Antão há uma diferença maior na procura pelo curso de Nutrição. Nos demais cursos a procura é mais significativa pelos alunos residentes em outros municípios. Em relação ao turno do curso, nota-se uma maior preferência pelo turno da manhã pelos residentes de Vitória e pelo horário noturno pelos residentes de outros municípios. Como alguns municípios oferecerem transporte gratuito para deslocar os estudantes que estudam em cidades vizinhas em alguns horários específicos, talvez esse seja um motivo que pode influenciar a procura desses estudantes por determinado turno.

Tabela 9 - Distribuição percentual de alunos do CAV por curso e turno comparados ao seu município de residência divididos em residentes ou não em Vitória de Santo Antão (2011).

| Municípios de Residência | CURSO | | | | TURNO | | | |
|--------------------------|------------------------------------|----------|------------|-------------------------------|-------|-------|-------|----------|
| | Ciências Biológicas (Licenciatura) | Nutrição | Enfermagem | Educação Física (Bacharelado) | Manhã | Tarde | Noite | Integral |
| Vitória de Santo Antão | 42% | 55% | 44% | 48% | 51% | 50% | 42% | 44% |
| Outros | 58% | 45% | 56% | 52% | 49% | 50% | 58% | 56% |

Fonte: *survey* da FUNDAJ (2011). Elaboração da autora.

Como visto anteriormente, os cursos com maior número de assistidos foram o de Enfermagem com 165 beneficiários de um total de 243 matriculados, ou seja, com 67,90% de seus alunos como beneficiários do PNAES, e o de Licenciatura em Ciências Biológicas com 253 alunos beneficiários de um total de 375 matriculados, ou seja, com 67,47% de seus alunos como beneficiários do PNAES. Apesar de o curso de Enfermagem ter apresentado o maior número de beneficiários, o curso que concentra o maior número de benefícios é o de Ciências Biológicas, ou seja, apesar de um número de beneficiários menor, estes concentram uma maior quantidade de auxílios *per capita*.

Os cursos de Enfermagem e de Licenciatura em Ciências Biológicas apresentaram de acordo com o NAEPS (UFPE, 2013a) um total de gastos referentes aos recursos PNAES de R\$ 113.383,00 (cento e treze mil, trezentos e oitenta e três reais) e R\$ 166.015,20 (cento e sessenta e seis reais, quinze reais e vinte centavos), conforme detalhado nas tabelas 10A e 10B, respectivamente.

Tabela 10A – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)–Enfermagem

| Enfermagem | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|---------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 154 | R\$ 274,00 | R\$ 42.196,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CEU'S | 82 | R\$ 200,00 | R\$ 16.400,00 |
| AUXÍLIO MORADIA | 82 | R\$ 300,00 | R\$ 24.600,00 |
| AUXÍLIO TRANSPORTE | 48 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 6.462,00 |
| MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 65 | R\$ 365,00 | R\$ 23.725,00 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

Tabela 10B – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)– Licenciatura em Ciências Biológicas

| Ciências Biológicas (Licenciatura) | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|---|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 231 | R\$ 274,00 | R\$ 63.294,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CEU'S | 86 | R\$ 200,00 | R\$ 17.200,00 |
| AUXÍLIO MORADIA | 88 | R\$ 300,00 | R\$ 26.400,00 |
| AUXÍLIO TRANSPORTE | 89 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 11.687,00 |
| MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 129 | R\$ 365,00 | R\$ 47.085,00 |
| AUXÍLIO EMERGENCIAL | 1 | R\$ 349,20 | R\$ 349,20 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

Em seguida, destaca-se o curso de Nutrição, com 154 beneficiários de 246 alunos matriculados, ou seja, com 62,60% de seus alunos atendidos pelo PNAES, com um total de

gasto referente aos recursos PNAES de R\$ 81.613,00 (oitenta e um mil, seiscentos e treze reais), conforme detalhado na Tabela 10C. Logo, é possível perceber que há uma prevalência dos primeiros cursos oferecidos no CAV no programa de assistência estudantil. Acreditamos que um dos motivos para essa ocorrência seja o maior número de alunos matriculados nestes cursos, por serem cursos já consolidados neste Centro Acadêmico.

Os cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado) também contemplam um número razoável de alunos beneficiários dos diversos tipos de auxílios distribuídos e apresentam um total de gastos referentes aos recursos PNAES de R\$ 76.027,00 (setenta e seis mil, vinte e sete reais) e R\$ 58.002,00 (cinquenta e oito mil, dois reais) conforme detalhado nas tabelas 10D e 10E, respectivamente.

Tabela 10C – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2)– Nutrição

| Nutrição | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|---------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 143 | R\$ 274,00 | R\$ 39.182,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CEU'S | 65 | R\$ 200,00 | R\$ 13.000,00 |
| AUXÍLIO MORADIA | 65 | R\$ 300,00 | R\$ 19.500,00 |
| AUXÍLIO TRANSPORTE | 56 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 7.756,00 |
| MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 5 | R\$ 365,00 | R\$ 1.825,00 |
| AUXÍLIO CRECHE | 1 | R\$ 350,00 | R\$ 350,00 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

Tabela 10D – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Licenciatura em Educação Física

| Educação Física (Licenciatura) | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|---------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 114 | R\$ 274,00 | R\$ 31.236,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CEU'S | 42 | R\$ 200,00 | R\$ 8.400,00 |
| AUXÍLIO MORADIA | 42 | R\$ 300,00 | R\$ 12.600,00 |
| AUXÍLIO TRANSPORTE | 59 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 8.096,00 |
| MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 43 | R\$ 365,00 | R\$ 15.695,00 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

Tabela 10E – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Bacharelado em Educação Física

| Educação Física (Bacharelado) | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|--------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 89 | R\$ 274,00 | R\$ 24.386,00 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CEU'S | 32 | R\$ 200,00 | R\$ 6.400,00 |
| AUXÍLIO MORADIA | 32 | R\$ 300,00 | R\$ 9.600,00 |
| AUXÍLIO TRANSPORTE | 46 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 6.666,00 |
| MANUTENÇÃO ACADÊMICA | 30 | R\$ 365,00 | R\$ 10.950,00 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

O curso de Saúde Coletiva é o que apresenta um menor número de beneficiários com 21 alunos assistidos de um total de 58 matriculados, ou seja, com 36,20% de seus alunos beneficiados pelo PNAES e com um total de gastos referentes aos recursos PNAES de R\$ 8.434,00 (oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), conforme detalhado na tabela 10F. Ressaltamos que este curso foi recém-criado no CAV, tendo sua primeira turma iniciado em 2013.1, o que justifica também a ausência de alunos com bolsas de manutenção acadêmica neste curso.

De forma geral o curso de licenciatura em Ciências Biológicas é o que apresenta o maior valor de recursos gastos do PNAES no *campus* Vitória, conforme gráfico 5. O curso de Enfermagem apesar de beneficiar o maior número percentual de alunos (quando comparados ao número de matriculados no curso), apresenta o segundo maior valor de recursos PNAES gastos.

Tabela 10F – Recursos destinados aos beneficiários do PNAES no CAV por curso (2013.2) – Saúde Coletiva

| Saúde Coletiva | Quantidade de Benefícios | Valor Unitário do Benefício | Valor Total de Custeio |
|-------------------|--------------------------|-----------------------------|------------------------|
| ALIMENTAÇÃO | 21 | R\$ 274,00 | R\$ 5.754,00 |
| ALIMENTAÇÃO CEU'S | 1 | R\$ 200,00 | R\$ 200,00 |
| MORADIA | 1 | R\$ 300,00 | R\$ 300,00 |
| TRANSPORTE | 17 | R\$ 60,00 a R\$ 172,00 | R\$ 2.180,00 |

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

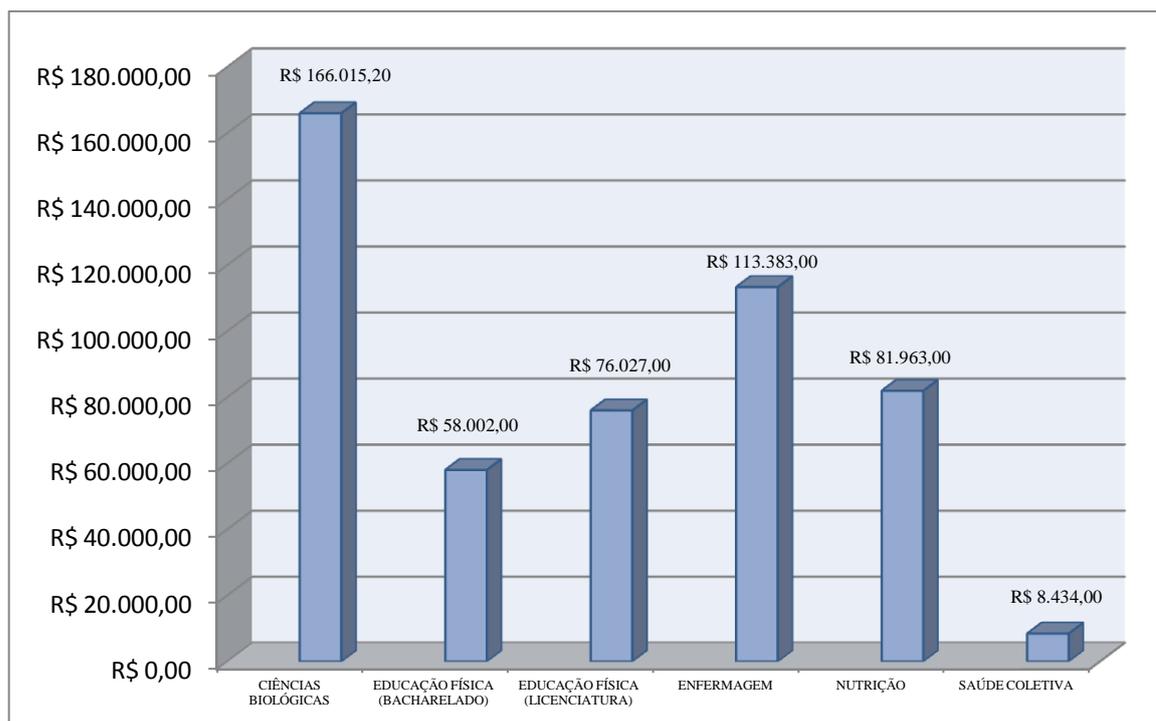


Gráfico 5 – Total de recursos PNAES gastos no CAV, por curso (2013.2).

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

O total de recursos PNAES destinados aos alunos do CAV por curso e por auxílio é apresentado de forma comparativa no gráfico 6.

Como cada beneficiário pode receber mais de um auxílio, ao analisarmos o número de auxílios *per capita*, observamos que 54% dos alunos beneficiários do CAV, ou seja, 430 alunos recebem ao menos dois auxílios concomitantes (Gráfico 7), sendo em sua totalidade a combinação entre o auxílio alimentação e outro benefício. Aqueles recebem apenas 1 auxílio, este corresponde ao auxílio transporte ou alimentação.

Os 136 alunos beneficiários (17%) que recebem os quatro principais auxílios concomitantes (alimentação, alimentação complementar CEU's, moradia e manutenção acadêmica) estão distribuídos conforme gráfico 8, no qual podemos observar que a maioria destes alunos está concentrada nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas e Enfermagem.

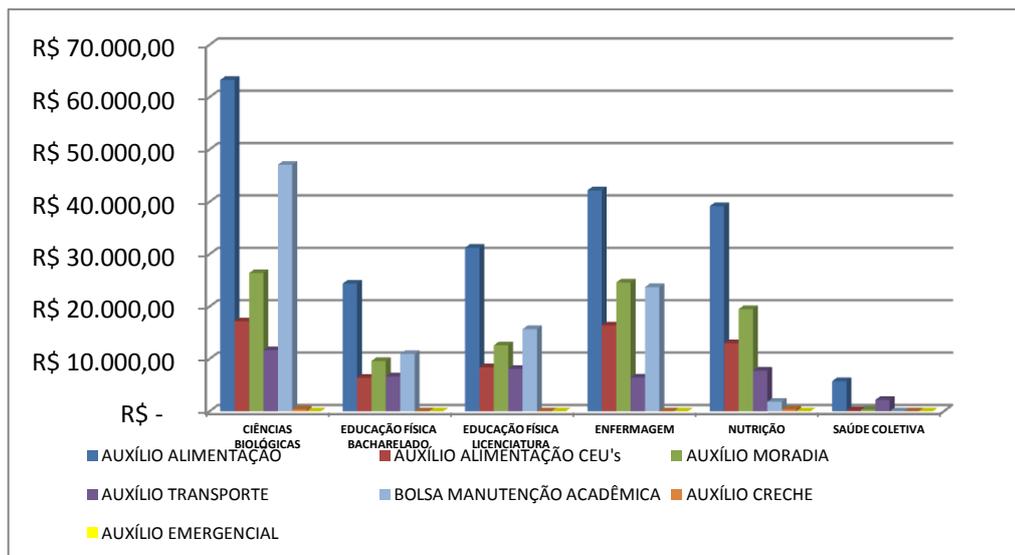


Gráfico 6 – Total de recursos PNAES destinados aos alunos do CAV por curso e por auxílio (2013.2).

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

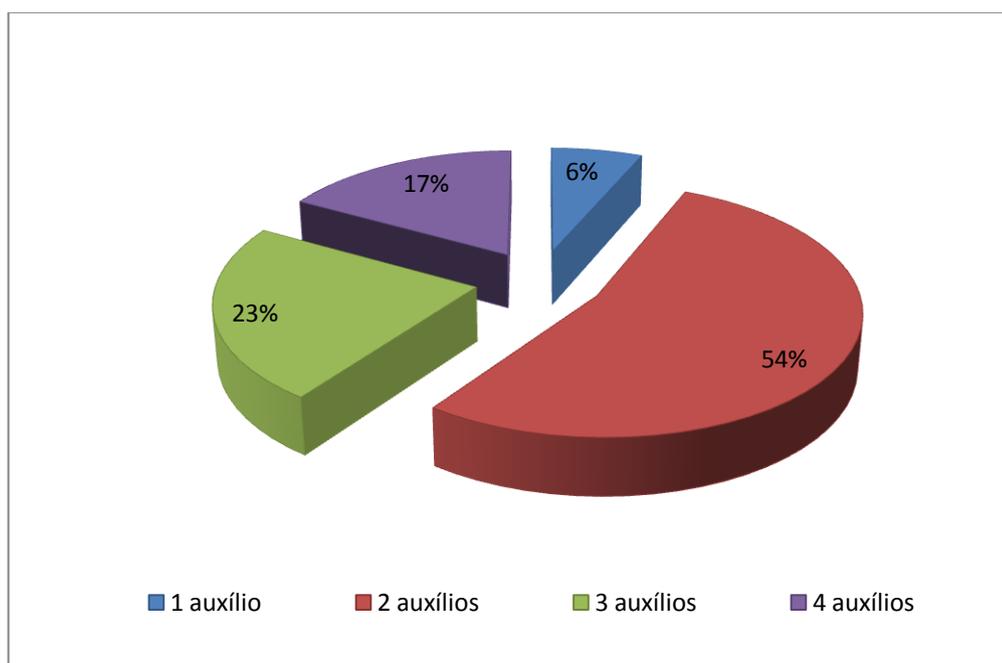


Gráfico 7 – Distribuição percentual do número de auxílios PNAES per capita dos estudantes do CAV (2013.2).

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a). Elaboração da autora.

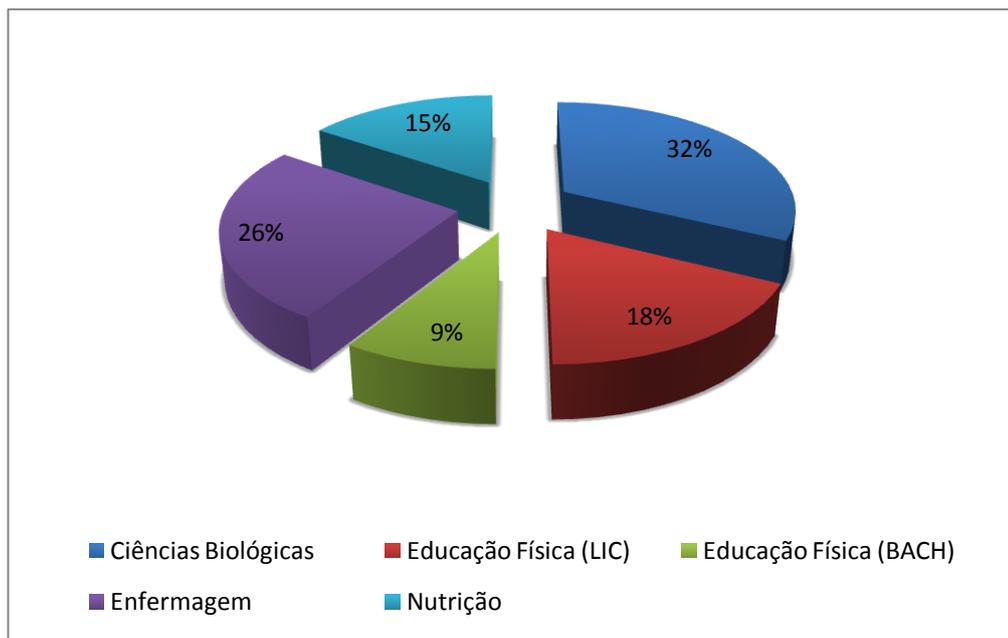


Gráfico 8 – Distribuição dos alunos beneficiados por 4 auxílios PNAES concomitantes por curso no CAV (2013.2). Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a).
Elaboração da autora.

Mello (2007) afirma que variáveis como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família influenciam não somente a probabilidade de ingresso no ensino superior, mas também os riscos de evasão. Dessa forma, esses fatores estão diretamente relacionados com a busca pelos programas de permanência.

Considerando a pesquisa amostral dos estudantes do CAV (FUNDAJ, 2011), observa-se que quanto à renda familiar, há uma predominância dos estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na faixa de renda familiar de 0 a 2 salários mínimos (71%), corroborando com a alta demanda por assistência estudantil dos alunos deste curso (Tabela 11).

O curso com o 2º maior percentual de alunos com renda familiar mais baixa (até 2 salários mínimos) é o curso de bacharelado em Educação Física, porém o curso é um dos que apresentou menores números de beneficiados pelo PNAES. Os alunos do curso de Nutrição tem renda familiar concentrada em maior número na faixa acima de dois salários mínimos. Apesar de o PNAES contemplar mais de 60% dos alunos do curso de Enfermagem, apenas 44% dos alunos deste curso tem renda familiar inferior a dois salários mínimos.

Tabela 11 – Distribuição percentual dos alunos do CAV por faixa de renda familiar média e por curso (2011).

| CURSOS / RENDA FAMILIAR | Menos de 1SM | De 1 a 2 SM | >2SM a 5SM | >5SM a 10SM | >10SM | NS/NR | Total |
|---|--------------|-------------|------------|-------------|-------|-------|-------|
| Ciências Biológicas (Licenciatura) | 6% | 65% | 19% | 10% | 0% | 0% | 100% |
| Nutrição | 0% | 36% | 50% | 5% | 5% | 5% | 100% |
| Enfermagem | 0% | 44% | 50% | 6% | 0% | 0% | 100% |
| Educação Física (Bacharelado) | 0% | 62% | 38% | 0% | 0% | 0% | 100% |

Fonte: *Survey Fundaj* (2011)

A escolaridade paterna é também um fator que para muitos autores relaciona-se com a busca pelo ensino por seus filhos. Em seu estudo sobre mobilidade intergeracional de educação²¹ na região metropolitana do Recife, Gonçalves e Silveira Neto (2011) perceberam que a persistência de *status* educacional entre pais e filhos reduziu comparada a pesquisas anteriores, mas ainda era alta, mesmo com a presença de políticas de transferência de renda, maior estabilidade econômica e maior aumento da oferta de ensino.

Gonçalves e Silveira Neto (2011) mostraram que pais mais escolarizados pressionam mais seus filhos para obterem níveis educacionais mais elevados por serem mais conscientes do valor da educação. Esses fatores seriam mais intensos nos níveis intermediários de escolaridade dos pais, fazendo com que os filhos desses pais sejam mais restritos, ou seja, recebam mais investimento educacional para obterem pelo menos o nível de escolaridade de seus pais.

Nessa perspectiva, esse aspecto pode ser apontado como mais um fator a contribuir para o alto número de beneficiários da assistência estudantil pertencente ao curso de Ciências Biológicas, uma vez que 58% dos estudantes deste curso têm pais com no máximo o ensino fundamental completo (Tabela 12). Em 2º lugar aparece mais uma vez o curso de Bacharelado em Educação Física com 53% dos estudantes com pais apresentando baixa escolaridade.

²¹ Para Gonçalves e Silveira Neto (2011), mobilidade intergeracional é a posição social alcançada por um adulto comprada com a posição de seus pais. Para Vieira e Bagolin (2008) é a comparação da posição social entre as gerações passadas e a geração atual.

Tabela 12 - Escolaridade paterna dos alunos do CAV por curso (2011).

| Cursos | Escolaridade do Pai | | | | | | | | | | | | Total | |
|-------------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------------|------------------------|----------------------|------------------|----------------|---------------------|-------------------|---------------------------------------|-----------------------|-------|-------|
| | Sem instrução | Alfabetizado | Elementar incompleto | Elementar completo | Fundamental incompleto | Fundamental completo | Médio incompleto | Médio completo | Superior incompleto | Superior completo | Curso técnico de nível médio completo | Superior ou graduação | | NS/NR |
| Ciências Biológicas | 3% | 3% | 10% | 6% | 23% | 13% | 13% | 19% | 0% | 6% | 3% | 0% | 0% | 100% |
| Nutrição | 0% | 0% | 0% | 5% | 23% | 5% | 5% | 45% | 0% | 5% | 0% | 5% | 9% | 100% |
| Enfermagem | 6% | 0% | 0% | 13% | 19% | 6% | 6% | 25% | 6% | 13% | 6% | 0% | 0% | 100% |
| Educação Física (Bacharelado) | 5% | 0% | 5% | 5% | 19% | 19% | 5% | 33% | 5% | 0% | 5% | 0% | 0% | 100% |

Fonte: *Survey* Fundaj (2011)

Seguindo a mesma lógica do nível de instrução dos pais na determinação da educação dos filhos, destacamos a ocupação do chefe da família neste processo da busca pela educação, uma vez que esses dados representam um indicativo de renda familiar e perfil socioeconômico. Entre os alunos do CAV, foi possível identificar uma maior prevalência, após a grande indicação de “outras” ocupações, dos seguintes ramos de atividades: Para o pai – Comércio e Agropecuária (Tabela 13), e para a mãe - Educação e Comércio (Tabela 14), o que pode ser um indicativo das possibilidades de renda familiar.

Quanto ao estado civil, segundo dados do *survey* da FUNDAJ (2011), a maior parte dos alunos do CAV é de solteiros (Gráfico 9) e o curso que detém o maior número de casados, ainda que em quantidade discreta, é o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Estes fatores são considerados no que tange à necessidade da assistência estudantil para a conclusão dos estudos, pois afetam a renda familiar e obrigam, em alguns casos, a concomitância entre estudos e trabalho, podendo vir a prejudicar o rendimento do aluno e até mesmo contribuir para sua evasão.

Em relação ao número de filhos, a maioria dos alunos do CAV não possuem filhos, com ocorrências apenas nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Bacharelado em Educação Física (Gráfico 10), conforme dados do *survey* da FUNDAJ (2011).

Tabela 13 – Distribuição dos alunos do CAV por ramo de atividade do pai (2011)

| Ramo de atividade do Pai | Ciências Biológicas | Curso | | Educação Física (bach) |
|--------------------------|------------------------|-------------|-------------|------------------------------|
| | | Nutrição | Enfermagem | |
| Agropecuária | 23% | 9% | 6% | 10% |
| Indústria | 6% | 0% | 6% | 10% |
| Construção civil | 3% | 5% | 0% | 14% |
| Comércio | 19% | 23% | 19% | 10% |
| Educação | 0% | 5% | 6% | 0% |
| Saúde | 6% | 0% | 0% | 0% |
| Alimentação/hospedagem | 3% | 0% | 0% | 0% |
| Administração pública | 13% | 5% | 6% | 5% |
| Artesanato | 0% | 0% | 6% | 0% |
| Outros | 26% | 50% | 38% | 38% |
| Não se aplica | 0% | 5% | 13% | 10% |
| NS/NR | 0% | 0% | 0% | 5% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Survey Fundaj (2011)

Tabela 14 – Distribuição dos alunos do CAV por ramo de atividade da mãe (2011)

| Ramo de atividade da Mãe | Ciências Biológicas | Curso | | Educação Física (bach) |
|--------------------------|------------------------|-------------|-------------|------------------------------|
| | | Nutrição | Enfermagem | |
| Agropecuária | 13% | 5% | 0% | 10% |
| Indústria | 0% | 0% | 6% | 0% |
| Comércio | 16% | 5% | 0% | 10% |
| Educação | 6% | 18% | 31% | 29% |
| Saúde | 3% | 5% | 6% | 5% |
| Alimentação/hospedagem | 3% | 0% | 0% | 0% |
| Administração pública | 10% | 0% | 6% | 10% |
| Serviços domésticos | 0% | 9% | 0% | 0% |
| Outros | 48% | 55% | 50% | 38% |
| Não se aplica | 0% | 5% | 0% | 0% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% |

Fonte: Survey Fundaj (2011)

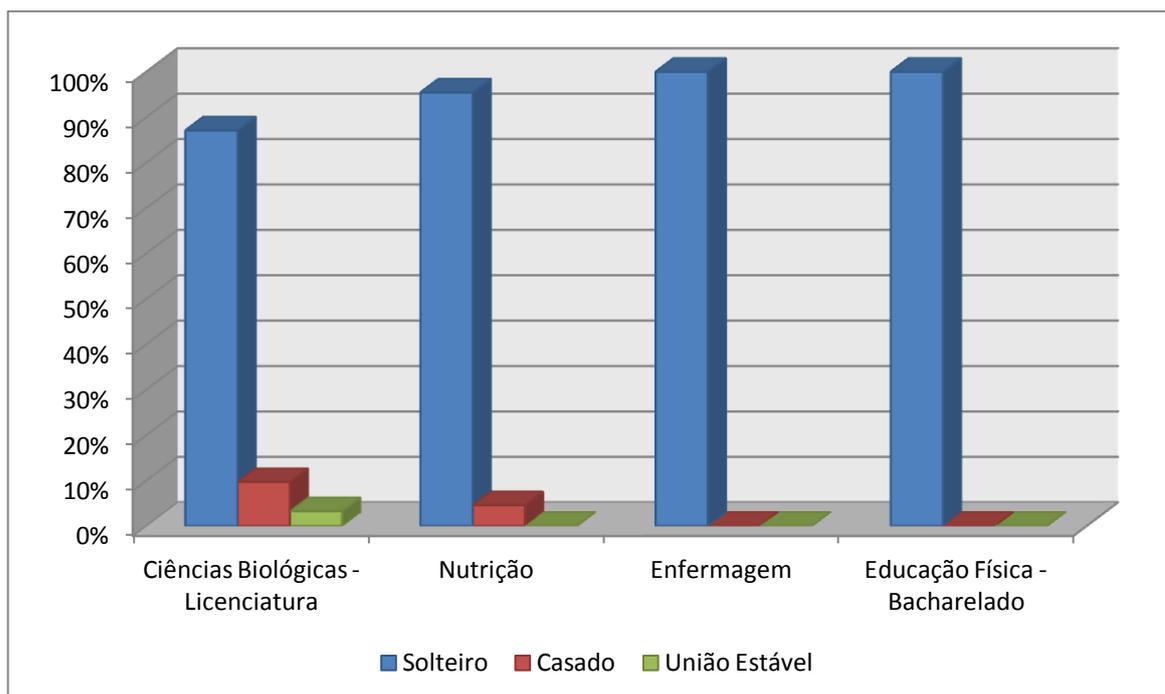


Gráfico 9 – Estado civil dos estudantes do CAV por curso (2011).

Fonte: Survey Fundaj (2011)

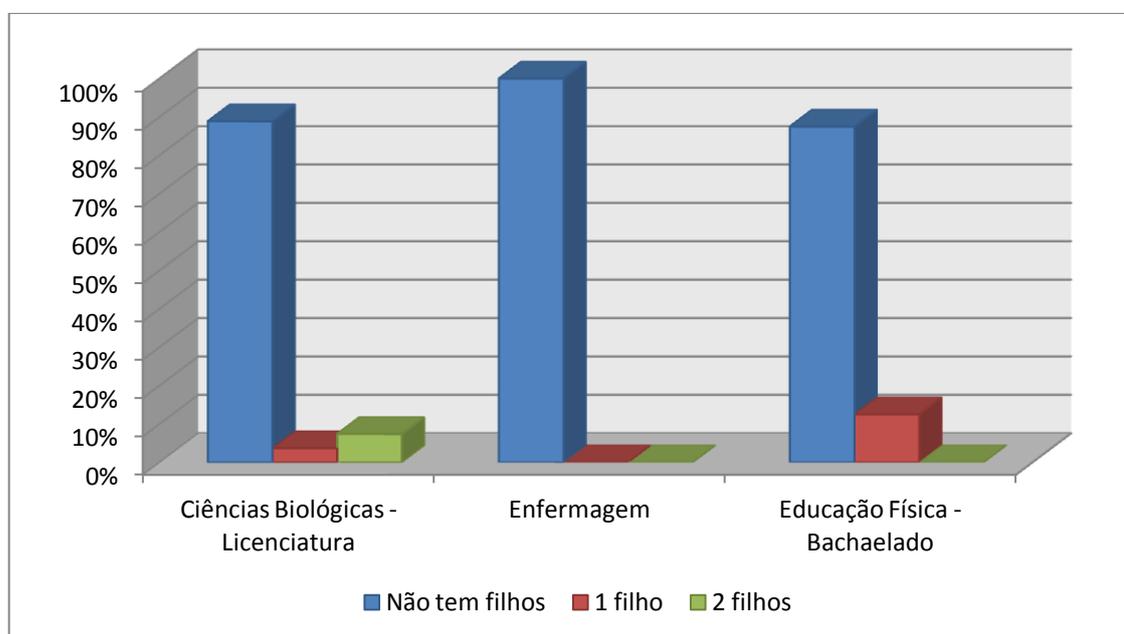


Gráfico 10 – Composição familiar (número de filhos) amostral dos estudantes do CAV por curso (2011).

Fonte: Survey Fundaj (2011)

Assim, de uma maneira geral, foi possível caracterizar de forma inicial a população a ser estudada e identificar diversos fatores associados ao perfil desses estudantes vinculados à assistência estudantil no Centro Acadêmico de Vitória.

6. RESULTADOS

Considerando a classificação dos estudos de avaliação adotada por Barros e Silva (1999), a qual se divide de acordo com o foco da avaliação em análise de resultados alcançados ou análise de funcionamento, os resultados aqui apresentados baseiam-se no primeiro tipo de análise, focados no estudo dos resultados alcançados pelo PNAES.

De acordo com Barros e Silva (1999), as técnicas e métodos para os estudos de avaliação por meio da análise de resultados alcançados são entrevistas qualitativas com beneficiários, atores institucionais, complementadas com dados quantitativos sobre resultados, com base em dados oficiais gerados pelas instituições que implementam o programa, estando assim os métodos aplicados nesta pesquisa em conformidade com o autor. Portanto, as dimensões da avaliação por nós adotadas compreendem: a entidade executora e gestão do Programa; o foco na demanda; e os resultados e metas.

6.1 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: ENTIDADE EXECUTORA E GESTÃO DO PROGRAMA

A análise institucional referente às estratégias e mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES no Centro Acadêmico de Vitória foi realizada por meio das informações levantadas através de entrevistas com os atores institucionais (Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, Pró-Reitora para Assuntos Estudantis e Equipe de Assistência Social do Centro Acadêmico de Vitória), aplicação de questionários com os beneficiários, análise documental, bem como por meio de observação *in loco*.

Até 2011, ano de criação da Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis - PROAES, a gestão do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES era realizada pela Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE, vinculada a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROACAD), e cuja atividade visava à gestão do então Plano Nacional de Assistência Estudantil, precursor do PNAES, e de outras ações voltadas ao apoio aos estudantes. A DAE era dirigida pela atual Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, a qual ocupa o cargo de Pró-Reitora desde o final de 2013.

Um dos motivos para criação de uma Pró-Reitoria específica para Assuntos Estudantis, segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, foi a alta demanda de atividades concentradas nesta Pró-Reitoria, a qual era responsável pelo desenvolvimento de ensino, seleção de docentes e pelos assuntos estudantis. Quando o atual Reitor, Prof.º Anísio Brasileiro, assumiu a gestão da Universidade uma das suas medidas para melhorar a assistência estudantil, tida como uma das prioridades elencadas para sua gestão²², foi a criação da PROAES (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, a PROAES está dividida em 3 diretorias: uma responsável pela gestão do restaurante universitário, outra que atende ao Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), além da bolsa atleta e o auxílio idiomas, e uma última diretoria que é direcionada às ações do PNAES com os auxílios alimentação, moradia, transporte, creche, etc. (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos e a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, quando os primeiros auxílios começaram a ser disponibilizados - ainda por meio do Plano Nacional de Assistência Estudantil - e no início da implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a procura dos estudantes pelos auxílios era muito baixa (Entrevistas – Apêndice C).

Os primeiros a procurarem os auxílios foram os estudantes do *campus* Recife, pois de acordo com a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos havia certa resistência acompanhada de descrédito no Programa pelos estudantes dos *campi* Vitória e Caruaru. Após os gestores realizarem visitas para divulgação do Programa nos *campi* do interior, foi que estes alunos passaram a buscar com maior frequência os auxílios estudantis. Primeiramente os alunos do

²² Disponível em: <https://www.ufpe.br/proplan/index.php?option=com_content&view=article&id=157:anisio-brasileiro-e-empossado-como-reitor-da-ufpe-em-meio-a-boas-noticias-do-mec&catid=30&Itemid=122>. Acesso em: 01 de dez. 2014.

campus Vitória e em seguida os do *campus* do Agreste (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Dessa forma, conforme explicam a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos e a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, inicialmente os recursos foram suficientes para atender plenamente a demanda de alunos beneficiários (Entrevistas – Apêndice C).

Segundo a Pró-Reitora da PROACAD, a UFPE resolveu investir inicialmente não só em assistência, como também em esporte e cultura com o objetivo de trazer o estudante por mais tempo para dentro da universidade e dar outro olhar a sua formação. Nessa perspectiva, foram realizadas obras de infraestrutura para coberta das quadras poliesportivas do *campus* Recife e foi inaugurado um espaço multiuso destinado para eventos com estrutura composta por com palco, miniteatro, copa. Essa área foi pensada para ser destinada a realização de encontros políticos, teatro, dança, entre outros eventos gerais de forma a atender aos estudantes (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Alguns erros de planejamento nos projetos - tanto na cobertura das quadras, que ainda está atualmente em processo de finalização; quanto do espaço multiuso, que chegou a ser concluído e inaugurado, porém sua estrutura não permite uma ventilação adequada do ambiente - fizeram com que esses investimentos ainda não tenham alcançado de maneira plena os objetivos propostos. Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos há uma proposta para climatizar o espaço multiuso em discussão de forma a dar as condições necessárias para o uso do local pelos estudantes (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Quanto ao aumento na demanda de beneficiários do PNAES, podemos afirmar que a grande explosão na busca pelos auxílios aconteceu entre os anos de 2012 e 2013, e a partir de então a universidade passou a precisar complementar com recursos próprios o orçamento da assistência estudantil. Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, em 2013, a UFPE tinha cerca de 20 milhões de reais provenientes de recursos PNAES e o orçamento final da assistência ficou em torno de 70 milhões de reais (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Para a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis essa é a realidade em todas as universidades brasileiras beneficiadas pelo PNAES. O déficit, porém, nem sempre é assumido pela universidade, pois alguns Reitores não são tão sensíveis à assistência estudantil enquanto que outros por mais sensíveis que sejam às questões da assistência estudantil, não têm recursos disponíveis para realocar nessa área. Esse cenário faz com que algumas

universidades já comecem a ficar impossibilitadas de abrir novos editais, devido à falta de recursos (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Conforme a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, atualmente na UFPE o recurso PNAES não consegue atender plenamente sequer os auxílios administrados pela diretoria de assistência estudantil, tão pouco os auxílios administrados pelas demais diretorias da PROAES, onde são aplicados recursos próprios, como é o caso do auxílio idiomas, bolsa atleta, apoio a eventos, etc. (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Com esta nova realidade da assistência estudantil na UFPE, alguns auxílios deixaram de ser ofertados, como é o caso, do auxílio informática. Esse auxílio segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis foi uma experiência única, pois além do estudante chegar à universidade com um domínio considerável no uso da informática, o auxílio deixou de ser prioridade frente às demais ações da assistência estudantil. Alguns cursos na área de design e arquitetura ainda tiveram alunos beneficiados por esse auxílio pago com o recurso PNAES (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Com os recursos reduzidos foi preciso definir e reforçar os critérios para ingresso e permanência no Programa. Alguns dos critérios utilizados atualmente foram oriundos das Resoluções 02/02²³ e 1/99²⁴ do Conselho de Administração da UFPE referentes à antiga Bolsa Permanência - atual Bolsa de Manutenção Acadêmica - e ao regimento da casa do estudante, respectivamente. Assim, conforme a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis para o ingresso na assistência estudantil passou-se a priorizar, entre outras situações, os alunos que estivessem em seu primeiro curso de graduação e os que estivessem solicitando o auxílio pela primeira vez (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Além disso, para o desempenho acadêmico dos alunos beneficiários, além dos requisitos trazidos pelo Decreto 7.234/2010, são exigidos: aprovação em pelo menos 50% das disciplinas cursadas nos dois semestres anteriores e ausência de reprovação por falta em cada um dos dois semestres anteriores, salvo nos casos de força maior, devidamente justificados e aprovados pela instância competente na UFPE. Quando não há cumprimento desses critérios pelo aluno beneficiário do CAV, o mesmo é convocado pelo NAEPS para que sejam identificados os motivos de sua dificuldade acadêmica e partir daí são feitos os

²³ Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proaes/images/documentos/res.0202.pdf>>. Acesso em: 13 nov. de 2014.

²⁴ Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proaes/images/documentos/res.991.pdf>>. Acesso em: 13 nov. de 2014.

direcionamentos e acompanhamento necessários para que haja uma melhora no rendimento do estudante (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

De acordo com a equipe de assistentes sociais do CAV, quando a situação torna-se recorrente e percebe-se que há uma tentativa de manutenção dos auxílios sem iniciativa de melhorias por parte do estudante, o mesmo é reavaliado para possivelmente ser desligado do Programa (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

Apenas 28,9% dos beneficiários pesquisados conhecem alguém que já tenha sido desligado do Programa e os motivos mais apontados são: o aluno não forneceu informações corretas sobre perfil socioeconômico (51,94%) e desistiu do curso (18,18%). Os casos de reprovações por falta são apontados por apenas 2,59% dos beneficiários. Segundo 33,1% dos beneficiários pesquisados ainda há casos de alunos que deveriam ser desligados do Programa. Os mesmos afirmam conhecer estudantes que deveriam ser desligados do PNAES por não ter fornecido informações corretas sobre o seu perfil socioeconômico, em sua maioria. Esses relatos reforçam a necessidade de monitoramento dos auxílios.

A adequação do vestibular UFPE 2013 ao sistema de cotas foi considerada como um fator que contribuiu para o aumento da demanda pela assistência estudantil. Em 2012, o Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (CCEPE) da UFPE, reunido no dia 22 de outubro, aprovou modificações na Resolução nº 04/2012, para adequá-la à legislação em vigor que instituiu a reserva de cotas para alunos da rede pública, pretos, pardos e indígenas: Lei nº 12.711, Decreto nº 7.824 e Portaria nº 18/2012, do Ministério da Educação²⁵.

Entre as modificações aprovadas estavam a reserva de, no mínimo, 12,5% das vagas por curso, turno e por entrada para jovens que tivessem cursado o Ensino Médio em escolas públicas, sendo que 50% das vagas ficariam destinadas a candidatos que comprovassem renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* e os demais 50% para os que tivessem renda familiar bruta superior a 1,5 salário mínimo *per capita*. Em cada um dos grupos, 62,4% das vagas foram reservadas para pretos, pardos e indígenas, o que corresponde ao somatório do percentual de pessoas de cada contingente dos beneficiados no Estado de Pernambuco (IBGE, 2010).

²⁵ Disponível em: <

https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=44982:vestibular-2013-da-ufpe-adequa-se-a-lei-das-cotas&catid=5&Itemid=78>. Acesso em: 01 de dez. 2014.

Em 2014, a UFPE ofereceu 1.710 vagas pelo sistema de cotas, de um total de 6.607 vagas²⁶, ou seja, 25,88% das vagas oferecidas foram reservadas ao sistema de cotas. Esse percentual de alunos cotistas a ingressarem na universidade tem sido, segundo a Pró-Reitora da PROAES, utilizado para se estimar o percentual de alunos a possivelmente ingressarem assistência estudantil (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Quanto ao ingresso nos programas da assistência estudantil na UFPE, como sabemos, acontece mediante a inscrição do aluno após publicação de edital. Até 2012.2, o processo de inscrição consistia na entrega de um requerimento contendo os principais dados socioeconômicos do aluno requerente juntamente com a cópia dos documentos listados no ANEXO 1.

Atualmente a inscrição é realizada através da plataforma do Sistema de Gerenciamento Acadêmico da UFPE – SIG@, onde no ato da inscrição o aluno preenche por meio eletrônico sua solicitação e informa seus principais dados socioeconômicos, além de anexar toda documentação exigida em formato digital. Após a inscrição o sistema agenda o dia, horário e local para a próxima etapa da seleção que consiste numa entrevista com a equipe de assistência social para que sejam apresentados os documentos exigidos (originais) e complementadas as informações necessárias à análise do mérito para ingresso no Programa.

De acordo com o Relatório de Gestão 2013 da UFPE (UFPE, 2014b), essa mudança no processo de inscrição foi uma medida adotada para garantir uma maior transparência e imparcialidade no processo de inscrição.

Recentemente, a demanda pela assistência tem crescido tanto que no edital para assistência estudantil 2014.1, o agendamento de entrevistas chegou a ser marcado pelo sistema para cerca de três meses após as inscrições. Com isso, a PROAES através de comunicado no portal do estudante suspendeu todas as entrevistas e os auxílios foram concedidos sem a etapa da entrevista, por meio da análise da documentação. Esse tipo de situação é decorrente do aumento da demanda não ser proporcional ao aumento da equipe de trabalho, necessitando, portanto, de ajustes nos fluxos e rotinas de trabalho, bem como do quantitativo de recursos humanos.

²⁶ Disponível em:<
https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=48750:covest-divulga-candidatos-aptos-a-concorrer-pelo-sistema-de-cotas-para-o-vestibular&catid=64&Itemid=72. Acesso em: 01 de dez. 2014.

Em relação às visitas domiciliares, segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, a visita domiciliar acontece no *campus* Recife para todos os beneficiários que solicitam moradia, porém para as demais solicitações as visitas domiciliares só ocorrem em casos de identificação problemas específicos ou em casos de concessão de auxílios emergenciais (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Conforme consulta realizada à equipe de assistentes sociais do CAV, as visitas domiciliares dos beneficiários do Centro Acadêmico de Vitória só ocorrem em casos específicos durante o processo de análise para ingresso do estudante no Programa. Os casos em que são realizadas as visitas domiciliares são selecionados minuciosamente pela equipe da assistência social do CAV devido à inviabilidade de visitas para todos os selecionados diante da grande demanda pelos auxílios. (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

Entre os 263 beneficiários questionados nesta pesquisa, apenas 35% informaram já terem recebido visita domiciliar e destes a maioria indicou que o motivo da visita foi conhecer a residência e pesquisar a situação financeira do estudante.

O NAEPS é no CAV o setor responsável pela elaboração das folhas mensais de pagamento dos auxílios, bem como pelo recolhimento e envio à PROAES das fichas de frequência dos alunos que desenvolvem atividades de pesquisa, extensão, monitoria e estágio curricular obrigatório, vinculadas às Bolsas de Manutenção Acadêmica (permanência). A PROAES é quem executa as folhas de pagamento dos auxílios dos três *campi*.

A Bolsa de Manutenção Acadêmica é a única modalidade de auxílio que exige a entrega de documentação mensal ao setor, pois estes alunos beneficiários ficam vinculados a um professor orientador que mensalmente deve comunicar a sua frequência regular sob pena de suspensão ou exclusão do auxílio. No entanto, não foi observada nem identificada a ocorrência de avaliação de desempenho desses alunos, seja pelo professor orientador, ou pelo setor de assistência estudantil do CAV. Logo, não há vínculo entre o desempenho acadêmico e a manutenção da bolsa.

Entre os alunos pesquisados, 47,1% afirmaram que precisam entregar documentação mensal ao NAEPS para recebimento da bolsa, indicando a entrega da frequência mensal obrigatória para apenas para a Bolsa de Manutenção Acadêmica.

Outro aspecto observado durante a análise institucional foi o arquivamento da documentação e registro de dados e informações. Para as inscrições realizadas até 2012.2, o arquivamento era realizado pelo NAEPS em 2 blocos: um de inscrições indeferidas e outro de inscrições deferidas em ordem alfabética pelo nome dos alunos contemplados. Dessa forma, o arquivo apresentou-se como geral, comportando a documentação dos beneficiários ativos e inativos em um mesmo espaço físico destinado às inscrições deferidas.

Consideramos essa organização prejudicial ao monitoramento e a avaliação, pois dificulta a identificação dos alunos já desligados do Programa, incluindo os que já concluíram o curso. Sugere-se neste aspecto a categorização do arquivo inicialmente entre ativos e inativos e secundariamente pelo ano de ingresso/desligamento do beneficiário no PNAES, pela turma, curso, etc.

O banco de dados digital utilizado é composto por uma planilha com os seguintes dados dos beneficiários: nome, CPF, curso, nível (todos de graduação), vínculo (todos matriculados), data do vínculo, tipo de auxílio recebido e valores por auxílio, data de início do pagamento do benefício (sendo todos com data inicial a partir de abril de 2013, em virtude da criação do NAEPS nesta época e ausência de banco de dados anterior) e a situação (ativa ou não do benefício), sendo apresentados, neste caso, apenas os benefícios ativos. Não existe um banco de dados para os beneficiários inativos.

O banco de dados está inicialmente dividido por tipo de auxílio e em seguida por curso, onde os nomes dos alunos que recebem mais de um auxílio se repetem. O banco contém ainda o campo para registro de fim do benefício e mês de pagamento, porém não há preenchimento desses dados.

O banco como apresentado atualmente também não permite identificar quais alunos tiveram visita domiciliar ou reavaliação de documentação. Também não são identificadas informações como sexo, idade, renda *per capita*, tempo de recebimento do auxílio e cidade de origem e residência, as quais contribuem para traçar o perfil dos beneficiários, entre outros aspectos.

Alguns critérios de acompanhamento associados à permanência no Programa também não foram encontrados no banco de dados, como por exemplo, a ocorrência de reprovações por falta em semestres anteriores e o tempo regulamentar e máximo estabelecidos para a conclusão do curso ao qual o aluno está vinculado.

Ainda sobre o banco de dados, não é possível identificar o período provável de conclusão do curso e conseqüente encerramento do auxílio, tão pouco há associação com o

desempenho pedagógico e situação acadêmica. Como vimos, os dados contidos no banco de dados atual contempla principalmente as informações necessárias à elaboração da folha de pagamento, resumindo-se, portanto, ao acompanhamento financeiro.

Sugere-se o complemento dos dados de forma a responder as lacunas apresentadas acima, principalmente no que diz respeito à previsão de encerramento do auxílio, ocorrência de visitas domiciliares e necessidade de reavaliação de documentação posteriormente.

A estruturação do banco de dados deve ser entendida como de grande importância, pois a principal matéria-prima de um sistema de monitoramento de programas sociais são os dados operacionais dos programas (VAITSMAN *et al*, 2006). São esses dados primários que dão origem a construção dos indicadores, pois a percepção da relação existente entre essas informações contribui para o processo de monitoramento e avaliação do Programa.

Após a adoção das inscrições através do sig@ em maio de 2013, os candidatos deferidos passaram a ter sua ficha e documentação arquivados digitalmente no Sig@ e no computador de cada assistente social responsável pela sua entrevista. Segundo as assistentes sociais do NAEPS/CAV, é possível o resgate da inscrição e documentação do aluno a qualquer tempo pelo Sig@ (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

São acrescentadas à documentação enviada pelo estudante no sistema, as demais observações e considerações da assistente social formando assim um dossiê para cada aluno. Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis em alguns momentos há dificuldade para acesso às informações disponíveis no Sig@ devido à instabilidade do sistema. Por outro lado, a mesma afirma que esta medida melhorou o armazenamento e arquivamento de documentação devido à dificuldade de espaço físico para arquivo (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Além disso, a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis destaca que o uso do Sig@ para as inscrições nos editais para auxílios facilitou não só a logística de trabalho diante da demanda de alunos inscritos, como facilitou para o próprio aluno que não necessita mais se dirigir a PROAES ou aos *campi* para se inscrever. Segundo a mesma, foi um avanço nos editais e facilitou bastante o trabalho das assistências sociais (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Os relatórios finais de análise e resultado da solicitação aos auxílios ficam também armazenados no computador pessoal de cada assistente, no entanto não foi identificado o uso de *backup* dessas informações após seu envio para o Sig@. Entendemos assim que as informações ficam vulneráveis a situações em que os dados venham a ser excluídos ou

corrompidos ainda nos computadores. Apesar de ficarem salvos no sistema Sig@, pode ocorrer uma eventual pane ou instabilidade do sistema que dificulte ou até mesmo impossibilite a consulta dessas informações.

Para evitar esse tipo de situação, como já falamos, é necessária a emissão de relatórios gerenciais para o controle sistemático das ações de qualquer programa. Da mesma forma é importante o backup periódico dos dados, pois ajuda a prevenir falhas e perdas de dados e informações.

Quanto à comunicação entre a gestão e os beneficiários, não foi observado o uso de mala direta ou existência de banco de dados contendo dados pessoais e contato do aluno beneficiário, seja telefônico ou eletrônico (e-mail), para repasse e solicitação de informações de forma mais rápida e dinâmica diretamente aos alunos beneficiários.

Atualmente para convocação ou repasse de informações aos alunos beneficiários do PNAES pelo NAEPS/CAV são encaminhados comunicados para os *e-mails* de cada turma dos cursos de graduação. No entanto, alguns alunos argumentam que não tomaram conhecimento do chamado ou informativo, pois a mensagem havia sido apagada por outro colega de turma que a visualizou anteriormente, já que a comunicação pode ser vista por todos os alunos da turma, seja beneficiário ou não. Além disso, algumas turmas trocam de endereço de *e-mail* e não os atualizam no NAEPS dificultando a comunicação.

Outros comunicados como abertura de editais ou lista de alunos selecionados para os auxílios são divulgados no portal do estudante da UFPE e endereço eletrônico da PROAES.

Conforme dados do Relatório de Gestão UFPE 2013 (UFPE, 2014b), atualmente é utilizado para controle geral dos beneficiários o relatório financeiro (folha de pagamento) gerado mensalmente pelo SIG@. No entanto, ainda há instabilidade nesse processo, visto que, segundo informe no endereço eletrônico da PROAES, em dezembro de 2014 alguns auxílios não foram disponibilizados devido a erros operacionais na folha de pagamento²⁷. Talvez pela grande demanda seja necessário pensar em um sistema ou plataforma voltada exclusivamente para os dados do PNAES.

Diante desses aspectos, sugere-se para o novo formato de seleção através do SIGA que seja realizado um backup e arquivo em meio digital dos dados dos alunos requerentes

²⁷ Disponível em: < https://www.ufpe.br/proaes/index.php?option=com_content&view=article&id=499:nota-de-esclarecimento-sobre-folha-de-pagamento-dos-beneficios-da-proaes&catid=2&Itemid=122>. Acesso em: 29 dez. 2014)

(deferidos e indeferidos), bem como dos relatórios sociais realizados pelas assistentes de forma categorizada que pode ser de acordo com o ano e semestre de ingresso no Programa, por exemplo. Além disso, outra proposta é a possibilidade de através do SIGA gerar uma planilha que contenha além dos dados financeiros, os dados pessoais dos beneficiários, perfil socioeconômico, como também os auxílios recebidos e previsão de término do benefício, visto que é possível com esses dados analisar e acompanhar outras variáveis e indicadores de forma eficaz que não seja só o custo mensal do programa na instituição.

O monitoramento e avaliação do PNAES, dentre outros aspectos, tem sido motivo de recomendações nas auditorias realizadas pela Corregedoria Geral da União (CGU) e debates em reuniões semanais do grupo psicossocial dos 3 *campi* da UFPE.

A PROAES e os Núcleos setoriais de assistência estudantil, durante o ano de 2013 iniciou uma discussão para elaboração da Resolução Única da Assistência Estudantil (UFPE, 2014b) com os procedimentos a serem adotados pelos núcleos setoriais de apoio psicossocial em consonância com a PROAES. Essa resolução encontra-se em elaboração através de reuniões semanais e visa estabelecer normas e procedimentos a serem adotados pela assistência estudantil na UFPE, baseados no PNAES. Atualmente, conforme informações da assistência social do CAV, a resolução está sendo finalizada para ser encaminhada para as demais instâncias da UFPE para análise e aprovação (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

6.1.1 RECOMENDAÇÕES DA CGU À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFPE

O Relatório de Gestão da UFPE 2013 (UFPE, 2014b) traz algumas das recomendações da Corregedoria Geral da União - órgão do Governo Federal responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção²⁸ - no que se refere à necessidade do monitoramento e avaliação do PNAES pela PROAES/UFPE, dentre elas destacamos:

1. “estabeleça metas e defina indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE” (p. 285).

²⁸ Disponível em: < <http://www.cgu.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez de 2014.

2. “seja elaborado um relatório gerencial de acompanhamento dos programas de assistência estudantil e defina a periodicidade de sua produção, de modo a subsidiar a equipe da PROAES na avaliação dos resultados das ações empreendidas” (p.285).

3. “empreenda ações para avaliar os casos de insucesso entre os beneficiários dos programas de assistência estudantil (retenção\evasão), identificando as causas e oportunidades de aprimoramento das ações de assistência estudantil (p.286)”.

4. “estabeleça mecanismos para acompanhamento e aferição da demanda efetiva por benefícios da assistência estudantil, utilizando-se, para isso, informações provenientes da COVEST, do sistema Sig@ (matrícula), de pesquisas e/ou outras fontes que se mostrarem adequadas” (p. 291).

5. “designe supervisor responsável pelo atendimento aos estudantes e defina modelo e periodicidade de relatórios gerenciais a serem apresentados com análises sobre o quantitativo de atendimentos realizados, a adequação da estrutura para essa atividade, a qualidade dos serviços prestados (considerando também a avaliação dos beneficiários), a produtividade de cada servidor responsável pelos atendimentos, os principais assuntos tratados nesses atendimentos e os encaminhamentos adotados, sugestões para melhorias dos programas geridos pela PROAES (a partir desses registros de atendimento), dentre outras informações relevantes para avaliação e aprimoramento dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE” (p. 288).

6. “Dote a PROAES de sistema de informação para dar suporte à atividade de atendimento aos estudantes, auxiliando na triagem e registro dos atendimentos (inclusive com avaliação da satisfação dos beneficiários), bem como fornecendo informações gerenciais para os dirigentes da PROAES” (p. 288).

7. “Estabeleça os fluxos e rotinas de atualização cadastral e de pagamentos, identificando os responsáveis por cada etapa, com a devida segregação de funções” (p. 289).

8. “Conclua a reestruturação dos processos referentes a seleções de beneficiários da assistência estudantil, definindo procedimentos que garantam as devidas formalização, registro, publicidade e transparência dos atos praticados no âmbito dessas seleções” (p. 293).

9. “Estabeleça parâmetros e critérios para avaliação dos alunos assistidos, bem como ações a serem adotadas em caso de insuficiência de rendimento escolar dos beneficiários (definindo em que casos e de que forma serão oportunizadas aos alunos uma chance para a

sua recuperação e as instâncias competentes para decidir sobre a manutenção/desligamento desses alunos nos programas assistenciais)” (p.295).

10. “Dote a PROAES de sistemas de informações que facilitem o acompanhamento pedagógico dos alunos, com a automação de algumas tarefas e que sirva como repositório de dados que possibilite o registro e armazenamento das análises e encaminhamentos resultantes desse acompanhamento. Esses sistemas devem também disponibilizar informações gerenciais para subsidiar os dirigentes da PROAES na gestão dos programas de assistência estudantil” (p. 295).

Sobre os dez pontos elencados acima, trazemos aqui as justificativas apontadas pela PROAES e apresentadas no Relatório de Gestão 2013, juntamente com as informações colhidas por meio de entrevistas com os atores institucionais.

Sobre o primeiro ponto, quanto ao estabelecimento de metas e definição de indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil, de acordo com a PROAES, o atendimento deu-se a partir do mês de maio de 2013 quando foi implantado o controle através do Módulo Financeiro do Sig@, disponibilizando informações para avaliação sistemática da assistência estudantil e aferição do custo médio da assistência para formar o aluno em condição de vulnerabilidade. No que diz respeito aos indicadores relativos às taxas de retenção, evasão e sucesso a PROAES justificou que os mesmos serão elaborados com a admissão do pedagogo à equipe da PROAES.

De acordo com a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, o acompanhamento pedagógico pode ser feito pela PROAES por meio de indicadores do histórico escolar, porém a contrapartida da formação nesses casos é de responsabilidade da PROACAD. Para isso, estão sendo criados indicadores de acompanhamento pedagógico através de um projeto com a colaboração da Diretoria de Desenvolvimento de Ensino (DDE) da PROACAD e professores do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, os principais indicadores trabalhados atualmente pela PROAES correspondem ao quantitativo de alunos ingressantes e desligados do Programa, o número de alunos beneficiários atendidos e acompanhados pelo profissional de pedagogia e os acompanhados pela equipe de assistentes sociais da PROAES e

o número de reprovações dos alunos que residem na Casa do Estudante UFPE (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

De acordo com a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, apesar de esses indicadores ainda não terem sido aplicados ao número total de alunos beneficiários na UFPE, alguns já mostram resultados positivos como é o caso do acompanhamento inicial realizado por meio do indicador “número de reprovações dos beneficiários da casa do estudante”, onde já foi possível identificar um bom resultado no rendimento acadêmico desses estudantes (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Também é possível identificar na PROAES, de acordo com os relatórios apresentados no endereço eletrônico por meio da transparência, o uso dos indicadores financeiros como o quantitativo de recursos aplicados por semestre em todos os *campi*, número de auxílios por *campi* e número de auxílios por curso.

Quanto à identificação do desempenho das ações do Programa na instituição, destacamos a necessidade e importância do acompanhamento pedagógico. A PROAES por meio de sua Pró-Reitora afirma que esse acompanhamento já existia, mas com o grande crescimento do número de beneficiários houve uma suspensão desta atividade, pois a equipe de assistentes sociais tinha um grande número de alunos para realizar seleção, elaboração de folha de pagamento, visitas domiciliares, entre outras demandas, e não conseguiam fazer o acompanhamento pedagógico a contento (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Em 2013, uma pedagoga passou a integrar a equipe da PROAES e segundo a Pró-Reitora, foi retomado o acompanhamento pedagógico dos beneficiários. A mesma destaca ainda que o grande problema no que se refere ao acompanhamento pedagógico dos beneficiários atualmente são os alunos da área II na UFPE (cálculos, física, estatística, química, etc.) onde existe uma frequência maior de reprovações e para os quais a PROAES tem que ter um olhar diferenciado no acompanhamento (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Com exceção dos indicadores financeiros, cujos dados de todos os *campi* tem sido disponibilizados no endereço eletrônico da Pró-Reitoria (transparência), o uso dos indicadores de monitoramento e avaliação adotados pela PROAES tem ocorrido frequentemente apenas no *campus* Recife. O mesmo acontece com o acompanhamento pedagógico realizado pelo profissional de pedagogia, o qual atua apenas com os beneficiários desse *campus*.

De acordo com a Pró-Reitora da PROAES, para o CAV ainda estão sendo pleiteadas junto a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) vagas para abertura de concurso de

pedagogo para realização desse trabalho direcionado ao *campus* (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C). Atualmente no CAV, o acompanhamento pedagógico é realizado pelas assistentes sociais e segundo a equipe do NAEPS, quando é identificado que o aluno está com dificuldades em seu desempenho por meio de seu histórico escolar, o mesmo é chamado para conversar e quando necessário são realizados os devidos encaminhamentos psicológicos e/ou psiquiátricos, no entanto não se tem o direcionamento e intervenção pedagógica (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C).

A Pró-Reitora para Assuntos Estudantis acredita que para o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE é necessário ter uma equipe de psicopedagogos na PROAES que trabalhem especificamente no acompanhamento dos beneficiários do Programa que hoje representam cerca de 7.000 alunos (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C). Atualmente, como vimos, a equipe conta apenas com um profissional de pedagogia.

Como podemos observar o acompanhamento pedagógico ainda é incipiente na Universidade e encontra-se mais avançado, porém ainda em fase de implantação no *campus* Recife, com necessidade de serem expandidos aos demais *campi*.

Quanto ao processo de monitoramento e estabelecimento de indicadores, algumas medidas começaram a ser tomadas nesse sentido, porém necessitam também de ampliação.

Quanto à elaboração de relatórios gerenciais de acompanhamento dos programas de assistência estudantil de modo a subsidiar a equipe da PROAES na avaliação dos resultados das ações empreendidas destacadas no ponto 2, a PROAES justifica o cumprimento a partir da implantação do Módulo Financeiro pelo Sig@, o qual emite relatórios gerenciais mensais que são de forma simplificada divulgados na página da PROAES, no item Transparência PROAES.

Atualmente a página eletrônica divulga uma relação geral de benefícios concedidos e relação nominal de beneficiários. Porém, da maneira que são apresentados os dados, não permite que de forma simples haja cruzamento de informações e possam ser identificados, por exemplo, o número de auxílios recebidos por cada aluno e a quantidade real de alunos beneficiários, visto que os números apresentados focam na quantidade de auxílios distribuídos, mas um aluno pode receber mais de um auxílio.

É possível visualizar ainda a planilha financeira mensal por *campus* o que nos fornece a ideia da dimensão do Programa e recursos aplicados. Além disso, são apresentados os dados numéricos e percentuais da quantidade de benefícios (não de beneficiários) por curso

em cada *campus*. No entanto, ainda não há uma periodicidade de apresentação dessas informações. A versão consultada em setembro de 2014, por exemplo, referia-se ao mês de julho/2014. Segundo a Pró-Reitora da PROAES esses dados devem ser divulgados mensalmente, porém ainda há atrasos na atualização e divulgação dessas informações (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

No que diz respeito a empreender ações para avaliar os casos de insucesso entre os beneficiários do Programa como traz o ponto 3, a PROAES alegou como justificativa que ainda tinha um número reduzido de servidores técnico-administrativos e que estava aguardando o reforço da equipe através de concurso em andamento, principalmente de um Pedagogo para planejar, organizar e implementar o acompanhamento pedagógico dos beneficiários do PNAES.

Sobre esse aspecto pudemos verificar que com o ingresso de uma pedagoga à equipe foi iniciado o acompanhamento dos casos onde os alunos buscam a ampliação do prazo de conclusão do curso, ou seja, aqueles que se matriculam em poucas disciplinas fazendo jus ao tempo máximo para conclusão acrescido dos 20% de tempo extra, conforme é permitido pela resolução aplicada aos auxílios para manter-se por mais tempo no Programa.

Esse período de 20% de acréscimo no período de conclusão, segundo à Pró-Reitora para Assuntos Estudantis, foi concedido visando àqueles alunos da área II da UFPE cujas disciplinas são consideradas com altos índices de reprovação, no entanto alguns alunos tem se aproveitado dessa concessão para via de regra permanecer mais tempo recebendo os auxílios (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Como podemos observar, a PROAES iniciou o atendimento dessa recomendação, buscando identificar os casos de retenção. No entanto, esse ainda tem sido um procedimento adotado apenas no *campus* Recife, e necessita ser aplicado também ao Centro Acadêmico de Vitória.

Segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, há um projeto entre a PROACAD e a PROAES (ainda em fase de ajuste para implantação) que foca no apoio acadêmico aos alunos beneficiários com rendimento acadêmico deficiente. O objetivo é criar um núcleo que dê aos estudantes de pós-graduação bolsas para ministrar aulas de disciplinas básicas, como português, matemática e inglês para os alunos beneficiários com baixo desempenho acadêmico de forma a integrar a cessão de bolsas com a melhoria do desempenho acadêmico e fazer um reforço nas situações de insucesso. A previsão é que o projeto seja implantado ainda em 2015 (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Sobre ponto 4, referente ao estabelecimento de mecanismos para acompanhamento e aferição da demanda efetiva por benefícios da assistência estudantil, a PROAES por meio de sua Pró-Reitora, justifica a dificuldade desta aferição por meio dos seguintes argumentos: a CGU sugeriu usar dados da COVEST - empresa que era responsável pela aplicação do vestibular UFPE antes de a Universidade adotar o Enem como etapa única da seleção - mas os estudantes beneficiados com as cotas da COVEST correspondiam à alunos de algumas escolas consideradas escolas públicas, mas que normalmente não tem como característica alunos com baixo perfil socioeconômico, como o colégio de aplicação e colégio da polícia militar, tornando-se uma fonte falha (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

No entanto, com a eliminação do vestibular e uso do Enem como etapa única de seleção para ingresso na UFPE, a Pró-Reitora da PROAES acredita que os dados colhidos na inscrição do Enem possam vir a proporcionar um melhor planejamento da demanda, mas ainda aguarda que o MEC repasse os relatórios necessários (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Atualmente o planejamento da demanda tem sido realizado com base no percentual de cotas adotado pela UFPE, porém a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis acredita que nesse quantitativo de alunos cotistas pode haver uma demanda reprimida para assistência estudantil representada pelos estudantes que optam por concorrer sem o sistema de cotas, além dos alunos veteranos que assumiram o perfil necessário ao ingresso no Programa no decorrer do curso (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Outro meio proposto para estimar e caracterizar essa demanda da assistência é a 4ª pesquisa nacional do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das universidades federais brasileiras iniciada pelas IFES em novembro de 2014. A última pesquisa foi realizada em 2010 e foi utilizada como base para a criação do PNAES. A pesquisa busca a atualização do perfil socioeconômico e cultural desses alunos, após a inserção do sistema de cotas e aumento do acesso às universidades por meio da democratização do ensino. Espera-se que seus resultados ajudem a achar as respostas sobre a demanda de beneficiários e auxiliem no planejamento das ações da assistência estudantil conforme as orientações da CGU.

Quanto aos pontos 5 e 6, referentes a definição de modelo e periodicidade de relatórios gerenciais que forneçam informações relevantes para avaliação e aprimoramento dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFPE e sobre o uso de sistema de informação para dar suporte à atividade de atendimento e fornecimento de informações gerenciais para os dirigentes da PROAES, respectivamente, a PROAES justificou que

medidas estão sendo tomadas para o seu atendimento e que já se encontram em fase de implantação.

Especificamente em relação aos sistemas de informação, a PROAES afirmou que já foram elaboradas planilhas para triagem e registro dos atendimentos, entretanto, a Pró-Reitoria alegou que ainda tem um número reduzido de servidores técnico-administrativos para trabalhar na operacionalização das referidas planilhas e na geração das informações gerenciais.

Os sistemas de informação, como já vimos, podem auxiliar no monitoramento e avaliação através do acompanhamento e desenvolvimento de ferramentas que venham assegurar a qualidade e agilidade da informação e de emissão de relatórios, tornando-se uma ferramenta útil ao controle sistemático de ações.

Ainda sobre esse aspecto a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis informa no Relatório de Gestão 2013 (UFPE, 2014b) que está iniciando a elaboração de um Projeto de Gestão da Informação que começará com a organização dos arquivos. Em nosso entendimento esta ação trará benefícios significativos ao processo de monitoramento e avaliação pelos motivos aqui já expostos.

Quanto ao estabelecimento de fluxos e rotinas de atualização cadastral e de pagamentos (Ponto 7), a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis justifica que em parceria com a Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação da UFPE (SeGIC) iniciou a modelagem dos fluxos dos programas gerenciados pela PROAES, pontuando objetivamente todas as etapas. Esses fluxos serão utilizados no Portal do Estudante que está em fase de finalização pela SeGIC. Atualmente no portal do estudante o aluno tem acesso aos fluxos, editais, resoluções e notícias relacionadas à assistência estudantil.

A atualização cadastral juntamente à organização dos arquivos é um item essencial ao monitoramento da manutenção do perfil do aluno beneficiário e conseqüentemente de sua permanência no Programa.

Quanto ao Ponto 8 (Conclua a reestruturação dos processos referentes a seleções de beneficiários da assistência estudantil, definindo procedimentos que garantam as devidas formalização, registro, publicidade e transparência dos atos praticados no âmbito dessas seleções), a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis justifica essa recomendação afirmando que

implantou, em parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), o Módulo de Assistência Estudantil no Siga no qual os estudantes podem registrar suas solicitações para os programas da PROAES com edital em período de inscrição; e que a publicidade dos editais ocorre através da divulgação em três jornais de grande circulação em Pernambuco, notas na Agência de Notícias da UFPE e notas no Siga.

A partir dos Editais de Assistência Estudantil 2012.2 e 2013.1 a PROAES incluiu um item para recursos, onde o estudante tem um prazo de três dias úteis, subsequente ao dia da divulgação do resultado, para recorrer da decisão. Também é disponibilizado ao estudante que solicitar dar vista ao processo e tomar conhecimento dos motivos de não ser selecionado para o Programa ou auxílio específico.

Sobre o Ponto 9, o qual aborda a adoção de parâmetros e critérios para avaliação dos alunos assistidos, bem como ações a serem adotadas em caso de insuficiência de rendimento escolar dos beneficiários, a PROAES justifica na época do Relatório a não adoção da recomendação devido a ausência de Pedagogo na equipe.

Sugerimos como base para elaboração de critérios, parâmetros e ações em casos de rendimento insuficiente a consulta a outros Programas como é o caso do Programa de Bolsas CAPES (mestrado e doutorado) que inclusive dispõem de indicadores de rendimento acadêmico que poderiam ser adaptados ao PNAES o que representa um importante aspecto para o monitoramento e avaliação do Programa.

Quanto a definir em que casos e de que forma serão oportunizadas aos alunos uma chance para a sua recuperação e as instâncias competentes para decidir sobre a manutenção/desligamento desses alunos nos programas assistenciais, a Pró-Reitora da PROAES afirma que não ocorrem desligamentos com frequência e os casos em que ocorrem destacam-se a constante reprovação de faltas, porém segundo a equipe de assistentes sociais do NAEPS/CAV inicialmente há uma conversa com os alunos para que cheguem a um entendimento e busquem corrigir o que está gerando aquela deficiência sem necessidade de efetuar o desligamento (Entrevista. Vitória de Santo Antão, 20 out. 2014 – Apêndice C). Apesar da iniciativa de conversa prévia com o beneficiário não tomamos conhecimento dos critérios estabelecidos para esse fim em todos os casos.

Quanto ao Ponto 10 (Dote a PROAES de sistemas de informações que facilitem o acompanhamento pedagógico dos alunos, com a automação de algumas tarefas e que sirva

como repositório de dados que possibilite o registro e armazenamento das análises e encaminhamentos resultantes desse acompanhamento. Esses sistemas devem também disponibilizar informações gerenciais para subsidiar os dirigentes da PROAES na gestão dos programas de assistência estudantil), a PROAES justifica a não adoção da recomendação devido a ausência de Pedagogo na equipe na época do Relatório.

Destaca-se mais uma vez a importância dos sistemas de informação aplicados ao monitoramento e avaliação. Atualmente é realizado o controle através do módulo financeiro do Sig@, no entanto, dessa forma, o monitoramento está resumido ao acompanhamento financeiro da folha de pagamento. Faz-se necessário a transformação dos dados da assistência estudantil em informações que gerem outros indicadores, como por exemplo, os indicadores de desempenho acadêmico.

Atualmente a PROAES permanece respondendo auditoria sobre os itens não atendidos, porém não foi possível o acesso aos novos questionamentos trazidos pela CGU, pois a liberação dessas informações só ocorrerá com a publicação do Relatório de Gestão 2014 que só será publicado no exercício de 2015, após conclusão deste trabalho.

Recentemente, a partir do levantamento do número e distribuição de auxílios entre os beneficiários, a PROAES identificou que havia muitos auxílios concentrados em poucos estudantes. A partir disso, com auxílio de um estatístico foi possível estabelecer 5 níveis de faixa de renda *per capita*, considerando as faixas presentes entre os estudantes beneficiários, e relacioná-las ao tipo e número de auxílios permitidos (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Como podemos visualizar na tabela 15, o nível 1 corresponde a no máximo o valor de R\$ 1.086,00 (um mil e oitenta e seis reais) referente a um salário mínimo e meio *per capita*, uma vez esse valor representa a renda *per capita* máxima admitida pelo PNAES. O nível 5 é exclusivo aos *campi* do interior onde não há Casa do Estudante e o aluno que se enquadrar naquela faixa de renda poderá receber o auxílio moradia. A distribuição dos tipos e quantidade de auxílios permitido por faixa de renda *per capita* começaram a ser praticados em outubro de 2014 e partir de então cada aluno poderá acumular no máximo 3 auxílios PNAES. Com isso, pretende-se otimizar os recursos de forma a atender um maior número de alunos.

Os níveis passaram a ser aplicados aos alunos que ingressaram no Programa por meio do edital 2014.1. Quanto aos antigos beneficiários, aqueles que solicitaram novos auxílios nesse edital tiveram que ser reenquadrados nos novos limites e auxílios permitidos

por faixa, tendo que abrir mão dos auxílios que passaram a ser incompatíveis. No entanto, aqueles beneficiários que não submeteram novas solicitações neste edital, ainda não foram reequadrados.

Tabela 15 – Níveis e faixa de renda *per capita* dos alunos beneficiários do PNAES adotados pela UFPE para concessão de número e tipo de auxílios (2014)

| NÍVEIS | FAIXAS DE RENDA CAPITA | DE PER | AUXÍLIOS/BOLSAS |
|------------------------|-------------------------------|---------------|---|
| NÍVEL 1 | R\$ 814,51 a 1.086,00 | a | Alimentação OU Transporte |
| NÍVEL 2 | R\$ 543,01 a 814,50 | | Alimentação E Transporte |
| NÍVEL 3 | R\$ 271,51 a 543,00 | | Alimentação + Bolsa de Manutenção Acadêmica OU Alimentação + Creche |
| NÍVEL 4 | R\$ 0,00 a 271,50 | | Alimentação + Transporte + Bolsa de Manutenção Acadêmica OU Alimentação + Transporte + Creche |
| NÍVEL 5 (CAA + CAV) | R\$ 0,00 a 271,50 | | Alimentação + Auxílio Moradia + Bolsa de Manutenção Acadêmica |

Fonte: PROAES/UFPE (2014)

O monitoramento do PNAES na UFPE, como vemos, vem acontecendo, porém ainda de forma paulatina. Algumas medidas, inclusive, já começaram a ser tomadas quanto à gestão do Programa a partir dos resultados obtidos e das informações trazidas pelos diversos indicadores.

Para a Pró-Reitora Acadêmica, a visão necessária para os ajustes que vem sendo realizados na gestão do PNAES, incluindo a criação de indicadores e o monitoramento, só surgiu com a execução do Programa e a partir das falhas identificadas foi possível aplicar os ajustes necessários (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Como podemos observar, os achados sobre a análise institucional tem rebatimento direto sobre os indicadores do processo de monitoramento e avaliação do PNAES.

6.2 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: FOCO NA DEMANDA

Para caracterizar o público alvo foram coletadas informações por meio de aplicação de questionários a 263 alunos beneficiários do Centro Acadêmico de Vitória, compondo uma amostra representativa de 32,71% do total de beneficiários.

Do percentual de alunos beneficiários por curso, destaca-se o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas com o maior número de alunos beneficiários dentro da amostra (35,7%), seguido de Enfermagem (19,4%), Nutrição (14,8%), Educação Física – Bacharelado (13,3%), Educação Física - Licenciatura (9,9%) e Saúde Coletiva (6,8%).

Como podemos observar abaixo (gráfico 11) as proporções quanto ao percentual de alunos beneficiários por curso foram mantidas na amostra (considerando uma diferença máxima de 5%) ao compararmos com o percentual geral de alunos beneficiários por curso apresentado no levantamento do ensaio inicial dessa pesquisa.

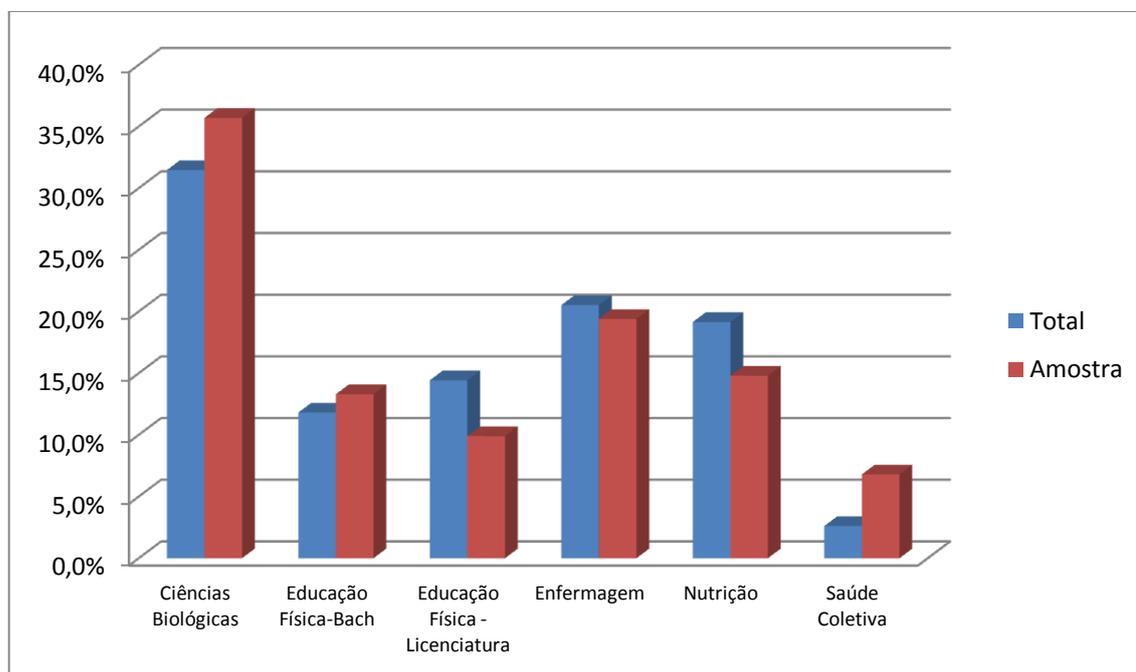


Gráfico 11 – Comparativo entre o universo total de beneficiários do CAV e beneficiários da amostra estudada por curso (2014).

Fonte: UFPE, Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS/ CAV (2013a); Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014). Elaboração da autora.

Os dados pesquisados abrangem o perfil socioeconômico, a percepção do beneficiário acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil, e os demais aspectos relacionados ao monitoramento e avaliação do PNAES pela UFPE já descritos nas análises institucionais e da gestão.

O perfil socioeconômico foi avaliado com o objetivo de verificar o atendimento dos critérios estabelecidos no PNAES bem como para fornecer subsídios para a criação e ajustes dos indicadores de monitoramento e avaliação do Programa.

Sobre esse aspecto, no que diz respeito à renda familiar, observamos que a maioria dos beneficiários pesquisados (62,73%) enquadra-se na faixa de renda familiar acima de 1 até 2 SM. Em percentuais acumulados 85,54% da amostra tem renda familiar até 2SM (tabela 16).

Em 2010, quando o FONAPRACE realizou a 3ª pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, ao analisar a classificação dos estudantes por renda familiar detectou-se que 41% das famílias recebiam até três salários mínimos. Porém, havia grandes disparidades regionais. No Nordeste este percentual crescia significativamente para 50% (FONAPRACE, 2011). Como identificado na amostra, esse percentual permanece elevado ao considerarmos as faixas mais baixas de renda familiar.

Tabela 16 – Distribuição de beneficiários PNAES da amostra do CAV por faixa de renda familiar (2014).

| Renda Familiar | Frequência | Porcentagem |
|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Menos de 1 SM | 60 | 22,81% |
| De 1 a 2 SM | 165 | 62,73% |
| > 2 a 5 SM | 36 | 13,68% |
| > 5 SM | 2 | 0,76% |
| Total | 263 | 100,00% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora.

Conforme o relatório da pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco intitulada “A Interiorização Recente das Instituições Públicas e Gratuitas de Ensino Superior no Nordeste: Efeitos e Mudanças”, ao relatar o Perfil Socioeconômico do Corpo Discente da Interiorização das Universidades Federais do Nordeste, Firmino e Campos (2014), afirmaram que os estudantes universitários dos *campi* das federais são em sua maioria de baixa renda, com predominância de estudantes na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos (45,4%), conforme verificado também em nossa amostra.

Ao compararmos a distribuição dos beneficiários da amostra por faixa de renda com o cenário geral dos alunos do Centro Acadêmico de Vitória trazido no levantamento inicial desta pesquisa (gráfico 12), observamos que permanece a prevalência de alunos com faixa de renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, porém observamos também o aumento dos percentuais em faixas de renda mais baixa como reflexo do aumento desses estudantes na universidade, incluídos no número de beneficiários do PNAES.

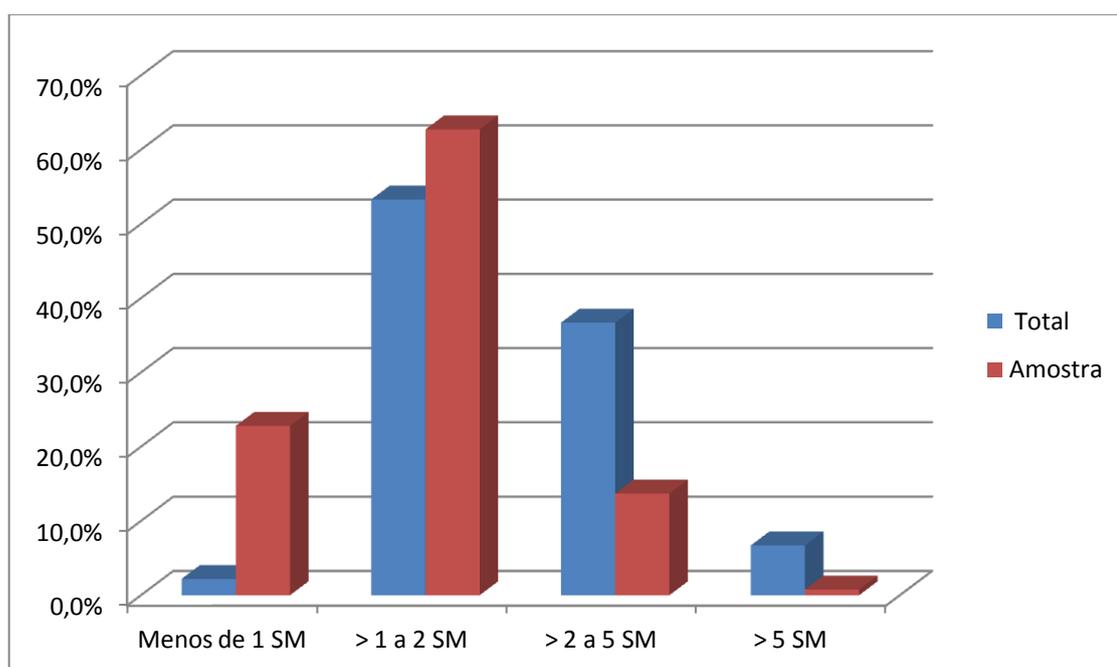


Gráfico 12 – Comparativo da distribuição dos beneficiários da amostra da pesquisa por faixa de renda familiar com a distribuição geral por faixa de renda familiar dos alunos do Centro Acadêmico de Vitória (2014).

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Quanto às faixas de renda familiar por curso, observamos que na faixa de renda familiar abaixo de 1SM destaca-se o curso de licenciatura em Ciências Biológicas com 55,5% dos beneficiários que ocupam esta faixa de renda pertencente ao curso (tabela 17). Em seguida encontramos o curso de licenciatura em Educação Física com 15% dos beneficiários desta faixa na amostra pertencendo a este curso.

Na faixa de 1 a 2 SM ainda temos um percentual elevado de beneficiários do curso de Biológicas (33,3%), porém menor comparado à faixa mínima anterior. O curso de Enfermagem apesar de ocupar a segunda posição na faixa de renda familiar de 1 até 2 SM com 18,2% dos beneficiários dessa faixa pertencentes ao curso, destaca-se também na faixa de renda acima de 2 até 5 SM.

Tabela 17 – Distribuição de beneficiários PNAES do CAV por faixa de renda familiar em relação ao curso (2014)

| Cursos | Faixa de Renda | | | | | | | |
|--------------------------------|----------------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|----------|-------------|
| | Menos de 1SM | | De 1 a 2SM | | > 2 a 5SM | | > 5SM | |
| Ciências Biológicas | 33 | 55% | 55 | 33,3% | 6 | 16,7% | 0 | 0% |
| Educação Física - Bacharelado | 3 | 5% | 25 | 15,2% | 7 | 19,4% | 0 | 0% |
| Educação Física - Licenciatura | 9 | 15% | 15 | 9,1% | 2 | 5,6% | 0 | 0% |
| Enfermagem | 6 | 10% | 30 | 18,2% | 14 | 38,9% | 1 | 50% |
| Saúde Coletiva | 2 | 3,3% | 14 | 8,5% | 2 | 5,6% | 0 | 0% |
| Nutrição | 7 | 11,7% | 26 | 15,8% | 5 | 13,9% | 1 | 50% |
| TOTAL | 60 | 100% | 165 | 100% | 36 | 100% | 2 | 100% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Destacam-se, portanto os dois cursos de licenciatura por apresentar o maior número de beneficiários com menor faixa de renda familiar. No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, 93,6% dos beneficiários pesquisados tem famílias recebendo até 2 SM e no curso de Licenciatura em Educação Física esse percentual corresponde a 92,3% dos beneficiários pesquisados (Apêndice D - tabela 1).

Os cursos de licenciatura e pedagogia na UFPE desde a época de implantação do PNAES, segundo a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, já concentravam grande quantidade de alunos com baixa renda. No curso de Pedagogia cerca 60% dos alunos tinham baixa renda. Nas licenciaturas chegava a cerca de 70% dos alunos (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Essa característica peculiar dos cursos de licenciatura e pedagogia deve-se em parte ao desprestígio cultural dado a essas profissões em termos de retorno financeiro fazendo com que esses cursos tornem-se pouco procurados. Logo, a baixa concorrência termina atraindo na maioria das vezes aqueles estudantes que tiveram pouco investimento educacional, muitas vezes devido à sua situação financeira.

Para analisar a faixa de renda *per capita* dos beneficiários pesquisados, inicialmente dividimos o valor médio da faixa de renda familiar pelo quantitativo da composição familiar. Considerando o salário mínimo vigente em 2014, adotamos para a primeira faixa de renda familiar (menor que 1 SM) o ponto médio de meio salário mínimo ou R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais).²⁹ Na segunda faixa de renda (maior que 1 a 2 SM), adotamos o ponto médio de 1 SM e meio ou R\$ 1.086,00 (mil e oitenta e seis reais). Para a terceira faixa (maior que 2 a 5 SM), adotamos o ponto médio de 3 SM e meio ou R\$ 2.534,00 (dois mil quinhentos e trinta e quatro reais) e para a última faixa de renda (acima de 5 SM), adotamos o ponto mínimo de 5 SM ou R\$ 3.620,00 (três mil seiscentos e vinte reais).

A partir disso, observamos que 77,9% dos beneficiários da amostra apresentam renda *per capita* abaixo de meio salário mínimo. A maior concentração de beneficiários detém renda *per capita* correspondente a R\$ 271,50 (duzentos e setenta e um reais e cinquenta centavos), com 59 beneficiários, representando 22,4% da amostra. Em percentuais acumulados 60,5% dos beneficiários da amostra tem renda *per capita* inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais) (Apêndice D - tabela 3). A distribuição de renda *per capita* da amostra está representada por meio do gráfico 13.

De forma a verificar se existiam diferenças estatísticas significativas quanto à renda *per capita* nos diferentes cursos de graduação foi aplicado o teste não paramétrico de Kruskal Wallis para verificar se existe diferença entre a média da renda *per capita* entre os seis cursos do CAV e constatou-se ao nível de 5% de significância que as médias dos cursos são diferentes (gráfico 14). O ponto crítico do teste é representado pelo traçado azul enquanto o teste aplicado à amostra mostra seu resultado traçado em vermelho o que indicou que há diferenças entre os cursos quanto à renda *per capita*, uma vez que o resultado encontra-se após o ponto crítico limite para igualdade.

²⁹ Valor do salário mínimo vigente em 2014 conforme Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013 é de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acesso em: 02 abr. 2014.

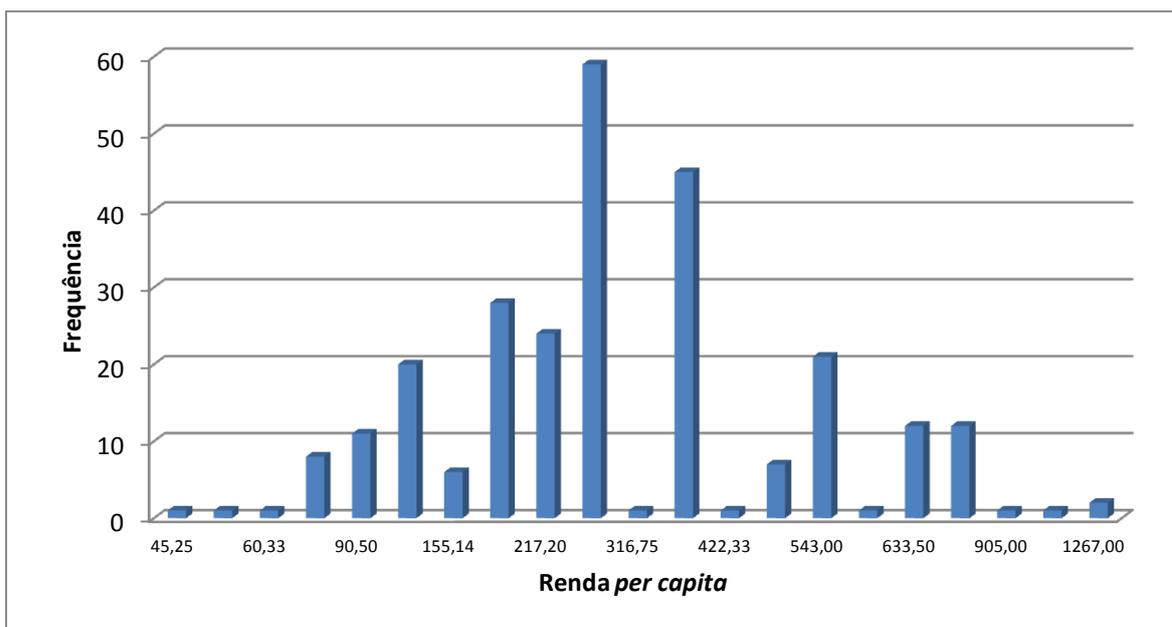


Gráfico 13 – Distribuição de renda per capita dos beneficiários PNAES do Centro Acadêmico de Vitória (2014). Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014). Elaboração da autora.

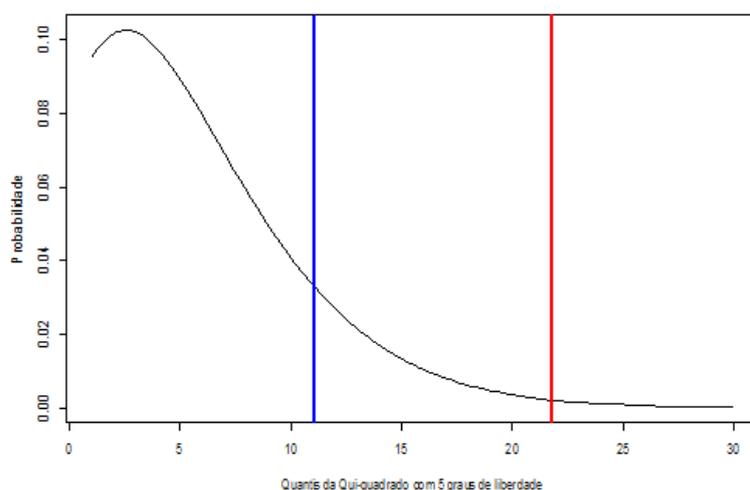


Gráfico 14 – Resultado do teste não paramétrico de Kruskal Wallis para verificar a existência de diferenças entre a média da renda per capita dos beneficiários PNAES entre os seis cursos do CAV (2014). Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014). Elaboração da autora.

Ao analisarmos o gráfico boxplot abaixo referente às medianas da renda per capita dos beneficiários PNAES da amostra nos diferentes cursos do CAV (gráfico 15) apoiados no Teste de Mann-Whitney para comparar a renda per capita entre os cursos do CAV,

identificamos que os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física são iguais e diferem dos cursos de Bacharelado em Educação Física e Enfermagem, também iguais entre si. Já os cursos de Saúde Coletiva e Nutrição nem se igualam nem diferem de nenhum outro podendo ser entendido como cursos intermediários quanto às médias de renda *per capita*.

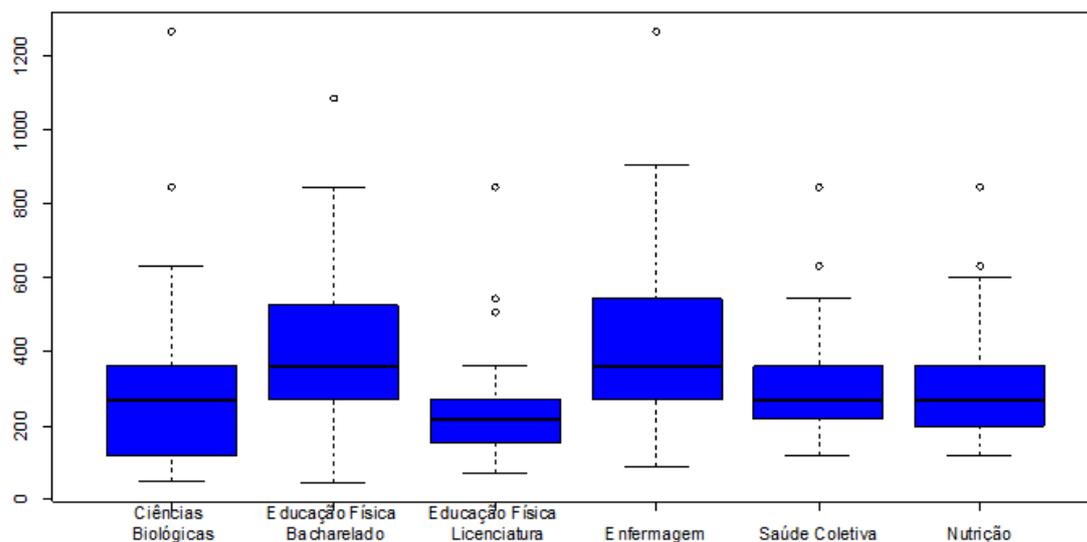


Gráfico 15 – Medianas da renda *per capita* dos beneficiários PNAES do Centro Acadêmico de Vitória nos diferentes cursos do CAV (2014).

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora.

Como podemos observar no gráfico acima o curso de Ciências Biológicas mesmo apresentando um indivíduo com renda *per capita* acima de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), que eleva sua média de renda, ainda assim apresenta baixa média de renda *per capita*.

Ao entendermos essa divisão entre os cursos quanto à renda *per capita*, podemos compreender melhor a distribuição e perfil de beneficiários em cada curso. Um dos pontos relacionados a serem observados diz respeito à concentração de benefícios em alguns cursos.

O curso de Ciências Biológicas, por exemplo, é o que apresenta o maior número de alunos recebendo 4 auxílios concomitantes com 34% dos alunos beneficiários nesta situação (tabela 18). Já o curso que apresenta o maior número de estudantes recebendo o número mínimo de auxílio é o de Nutrição com 5,1% de seus alunos beneficiários com apenas um auxílio.

Em geral, assim como no levantamento inicial, a maioria dos beneficiários da amostra em todos os cursos do CAV concentram 2 auxílios, representando 40,3% da amostra. Em seguida temos 31,6% da amostra recebendo 3 auxílios concomitantes, 25,1% com 4 auxílios e 2,7% com apenas 1 auxílio. Apenas 0,4% da amostra recebem 5 auxílios concomitantes e ninguém recebe os 6 auxílios categorizados concomitantemente, uma vez que os auxílios transporte e moradia são excludentes entre si.

Outro aspecto a ser observado considerando as diferenças entre os cursos no que diz respeito à renda *per capita* refere-se ao número de beneficiários em cada curso como será descrito na próxima dimensão da avaliação a ser apresentada.

Tabela 18 – Quantidade de auxílios *per capita* dos beneficiários PNAES do CAV por curso (2014)

| | Quantidade de auxílios | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------------|-------------|------------|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|----------|-------------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | |
| Biologia | 2 | 2,1% | 34 | 36,2% | 25 | 26,6% | 32 | 34,0% | 1 | 1,1% |
| Educação Física - Bacharelado | 1 | 2,9% | 16 | 45,7% | 10 | 28,6% | 8 | 22,9% | 0 | 0,0% |
| Educação Física - Licenciatura | 1 | 3,8% | 10 | 38,5% | 9 | 34,6% | 6 | 23,1% | 0 | 0,0% |
| Enfermagem | 1 | 2,0% | 20 | 39,2% | 17 | 33,3% | 13 | 25,5% | 0 | 0,0% |
| Saúde Coletiva | 0 | 0,0% | 10 | 55,6% | 7 | 38,9% | 1 | 5,6% | 0 | 0,0% |
| Nutrição | 2 | 5,1% | 16 | 41,0% | 15 | 38,5% | 6 | 15,4% | 0 | 0,0% |
| Percentual geral | 7 | 2,7% | 106 | 40,3% | 83 | 31,6% | 66 | 25,1% | 1 | 0,4% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Esses aspectos nos trazem reflexões quanto à adoção de critérios para ingresso e concessão de auxílios no PNAES que podem vir a ser associados e relacionados aos cursos e *campi*. Medidas poderiam vir a ser adotadas nesse sentido, caso esse tipo de configuração se perpetuasse por um período de tempo a ser monitorado. Porém, maiores conclusões sobre esse aspecto exigem um estudo mais minucioso.

O quadro apresentado acima, no entanto, deverá sofrer mudanças devido à recente (nov. 2014) adoção pela PROAES de um limite de número e tipo de auxílios associados à faixa de renda *per capita*. Com essa nova medida cada estudante só poderá receber no máximo três auxílios, o que propiciará o atendimento de um número maior de estudantes ao não permitir a concentração de 4 ou 5 auxílios por um único beneficiário.

Quanto ao exercício de algum tipo de atividade remunerada, 8,7% da amostra afirmaram exercer algum tipo de atividade, dentre esses, a maioria (4,9%) afirma receber por essa atividade menos de um salário mínimo (tabela 19). Um dos beneficiários como podemos ver, tem remuneração entre 2 a 5 SM, apesar de ser percentualmente discreto, avaliando apenas sob esse critério, esse caso reforça e alerta quanto à necessidade de monitoramento e avaliação do Programa.

Tabela 19 – Remuneração dos beneficiários PNAES do CAV que exercem atividade remunerada (2014)

| | Frequência | Porcentagem |
|-----------------------|-------------------|--------------------|
| Não exercem atividade | 240 | 91,3 |
| Menos de 1SM | 13 | 4,9 |
| > 1SM a 2SM | 9 | 3,4 |
| > 2SM a 5SM | 1 | 0,4 |
| Total | 263 | 100 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora

Segundo o FONAPRACE (2011), 37,6% dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras possuem alguma atividade remunerada. Dos beneficiários da amostra que desempenham atividade remunerada, 95,6% recebem de 2 a 4 auxílios estudantis e 43,5% tem entre 1 e 2 anos de tempo de recebimento dos auxílios.

Quanto a mobilidade, os alunos foram divididos em 3 grupos de acordo com a classificação adotada por Torban e Fusco (2012), a saber: migrantes, naturais e pendular. Migrantes como vimos são aqueles alunos que se mudaram para Vitória de Santo Antão ou que residem maior parte da semana na cidade em decorrência dos estudos. Naturais ou também chamado neste estudo de não migrantes são aqueles alunos já residentes no município anteriormente ao ingresso no CAV e pendular são aqueles alunos que se deslocam diariamente de sua cidade de origem até Vitória de Santo Antão para estudar.

Observamos que 47,5% dos alunos beneficiários da amostra são migrantes, enquanto que 33,4% deslocam-se diariamente de sua cidade de origem para Vitória de Santo Antão e

vice-versa (pendular) e 19% da amostra representam alunos que já residiam em Vitória de Santo Antão (naturais ou não migrantes).

Na análise da distribuição dos beneficiários da amostra quanto à mobilidade (tabela 20), identificamos como pendulares os 85 beneficiários com origem e residência em outra cidade (diferente de Vitória de Santo Antão) e os 3 beneficiários com origem em Vitória de Santo Antão e residência em outra cidade, totalizando a soma desses dois grupos os beneficiários de mobilidade pendular. Como migrantes identificamos os 125 beneficiários com origem em outra cidade e residente em Vitória de Santo Antão. Já os naturais representam os 50 beneficiários com origem e residência em Vitória de Santo Antão.

Tabela 20 – Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV quanto à sua mobilidade ou deslocamento para universidade (2014)

| ORIGEM | RESIDÊNCIA | | | |
|------------------------|--------------|-------|------------------------|-------|
| | Outra cidade | | Vitória de Santo Antão | |
| Outra cidade | 85 | 32,3% | 125 | 47,5% |
| Vitória de Santo Antão | 3 | 1,1% | 50 | 19,0% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora

A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador, podendo inclusive ser utilizado como previsão da demanda de solicitações dos auxílios transporte e moradia.

A 1ª e a 2ª pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras apontam que 34,79 % e 30,5%, respectivamente, dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia (FONAPRACE, 2007).

Os alunos que migraram para Vitória de Santo Antão, em sua maioria tem origem nos municípios de Limoeiro (10%), Recife (8,8%), Bom Jardim (6,4%) e Caruaru (6,4%), seguidos dos municípios de Gravatá, Bezerros, Escada, Feira Nova, Orobó, Carpina, Passira,

Jaboatão dos Guararapes, Palmares, Surubim, Amaraji, Barra de Guabiraba, Brejo da Madre de Deus, Chã Grande, Garanhuns, Glória do Goitá, Olinda, Paudalho, Pesqueira, Pombos, entre outros municípios do estado com apenas um caso na amostra, como Floresta, Cumaru, Juazeiro, Petrolândia, Camaragibe, Catende, Igarassu, João Alfredo, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Machados, Ribeirão, Sairé e Salgadinho (Apêndice D – tabela 2, partes 1 - 9).

Dentre os que realizam a pendularidade, percebe-se que a maioria reside em Limoeiro (15,9%), Recife (12,5%) Moreno (10,2%), Jaboatão dos Guararapes (9,1%) e Gravatá (6,8%). Em seguida destacam-se os municípios de Feira Nova, Glória do Goitá, Caruaru, Lagoa de Itaenga, Olinda, Pombos, Bezerros, Bom Jardim e Passira. Com casos isolados na amostra encontramos os municípios de Cachoeirinha, Carpina, Chã de Alegria, Chã Grande, Escada, Itacuruba, Lagoa do Carro, Orobó, Palmares, Paulista e Ribeirão (Apêndice D – tabela 2, partes 1 - 9).

Ao relacionarmos a mobilidade do estudante com a renda familiar observamos que nos três grupos (migrante, pendular e não migrante) destacam-se entre seus beneficiários a faixa de renda familiar acima de 1 até 2 SM. Em relação à amostra total, 43% dos que estão na faixa maior que 1 até 2 SM são migrantes, 36,4% são pendulares e 20,6% são não migrantes (tabela 21).

Tabela 21- Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV quanto à mobilidade e faixa de renda familiar (2014)

| Deslocamento | Faixa de renda | | | | | | | | | | | |
|--------------|----------------|---------------------|---------------------|------------|---------------------|---------------------|------------|---------------------|---------------------|--------|---------------------|---------------------|
| | Menos de 1 SM | | | > 1 a 2 SM | | | > 2 a 5 SM | | | > 5 SM | | |
| | Qtde. | Percentual linha | Percentual total | Qtde. | Percentual linha | Percentual total | Qtde. | Percentual linha | Percentual total | Qtde. | Percentual linha | Percentual total |
| Migrante | 33 | 26,4% | 55,0% | 71 | 56,8% | 43,0% | 19 | 15,2% | 52,8% | 2 | 1,6% | 100,0% |
| Não migrante | 10 | 20,0% | 16,7% | 34 | 68,0% | 20,6% | 6 | 12,0% | 16,7% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Pendular | 17 | 19,3% | 28,3% | 60 | 68,2% | 36,4% | 11 | 12,5% | 30,6% | 0 | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora

Já na faixa de renda até 1 SM, 55% dos beneficiários da amostra que estão enquadrados nessa faixa de renda são migrantes. O mesmo acontece na faixa acima de 2 a 5 SM onde 52,8% dos beneficiários enquadrados são migrantes. Na faixa de renda acima de 5 SM o quantitativo de indivíduos é muito pequeno e corresponde 100% à migrantes. Como

vemos, em todas as faixas há uma prevalência maior de migrantes, seguidos dos pendulares e não migrantes, nesta ordem.

Essa situação mostra-se diferente da apresentada por Torban e Fusco (2012) ao avaliar de maneira geral a mobilidade dos estudantes de Vitória de Santo Antão, onde o grupo de migrantes tinha uma condição financeira mais equilibrada estando mais concentrados na faixa de renda acima de 2 SM até 5 SM.

Essa condição encontrada pelos autores, no entanto, abrangia estudantes de instituições privadas e representavam dados anteriores à explosão do número de beneficiários pelo PNAES. Com isso, podemos inferir que o PNAES através de seus auxílios e bolsas, principalmente do auxílio moradia, proporcionou uma condição mais favorável à migração de estudantes inclusive com faixa de renda mais baixa.

Ainda quanto à mobilidade, além da faixa de renda familiar, foi possível verificar que o grupo que recebe a maior quantidade de auxílios corresponde aos migrantes, representando 92,4% dos beneficiários que recebem 4 auxílios *per capita* (tabela 22). Os beneficiários pertencentes ao grupo de deslocamento pendular destacam-se entre aqueles que recebem 2 auxílios concomitantes com 51,9%.

Tabela 22 – Mobilidade ou deslocamento dos beneficiários PNAES do CAV em relação à quantidade de benefícios *per capita* (2014).

| Deslocamento | Quantidade de auxílios | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|------------------------|------------------|------------------|-------|------------------|------------------|-------|------------------|------------------|-------|------------------|------------------|-------|------------------|------------------|
| | Qtde. | 1 | | Qtde. | 2 | | Qtde. | 3 | | Qtde. | 4 | | Qtde. | 5 | |
| | | Percentual linha | Percentual total | | Percentual linha | Percentual total | | Percentual linha | Percentual total | | Percentual linha | Percentual total | | Percentual linha | Percentual total |
| Migrante | 1 | ,8% | 14,3% | 19 | 15,2% | 17,9% | 44 | 35,2% | 53,0% | 61 | 48,8% | 92,4% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Não migrante | 3 | 6,0% | 42,9% | 32 | 64,0% | 30,2% | 12 | 24,0% | 14,5% | 2 | 4,0% | 3,0% | 1 | 2,0% | 100,0% |
| Pendular | 3 | 3,4% | 42,9% | 55 | 62,5% | 51,9% | 27 | 30,7% | 32,5% | 3 | 3,4% | 4,5% | 0 | 0,0% | 0,0% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora.

A concentração de maior número de auxílios está entre os estudantes que precisaram mudar de cidade para estudar no CAV. Isso nos leva a acreditar que a construção da casa do estudante e restaurante universitário no *campus* de Vitória de Santo Antão, além de atender um grande número de alunos, ajudaria a otimizar o uso dos recursos do Programa.

Além disso, o restaurante universitário (RU), segundo o FONAPRACE (2007), constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de

convivência universitária de 19,10% e 24,7% dos estudantes pesquisados na 1ª e 2ª pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, respectivamente. É uma forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhe oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral. (FONAPRACE, 2007)

Quanto ao tempo de recebimento dos auxílios, a maioria já recebe entre 1 a 2 anos (50,2%). Observou-se que 26,6% recebem a menos de 1 ano. Os casos de beneficiários que recebem há 4 anos ou mais (1,9%) estão presentes nos cursos de Ciências Biológicas e Nutrição.

Ainda caracterizando o perfil do beneficiário PNAES, quanto à situação conjugal, os beneficiários pesquisados em sua maioria responderam que nunca viveram relação conjugal (83,3%), enquanto 3% responderam que não vivem, mas já viveram e 13,7% afirmam que vivem maritalmente com alguém. Um total de 92,4% da amostra não tem filhos. A quantidade média de pessoas na família compondo o núcleo familiar apresenta-se em maiores percentuais entre 2 a 6 pessoas (Apêndice D – tabelas 4 - 6).

Os resultados acima estão de acordo com a terceira pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, realizada em 2010, onde o universo de estudantes solteiros é de 86,6% e de casados é de 7,68% e a grande maioria não tem filhos (90,8%) (FONAPRACE, 2011).

No que diz respeito à escolaridade dos pais, a maioria apresenta pai com ensino fundamental incompleto (34,2%), seguido de 19,8% com ensino médio completo. Já em relação ao nível de instrução da mãe, a maioria (31,2%) tem mãe com o ensino médio completo, seguido de 28,1% com ensino fundamental completo (Apêndice D – tabelas 7 – 8). Os dados evidenciam que as mães provavelmente apresentam maiores influências no âmbito da educação dos filhos, visto que, o nível educacional das mesmas é mais alto do que o dos pais.

Conforme FONAPRACE (2011), 60% de pais e 68% de mães dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras possuem pelo menos o ensino médio. Na região nordeste, no entanto, esse percentual é reduzido para 54% e 61%, porém na amostra encontra-se ainda mais reduzido. As características do município e por ser o CAV um *campus*

do interior pode ter gerado diferenças nesses resultados. Caberia para esclarecimento um estudo mais ampliado.

Observamos que os beneficiários que apresentam pais com escolaridade mais baixa pertencem ao curso de Ciências Biológicas, com percentuais maiores dentro do curso tanto para pai (34,4%) quanto para mãe (43,2%) com nível fundamental incompleto. Nos cursos de Enfermagem, Saúde Coletiva, Nutrição e nos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física também encontramos percentuais altos dentro do curso para beneficiários com pai apresentando apenas o ensino fundamental incompleto, porém em relação ao nível de instrução da mãe os percentuais maiores são no nível médio completo.

Comparando-se ao ensaio dos dados realizado neste trabalho com base no *survey* da FUNDAJ em relação à escolaridade paterna dos alunos do CAV, de maneira geral verificamos a persistência do curso de Ciências Biológicas com os menores níveis de instrução para os pais.

Esse fato justifica o destaque desse curso no que se refere aos maiores percentuais de alunos beneficiários e número de auxílios, bem como nas menores faixas de renda familiar de seus beneficiários, uma vez que o nível de instrução relaciona-se diretamente com a atividade ou ocupação e conseqüentemente com a remuneração da família. Fato presente na amostra quando a maioria dos beneficiários com pai com nível de instrução “fundamental incompleto” (88,9%) tem renda total familiar de até 2 SM. Para termos uma visão melhor, 30% dos beneficiários que apresenta renda familiar menor que 1 SM tem o pai com nível de instrução fundamental incompleto.

De maneira geral, as famílias conscientemente agem para garantir que a posição de seus filhos seja maximizada no futuro. Tais estratégias incluem a tomada de decisões em relação à instrução e educação que são mais fortemente influenciadas pelo valor agregado a esses aspectos pela família. Sobre esse aspecto, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social (SÍNTESE..., 2014).

De forma a verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES sob a ótica do beneficiário do CAV, questionamos sobre o gasto médio com alimentação, transporte

e moradia. Do total da amostra, 40,7% afirmam ter um custo médio com alimentação entre R\$201,00 (duzentos e um reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) (tabela 23).

Tabela 23 – Gastos com alimentação dos beneficiários PNAES do CAV (2014)

| Gastos com Alimentação | Frequência | Porcentagem |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|
| Até R\$ 100,00 | 26 | 9,9 |
| R\$ 101,00 a R\$ 200,00 | 72 | 27,4 |
| R\$ 201,00 a R\$ 300,00 | 107 | 40,7 |
| R\$ 301,00 a R\$ 400,00 | 35 | 13,3 |
| R\$ 401,00 a R\$ 500,00 | 17 | 6,5 |
| mais de R\$ 500,00 | 6 | 2,3 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora

Tabela 24 – Gastos com transporte dos beneficiários PNAES do CAV (2014)

| Gastos com Transporte | Frequência | Porcentagem |
|------------------------------|-------------------|--------------------|
| Não pagam | 86 | 32,7 |
| Até R\$ 50,00 | 20 | 7,6 |
| De R\$ 50,00 a R\$ 100,00 | 47 | 17,9 |
| R\$ 101,00 a R\$ 150,00 | 47 | 17,9 |
| mais de R\$ 150,00 | 63 | 24,0 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Quanto aos custos com transporte, 32,7% da amostra afirmam não despesa nesse sentido. Entre àqueles que têm custos com transporte (62,3%), a maioria (24%) afirma desembolsar mensalmente para esse fim mais de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) (tabela 24). Já em relação aos gastos com moradia, 46,6% afirmam não ter essa despesa. Os que afirmam ter custos com moradia, em sua maioria (19,4%) gastam entre R\$ 101,00 (cento e um reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais) (tabela 25).

Tabela 25 – Gastos com moradia dos beneficiários PNAES do CAV (2014)

| | Frequência | Porcentagem |
|-------------------------|-------------------|--------------------|
| Não pagam | 112 | 42,6 |
| Até R\$ 100,00 | 13 | 4,9 |
| R\$ 101,00 a R\$ 200,00 | 51 | 19,4 |
| R\$ 201,00 a R\$ 300,00 | 47 | 17,9 |
| R\$ 301,00 a R\$ 400,00 | 25 | 9,5 |
| mais de R\$ 400,00 | 15 | 5,7 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora

Como podemos ver os valores médios gastos em cada área aproximam-se do valor do auxílio recebido. Além disso, a maioria dos beneficiários pesquisados afirma residir com os pais (42,6%) ou com outros estudantes (35,7%) (tabela 26). Esse fator contribui para a divisão de despesas e otimização dos auxílios recebidos.

Tabela 26 – Com quem residem os beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Com quem reside | Frequência | Porcentagem |
|------------------------|-------------------|--------------------|
| Marido / Esposa | 27 | 10,3 |
| Outros | 4 | 1,5 |
| Outros estudantes | 94 | 35,7 |
| Pais | 112 | 42,6 |
| Parentes | 13 | 4,9 |
| Sozinho | 13 | 4,9 |
| Total | 263 | 100 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Segundo pesquisa realizada pelo FONAPRACE em 2010 a maioria dos estudantes dos cursos de graduação das universidades federais brasileiras reside com os pais ou companheiros; 25,3% residem em casa de amigos, casa de familiares, casa mantida pela família, pensão, hotel, pensionato, e/ou república. Do universo de estudantes apenas 2,5% mora em residência universitária ou casa do estudante (FONAPRACE, 2011).

No caso dos beneficiários do Centro Acadêmico de Vitória o percentual destinado à moradia em casa do estudante, pela ausência da mesma, acaba direcionado à moradia com outros estudantes, onde os beneficiários compartilham as despesas com aluguel e alimentação.

Quanto ao local que costumam se alimentar 64,6% indicaram cantinas ou restaurantes fora da universidade como locais mais frequentes (tabela 27). Quanto ao transporte, o meio mais utilizado é o transporte público regulamentar (46%). Muitos indicam “outro” meio de transporte (36,9%) para indicar mototáxi ou deslocamento a pé, portanto, concentrando aqueles que residem em Vitória de Santo Antão (migrantes ou naturais). (tabela 28).

Nas pesquisas do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras realizadas pelo FONAPRACE, a maioria dos estudantes também refere o uso do transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Na 3ª

pesquisa, em 2010, esse percentual chegou a ser de 61,1% nas universidades do nordeste (FONAPRACE, 2011).

Tabela 27 – Local mais frequente para alimentação dos beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Local Alimentação | Frequência | Porcentagem |
|--|-------------------|--------------------|
| Em cantinas ou restaurantes dentro da universidade | 22 | 8,4 |
| Em cantinas ou restaurantes fora da universidade | 170 | 64,6 |
| Em casa | 68 | 25,9 |
| Na casa de amigos ou parentes | 3 | 1,1 |
| Total | 263 | 100 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora

Tabela 28 – Meio de Transporte mais utilizado pelos beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Locomoção | Frequência | Porcentagem |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------|
| Sozinho em transporte particular | 24 | 9,1 |
| Em grupo em carro particular | 15 | 5,7 |
| Transporte público regulamentar | 121 | 46,0 |
| Transporte cedido por instituição | 6 | 2,3 |
| Outro | 97 | 36,9 |
| Total | 263 | 100 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).

Elaboração da autora

Esses dados, segundo o FONAPRACE, indicam a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de melhorar os índices de frequência por intermédio da redução do gasto com transportes (FONAPRACE, 2007) ou parcerias para o transporte gratuito de estudantes, como os disponibilizados por algumas prefeituras.

Entre os beneficiários pesquisados, 2,3% fazem uso de transportes cedidos por prefeituras, porém o uso é restrito a alguns horários, o que muitas vezes é incompatível com o turno em que o aluno estuda.

Em relação à percepção de atendimento das necessidades de alimentação, transporte e moradia com o valor dos auxílios recebidos, 60,5% afirmam que atende parcialmente, para 38% atende totalmente e para 1,5% não atende.

Quanto à relação entre a busca do ensino superior associada ao conhecimento prévio do PNAES, 28,5% afirmam que tinham conhecimento do Programa antes de ingressarem na universidade e dentre esses, 26,8% afirmaram que o conhecimento prévio impulsionou a sua busca pelo ensino superior. No entanto ao questionar sobre a possibilidade de conclusão do curso caso o auxílio fosse interrompido, 95,1% afirmam que teriam dificuldades para permanecer na universidade e concluir o curso.

A maioria dos pesquisados afirmam ter tomado conhecimento dos auxílios por meio da própria Universidade (58,2%), enquanto 37,6% foram informados por amigos. Os demais afirmaram ter tomado conhecimento via mídia pública (jornais, revistas ou televisão) ou outros meios.

Em relação à percepção quanto a mudanças em seu rendimento acadêmico após ingresso no Programa 70,3% afirmam que o seu rendimento melhorou consideravelmente, 19,8% afirmaram que melhorou parcialmente, enquanto 9,9% afirmam que não houve alterações no rendimento acadêmico. Dessa forma, entendemos que sob a ótica do beneficiário do Centro Acadêmico de Vitória, o Programa tem conseguido atender os objetivos propostos quanto à permanência na universidade e melhorias do rendimento acadêmico.

6.3 DIMENSÃO DA AVALIAÇÃO: RESULTADOS E METAS

Nessa dimensão iremos trazer as análises sob o foco dos auxílios. Os auxílios PNAES oferecidos na UFPE foram categorizados como: alimentação, alimentação complementar (fins de semana), moradia, transporte, manutenção acadêmica e creche.

Os auxílios mais difundidos na amostra foram alimentação (98,9%), bolsa manutenção acadêmica ou permanência (50,2%) e moradia (43,7%). Já o auxílio transporte e o alimentação complementar abrangem 41,8% e 43,7% dos beneficiários da amostra, respectivamente (tabela 29). Os percentuais para o auxílio moradia e alimentação complementar igualam-se, pois esses auxílios são dependentes, ou seja, todos aqueles que recebem o auxílio moradia, recebem também o alimentação complementar para os fins de semana.

Em comparação ao relatório da 3ª pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras (FONAPRACE, 2011), os programas de alimentação, bolsa de permanência e transporte são os mais difundidos. Acreditamos que o auxílio moradia aparece destoante do perfil nacional, pela inexistência de casa do estudante no CAV.

Tabela 29 – Distribuição dos beneficiários PNAES do CAV nos diversos auxílios distribuídos (2014).

| Auxílios | Beneficiários | |
|--------------------------|---------------|-------------|
| | Frequencia | Porcentagem |
| Alimentação | 260 | 98,9 |
| Alimentação Complementar | 115 | 43,7 |
| Transporte | 110 | 41,8 |
| Moradia | 115 | 43,7 |
| Manutenção Acadêmica | 132 | 50,2 |
| Creche | 5 | 1,9 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

A tabela 30 traz a distribuição dos diversos auxílios dentro de cada curso do CAV. O curso de Ciências Biológicas como podemos ver detém a maior concentração de auxílios, seguido dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Bacharelado em Educação Física, Licenciatura em Educação Física e Saúde Coletiva, nesta sequência.

Tabela 30 – Distribuição dos tipos de auxílios entre os beneficiários PNAES do CAV por curso (2014)

| Curso | Alimentação | | Alimentação Complementar | | Transporte | | Moradia | | Manutenção Acadêmica | | Creche | |
|--------------------------------|---------------|--------|--------------------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|----------------------|-------|---------------|-------|
| | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % | Beneficiários | % |
| Biologia | 94 | 100,0% | 49 | 52,1% | 23 | 24,5% | 49 | 52,1% | 61 | 64,9% | 1 | 1,1% |
| Educação Física - Bacharelado | 34 | 97,1% | 14 | 40,0% | 17 | 48,6% | 14 | 40,0% | 16 | 45,7% | 0 | 0,0% |
| Educação Física - Licenciatura | 25 | 96,2% | 8 | 30,8% | 16 | 61,5% | 8 | 30,8% | 15 | 57,7% | 0 | 0,0% |
| Enfermagem | 51 | 100,0% | 24 | 47,1% | 22 | 43,1% | 24 | 47,1% | 23 | 45,1% | 1 | 2,0% |
| Saúde Coletiva | 18 | 100,0% | 3 | 16,7% | 14 | 77,8% | 3 | 16,7% | 5 | 27,8% | 2 | 11,1% |
| Nutrição | 38 | 97,4% | 17 | 43,6% | 18 | 46,2% | 17 | 43,6% | 12 | 30,8% | 1 | 2,6% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora

Apesar do curso de Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física serem semelhantes quanto às rendas *per capita* médias, como vimos na dimensão da avaliação com foco na demanda apresentada anteriormente, não observamos a perpetuação dessa característica na concentração de auxílios por curso.

Observamos ainda que em todos os cursos a maioria dos beneficiários recebe o auxílio alimentação, compreendendo 100% dos beneficiários dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Enfermagem e Saúde Coletiva.

Já no auxílio alimentação complementar esse percentual reduz, uma vez que o mesmo está condicionado ao recebimento do auxílio moradia, no entanto, ainda destaca-se o curso de licenciatura em Ciências Biológicas com 52,1% de seus alunos como beneficiários, seguido de Enfermagem com 47,1%.

Quanto ao auxílio transporte, destacam-se os cursos de Saúde Coletiva e Licenciatura em Educação Física, com um percentual de seus alunos beneficiários recebendo este auxílio de 77,8% e 61,5%, respectivamente.

No curso de Ciências Biológicas encontramos o menor percentual de beneficiários por curso recebendo o auxílio transporte. Em contrapartida, para o auxílio moradia, o curso volta a destacar-se com 52,1% de seus beneficiários com este auxílio, seguido do curso de

Enfermagem com 47,1% de seus alunos beneficiários do auxílio moradia e Nutrição com 43,6%.

Para a bolsa de manutenção acadêmica, novamente destaca-se o curso de Ciências Biológicas com 64,9% de seus beneficiários com este auxílio, seguido por Educação Física – Licenciatura e Educação Física - Bacharelado com 57,7% e 45,7%, respectivamente.

O auxílio creche, apesar do número reduzido aparece com mais frequência no curso de Saúde Coletiva com 11,1% de seus beneficiários com este auxílio.

Na tabela 31 abaixo comparamos o quantitativo total de benefícios concentrados em cada curso na amostra estudada e no ensaio com o total de beneficiários. Como podemos ver, não houve alterações na amostra quanto à posição ocupada pelos cursos em relação à concentração do número de auxílios comparada ao levantamento inicial, com exceção dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física.

Tabela 31 – Comparativo da concentração de auxílios PNAES no CAV por curso e total de beneficiários no *campus* (2014)

| Cursos | Alimentação | | Alimentação Complementar | | Transporte | | Moradia | | Manutenção Acadêmica | | TOTAL | |
|--------------------------------|-------------|-------|--------------------------|-------|------------|-------|---------|-------|----------------------|-------|---------|-------|
| | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total |
| Ciências Biológicas | 94 | 231 | 49 | 86 | 23 | 89 | 49 | 88 | 61 | 129 | 276 | 623 |
| Educação Física - Bacharelado | 34 | 89 | 14 | 32 | 17 | 46 | 14 | 32 | 16 | 30 | 95 | 229 |
| Educação Física - Licenciatura | 25 | 114 | 8 | 42 | 16 | 59 | 8 | 42 | 15 | 43 | 72 | 300 |
| Enfermagem | 51 | 154 | 24 | 82 | 22 | 48 | 24 | 82 | 23 | 65 | 144 | 431 |
| Saúde Coletiva | 18 | 21 | 3 | 1 | 14 | 17 | 3 | 1 | 5 | 0 | 43 | 40 |
| Nutrição | 38 | 143 | 17 | 65 | 18 | 56 | 17 | 65 | 12 | 5 | 102 | 334 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora

Essa diferença de posição entre os cursos pode ser reflexo do movimento de beneficiários no universo total com o término do semestre acadêmico e a saída de alguns beneficiários após conclusão do curso no 2º semestre de 2013, além da entrada de outros beneficiários por meio de edital ocorrida entre 15 jan.2014 (data limite da planilha de beneficiários trabalhada no ensaio das informações) e 28 fev. 2014 (período máximo que compreende o estudo). Esse movimento pode ter gerado certas diferenças na distribuição de auxílios por curso, uma vez que o universo de beneficiários modifica-se de forma contínua.

Os auxílios mais distribuídos por curso na amostra comparados ao ensaio inicial permaneceram iguais (tabela 32) para a maioria dos cursos, com exceção do curso de Nutrição. No curso de Ciências Biológicas, tanto no ensaio quanto na amostra, os auxílios

mais difundidos são o alimentação e a bolsa manutenção acadêmica. No Bacharelado e na Licenciatura em Educação foram o auxílio alimentação seguido do auxílio transporte, tanto no ensaio quanto na amostra. No curso de Enfermagem foram mais difundidos na amostra e no ensaio o auxílio alimentação e o moradia /alimentação complementar. Para o curso de Saúde Coletiva foram os auxílios alimentação e transporte nas duas situações.

Já no curso de Nutrição, no levantamento inicial os auxílios mais difundidos foram o alimentação e o transporte, enquanto que na amostra foram o auxílio alimentação e o moradia/alimentação complementar. Esse dado pode representar uma mudança quanto ao perfil de mobilidade dos beneficiários do curso de Nutrição.

Tabela 32 – Comparativo dos auxílios mais difundidos por curso entre a amostra estudada e o total de beneficiários do CAV (2014)

| Cursos | Alimentação | | Alimentação Complementar | | Transporte | | Moradia | | Manutenção Acadêmica | |
|--------------------------------|-------------|-------|--------------------------|-------|------------|-------|---------|-------|----------------------|-------|
| | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total | Amostra | Total |
| Ciências Biológicas | 35,7% | 37,1% | 18,6% | 13,7% | 8,7% | 14,2% | 18,6% | 13,7% | 23,1% | 20,6% |
| Educação Física - Bacharelado | 12,9% | 38,8% | 5,3% | 13,9% | 6,4% | 20,0% | 5,3% | 13,9% | 6,0% | 13,1% |
| Educação Física - Licenciatura | 9,5% | 38,0% | 3,0% | 14,0% | 6,0% | 19,6% | 3,0% | 14,0% | 5,7% | 14,3% |
| Enfermagem | 19,3% | 35,6% | 9,1% | 18,9% | 8,3% | 11,1% | 9,1% | 18,9% | 8,8% | 15,0% |
| Saúde Coletiva | 6,8% | 52,5% | 1,1% | 2,5% | 5,3% | 42,5% | 1,1% | 2,5% | 1,9% | 0,0% |
| Nutrição | 14,4% | 36,7% | 6,4% | 16,7% | 6,8% | 14,3% | 6,4% | 16,7% | 4,5% | 15,1% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Quanto à distribuição dos auxílios por faixa de renda familiar total (tabela 33), observamos que há predominância em todos os auxílios de seus beneficiários na faixa de renda familiar compreendida entre 1 a 2 SM. Os auxílios que apresentam maior percentual na menor faixa de renda (até 1SM) são a bolsa manutenção acadêmica e o auxílio moradia (acompanhado pelo auxílio alimentação complementar). A ação desses dois auxílios quando ocorrem conjuntamente propiciam maiores condições de participação de seus beneficiários nas atividades de pesquisa e extensão concomitantemente ao ensino, uma vez que permite que o beneficiário esteja mais tempo na universidade.

Alguns beneficiários apresentam renda familiar acima de 5SM, considerada alta para o padrão estabelecido pelo Programa. De forma a analisar mais minuciosamente essa situação, observamos a composição familiar e a consequente renda *per capita* dos beneficiários pesquisados como apresentada no tópico anterior na dimensão foco na demanda.

Tabela 33 – Distribuição dos auxílios por faixa de renda familiar dos beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Faixa de Renda | Alimentação | | Alimentação Complementar | | Transporte | | Moradia | | Manutenção Acadêmica | |
|----------------|-------------|-------|--------------------------|-------|------------|-------|---------|-------|----------------------|-------|
| Menos de 1SM | 60 | 23,1% | 31 | 27,0% | 19 | 17,3% | 31 | 27,0% | 37 | 20,0% |
| > 1SM a 2 SM | 163 | 62,7% | 69 | 60,0% | 73 | 66,4% | 69 | 60,0% | 86 | 80,0% |
| > 2SM a 5SM | 35 | 13,5% | 14 | 12,2% | 17 | 15,5% | 14 | 12,2% | 8 | 0,0% |
| > 5SM | 2 | 0,8% | 1 | 0,9% | 1 | 0,9% | 1 | 0,9% | 1 | 0,0% |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Com a adoção pela PROAES de restrições quanto ao quantitativo e tipo de auxílios de acordo com o nível pertencente em função da renda *per capita*, aplicamos a distribuição por níveis recentemente adotada entre os beneficiários da amostra o que nos forneceu o panorama apresentado no gráfico 16.

O gráfico representa em cores diferentes os grupos da amostra de acordo com a faixa de renda *per capita* estabelecida pelos níveis adotados pela PROAES. Cada coluna numerada de um a cinco representa a quantidade de auxílios acumulados por um único beneficiário e mostra quais grupos de beneficiários da amostra estão enquadrados na mesma. O nível 5, como vimos anteriormente, equipara-se ao nível 4 em valores de renda, diferenciando-se apenas em tipo de auxílios para os *campi* do interior. Como nosso objetivo era comparar a distribuição da amostra nos diversos níveis considerando apenas o valor da renda *per capita* e consequente quantidade de auxílio, concentramos este nível de renda no nível 4.

Os beneficiários da amostra pertencentes ao Nível 1 (R\$ 814,51 a R\$ 1.086,00) estão agrupados em vermelho. Assim todos os grupos em vermelho deveriam estar concentrados na coluna 1 correspondente no gráfico ao recebimento de apenas um auxílio, porém, como podemos observar, há grupos de beneficiários com esta faixa de renda *per capita* em todos os quantitativos de auxílios, inclusive com 4 auxílios.

Os beneficiários pertencentes ao Nível 2 (R\$ 543,01 a R\$ 814,50), destacados em amarelo, são os que aparecem mais corretamente distribuídos, concentrando maior grupo recebendo 2 auxílios, porém ainda há casos que recebem 3 e 4 auxílios. O mesmo acontece com os beneficiários do nível 3 (R\$ 271,51 a R\$ 543,00), em azul, a maior concentração está correta com apenas 2 auxílios, porém, podemos observar um quantitativo considerável recebendo 3 e 4 auxílios. O nível 4 (R\$ 0,00 a R\$ 271,50), em verde, tem grande quantitativo de beneficiários recebendo 4 auxílios, porém em sua maioria, estão enquadrados no número de auxílios correto, ou seja, abaixo de três. Os beneficiários que concentram a maior

quantidade de auxílios (5 auxílios) ainda que sejam em número discreto na amostra, pertencem ao nível 3 de renda *per capita*, ou seja, deveriam receber no máximo 2 auxílios.

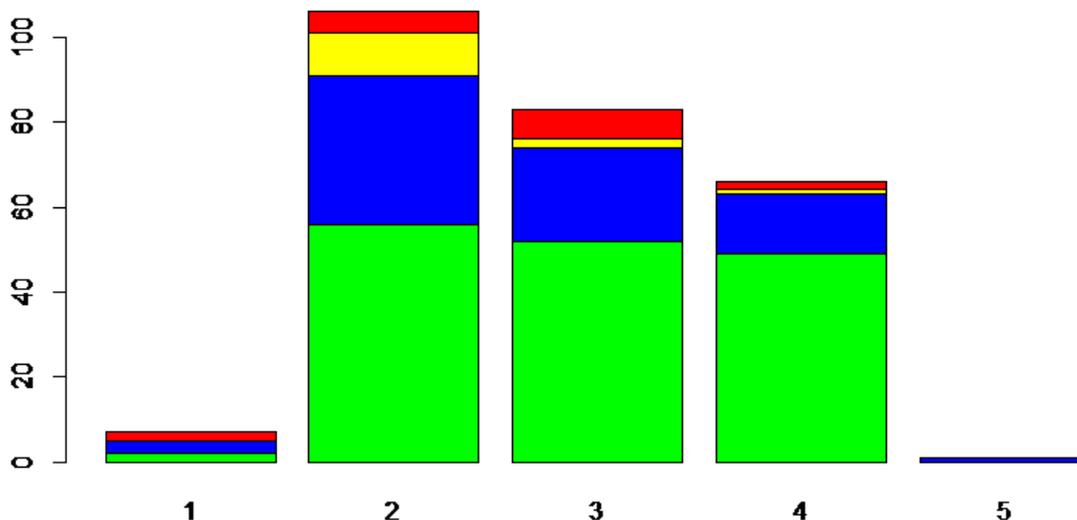


Gráfico 16 – Distribuição de beneficiários PNAES do CAV quanto aos níveis de renda estabelecidos pela PROAES por número de auxílios *per capita* (2014).

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Como observamos, até então eram praticadas diferentes quantidades de auxílios para beneficiários pertencentes à mesma faixa de renda *per capita*. Havia também beneficiários com faixa de renda *per capita* mais alta recebendo o mesmo número de auxílios que aquele com renda *per capita* mais baixa. Essa situação representava distorções no Programa que só puderam ser identificadas a partir do monitoramento e avaliação de todos os auxílios ativos. Logo, essa mudança representa o primeiro passo nos ajustes necessários ao PNAES e mostra a iniciativa da UFPE nesta direção.

É possível identificar na amostra alunos com a estimativa de renda *per capita* acima de 1 salário mínimo e meio, limite estipulado pelo Decreto nº7.234 de 19 de dezembro de 2010, o qual institui o PNAES, para ingresso no Programa. Esses casos precisariam de uma análise mais detalhada e reforça mais uma vez a necessidade do monitoramento contínuo do Programa, uma vez que esses alunos podem ter mudado de perfil após o ingresso.

Conforme levantamento entre os beneficiários da amostra, após o ingresso no Programa não é corriqueira a reavaliação de documentação. Um número elevado de beneficiários, correspondente a mais de 70% da amostra, recebe auxílios há mais de 1 ano, enquanto apenas 12,5% afirmaram já ter sido necessária algum tipo de reavaliação de documentação (tabela 34). O maior percentual de beneficiários (50,2%) recebem algum auxílio entre 1 e 2 anos (tabela 35).

Tabela 34 – Ocorrência de reavaliação de documentação entre os beneficiários PNAES do CAV (2014)

| Ocorrência de Reavaliação | Frequência | Porcentagem |
|---------------------------|------------|-------------|
| Não | 230 | 87,5 |
| Sim | 33 | 12,5 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Tabela 35 – Tempo de recebimento de auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014)

| Tempo de Recebimento | Frequência | Porcentagem |
|----------------------|------------|-------------|
| Menos de 1 ano | 70 | 26,6 |
| Entre 1 e 2 anos | 132 | 50,2 |
| Entre 2 e 3 anos | 56 | 21,3 |
| 4 anos ou mais | 5 | 1,9 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

De forma a comparar as diferenças entre as classes de tempo como beneficiários e o número de auxílios foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis. Ao nível de 5% de significância constataram-se diferenças na média do número de auxílios entre os diferentes tempos como beneficiário (gráfico 17).

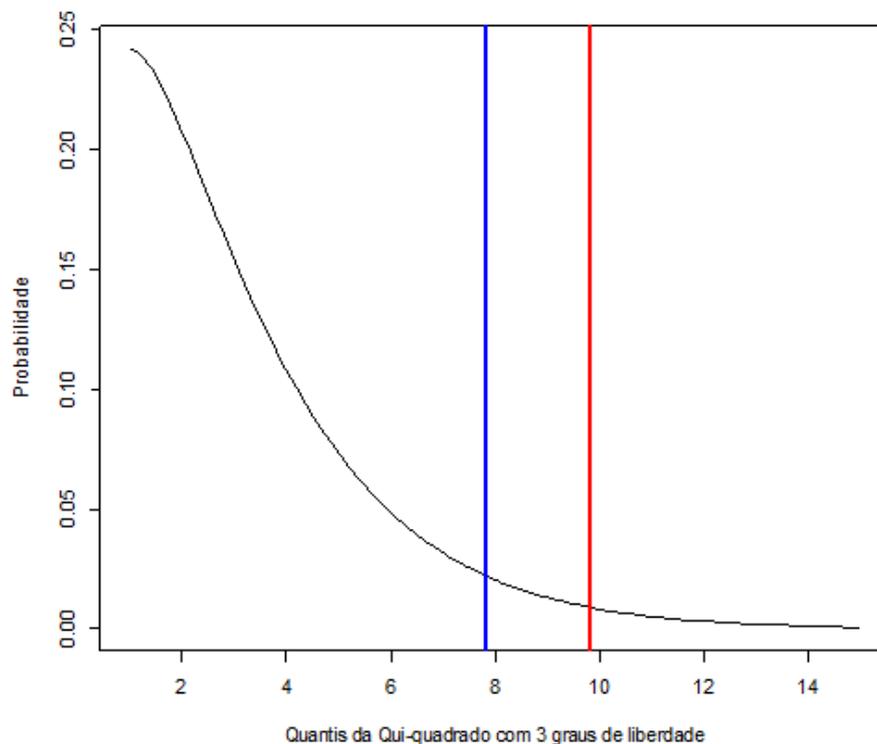


Gráfico 17 – Resultado do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis para comparar as diferenças entre as classes de tempo como beneficiários e o número de auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014).

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Como podemos observar no gráfico, o ponto crítico do teste é representado pelo traçado azul enquanto o teste aplicado à amostra mostra seu resultado traçado em vermelho o que indica que há diferenças na média do número de auxílios entre as diferentes classes de tempo, uma vez que o resultado encontra-se após o ponto crítico limite para igualdade. Apesar de discreta, a diferença foi significativa.

Ao analisarmos o gráfico boxplot referente às médias do número de auxílios nas diversas classes de tempo de recebimento de auxílios pelos beneficiários PNAES da amostra (gráfico 18), apoiados no Teste de Mann-Whitney, observamos que os beneficiários que recebem auxílios entre 2 e 3 anos apresentam média da quantidade de benefícios diferentes dos beneficiários mais recentes em tempo de recebimento (menos de 1 ano e entre 1 e 2 anos de recebimento). Observamos maior concentração de auxílios em beneficiários mais antigos, o que pode ser reflexo da maior “facilidade” encontrada no início do Programa, onde os recursos eram abundantes comparados à demanda.

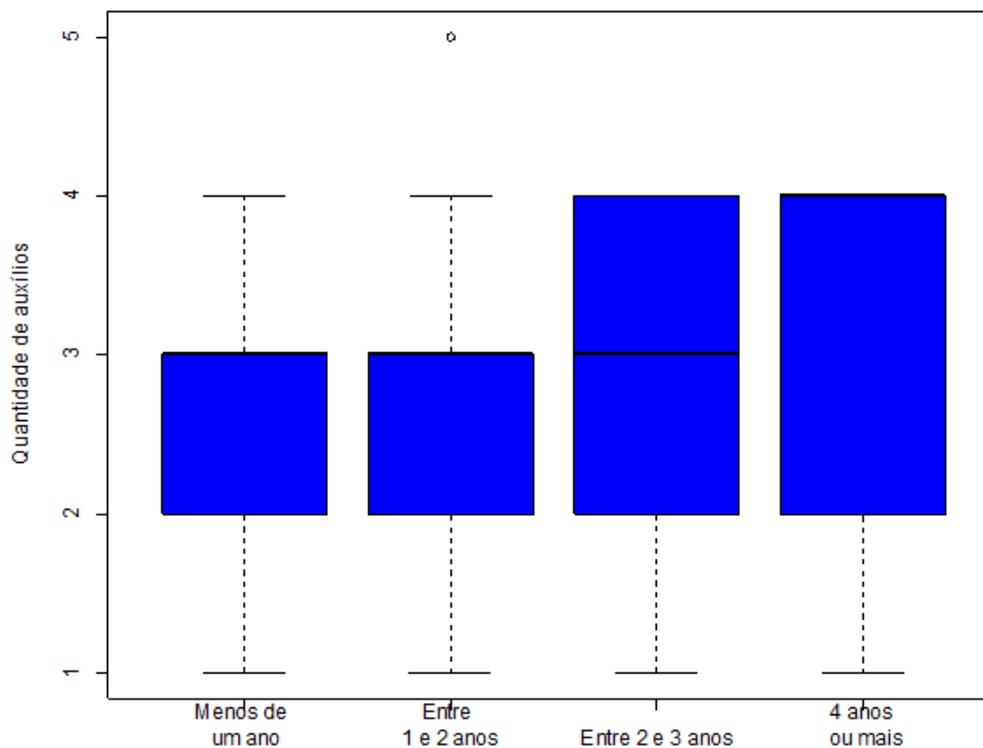


Gráfico 18 – Diferenças entre as médias do número de benefícios recebidos em relação ao tempo de recebimento dos auxílios dos beneficiários PNAES do CAV (2014)

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Quanto à visão do beneficiário em relação à importância dos auxílios e quais ações de assistência estudantil ainda necessitam ser atendidas, observamos que no que se refere à qual auxílio mais importante e o menos importante na visão dos beneficiários, apesar de ser o auxílio alimentação o mais difundido, ele não é visto pelos beneficiários como o mais importante. O auxílio moradia foi indicado por 40,3% dos beneficiários da amostra como o mais importante, seguido da bolsa manutenção acadêmica com 25,5% (tabela 36). Foi indicado como o auxílio menos importante com 33,8% o auxílio creche (tabela 37), o que pode ser impulsionado pelo baixo percentual de beneficiários com filhos no Centro Acadêmico de Vitória.

Tabela 36 – Auxílio mais importante na opinião dos beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Auxílios | Frequência | Porcentagem |
|------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Alimentação | 57 | 21,7 |
| Alimentação complementar | 2 | 0,8 |
| Auxílio Creche | 3 | 1,1 |
| Manutenção Acadêmica (Permanência) | 67 | 25,5 |
| Moradia | 106 | 40,3 |
| Não respondeu | 1 | 0,4 |
| Transporte | 27 | 10,3 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Tabela 37 – Auxílio menos importante na opinião dos beneficiários PNAES do CAV (2014).

| Auxílios | Frequência | Porcentagem |
|------------------------------------|-------------------|--------------------|
| Alimentação | 6 | 2,3 |
| Alimentação complementar | 88 | 33,5 |
| Auxílio Creche | 125 | 47,5 |
| Manutenção Acadêmica (Permanência) | 5 | 1,9 |
| Moradia | 5 | 1,9 |
| Não respondeu | 1 | 0,4 |
| Transporte | 33 | 12,5 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

Para a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis os benefícios indispensáveis são os auxílios alimentação e transporte, pois dão as condições mínimas para que o aluno curse regularmente o ensino superior (Entrevista. Recife, 27 nov. 2014 – Apêndice C).

Quanto a outras ações em que eles acreditassem que o PNAES deveria atender. Foram elencados acompanhamento médico, cultura, lazer, comunicação digital (internet), material didático, entre outros. A maioria dos beneficiários pesquisados afirmou desejar ações voltadas para a compra de material didático com 70,7%, seguido de atendimento médico com 65%. Em terceiro lugar, aparecem as ações voltadas para a comunicação digital (internet) com 28,1%. Cultura e lazer foram apontados por 25,9% e 17,1% dos beneficiários da amostra, respectivamente (tabela 38).

Tabela 38 – Novas ações de assistência estudantil pretendidas pelos beneficiários PNAES do CAV (2014)

| Ações | Frequência | Porcentagem |
|---------------------|------------|-------------|
| Atendimento Médico | 171 | 65 |
| Cultura | 68 | 25,9 |
| Lazer | 45 | 17,1 |
| Comunicação Digital | 74 | 28,1 |
| Material Didático | 186 | 70,7 |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014).
Elaboração da autora.

O acesso à internet, segundo o FONAPRACE, está relacionado ao aumento no nível de conhecimento em informática que em 1997 era de 22,85%, passando para 43,9% em 2003/2004. Porém, o percentual de estudantes que não dominam este recurso reduziu de 24,65% para 4,7% (FONAPRACE, 2007). Na UFPE – *campus* recife é disponibilizada a rede *wifi* UFPE livre onde todos os estudantes podem ter acesso sem necessidade de cadastro prévio ou senha. O CAV ainda não dispõe da UFPE livre, mas a partir do cadastro de serviços remotos pelo Sig@ é possível gerar um usuário e senha para acesso a rede *Wifi* UFPE

gratuitamente. No entanto, o uso da internet nesses casos é disponibilizado apenas nas dependências da Universidade.

Ainda segundo o FONAPRACE, há a necessidade de se desenvolver políticas e ações de inclusão digital nas IFES (FONAPRACE, 2007). O acesso à internet está também diretamente relacionado à posse do equipamento e quanto a isso, a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos, informou que está elaborando juntamente com o Reitor um projeto piloto para a partir de janeiro de 2015 disponibilizar nas bibliotecas da UFPE alguns *tablets* para empréstimo aos estudantes (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C).

Quanto ao auxílio para material didático, a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos informou que desde que o PNAES era gerido pela PROACAD, o beneficiário poderia solicitar livros didáticos, instrumento musicais para alunos dos cursos de música, materiais diversos para estudantes de odontologia, entre outros, necessitando apenas que o professor atestasse a necessidade e importância do material (Entrevista. Recife, 06 nov. 2014 – Apêndice C). Esse auxílio, no entanto, está temporariamente sem ser ofertado por insuficiência dos recursos.

Já em relação ao acompanhamento médico, em junho de 2014 foi inaugurado o Núcleo de Atenção à Saúde do Estudante³⁰ (Nase) com o objetivo de prestar prioritariamente aos beneficiários da assistência estudantil os serviços de Psicologia, Psiquiatria, Enfermagem, Nutrição e atendimento médico clínico. Assim, essa demanda questionada pelos estudantes passou a ser atendida.

Quanto ao atendimento de outras ações, a Pró-Reitora para Assuntos Acadêmicos e a Pró-Reitora para Assuntos Estudantis afirmaram é preciso inicialmente pensar na ampliação de recursos para atendimento pleno das ações já existentes. A principal crítica relatada de forma unânime pelos atores institucionais corresponde à escassez de recursos destinados ao PNAES o que leva a priorização de algumas ações em detrimento de outras que nem por isso deixam de ser importantes ou necessárias (Entrevistas. ver apêndice C).

³⁰ Disponível em: <<http://estudante.ufpe.br/2014/08/04/alunos-da-ufpe-contam-com-nucleo-de-atencao-a-saude-do-estudante/>>. Acesso em: 17 out de 2014.

6.4 SUGESTÕES QUANTO AOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PNAES PARA O CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DA UFPE (CRIAÇÃO E AJUSTE DE INDICADORES).

A intenção desse item foi trazer sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o CAV/UFPE de forma a atender um dos objetivos específicos da pesquisa. Para embasamento das recomendações e sugestão de indicadores contidas adiante, buscamos o aprendizado nos sistemas de monitoramento e avaliação de outros programas similares como os geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em específico o benefício de prestação continuada (BPC).

O BPC³¹ é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Apesar dos objetivos e público-alvo diferentes, o BPC assim como o PNAES são políticas afirmativas de assistência, uma voltada para meios básicos de sobrevivência aos que não podem se auto suprir e outra voltada aos meios básicos de manutenção e permanência no ensino superior.

De acordo com Vaitsman (2006), a construção de indicadores de monitoramento e avaliação sobre as políticas e programas de desenvolvimento social é feita a partir da coleta de dados primários sobre os programas. A definição de indicadores requer muita clareza sobre os objetivos e a lógica de cada programa. Os dados também devem ser produzidos com periodicidade e agregação definidas, para que os indicadores possam ser comparados.

³¹ Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>. Acesso em: 17 out de 2014.

Para construção de um sistema de indicadores deve-se inicialmente ser realizado um levantamento das variáveis relativas ao Programa existentes nos bancos/sistemas de informação, bem como sobre a rotina de recebimento dos dados primários. A partir daí, segundo Vaitsman (2006), é possível a construção de indicadores partindo daqueles mais simples, ou seja, os que possam ser construídos a partir dos dados já existentes nos sistemas de informação efetivamente disponíveis.

Nessa etapa é importante que os diferentes bancos de dados que possam existir sobre o Programa estejam uniformizados de forma a possibilitar sua junção e análise geral. Esse é também um fator presente no monitoramento dos diversos programas do MDS onde é possível verificar o Cadastramento Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o qual é um instrumento de coleta de dados e informações cujo objetivo fundamental é identificar as famílias de baixa renda existentes no Brasil. O cadastramento é executado pelos municípios e o Governo Federal o utiliza para identificar os potenciais beneficiários dos diversos programas sociais.

Constam desse banco de dados informações sobre famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. As informações que constam do formulário incluem: características do domicílio e da família, escolaridade dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas mensais da família.

A criação de um cadastro único semelhante dos estudantes por meio do Sig@, incluindo desde o seu ingresso na universidade, as informações pertinentes ao seu perfil socioeconômico, como já citadas, associado ao perfil escolar já existente, contribuiria com o planejamento de recursos e estimativa de possíveis auxílios. Além disso, traria informações sempre atualizadas do perfil socioeconômico dos estudantes da instituição como um todo, servindo de embasamento para aumento de repasse de recursos e até mesmo para o surgimento de outras ações ou programas necessários.

No que diz respeito ao cálculo dos indicadores, Vaitsman (2006) diz que isso requer a utilização de ferramentas computacionais para coletar, processar dados e disponibilizar informações em diversos formatos de acordo com o tipo de programa a ser monitorado. Assim exalta-se mais uma vez a importância do uso de sistemas de informação como ferramenta para o monitoramento e avaliação do PNAES.

No quadro abaixo podemos exemplificar alguns indicadores e suas respectivas variáveis potencialmente úteis ao monitoramento do PNAES baseados na classificação adotada pelo sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil onde os indicadores são divididos, como já vimos, em “estrutura” (valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc.), “processos” (valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa) e “resultados” (valores relativos ao alcance de metas do programa) (VAITSMAN *et al*, 2006). Porém, o quadro apenas exemplifica os indicadores a serem monitorados e não esgota as possibilidades de ajuste e criação de novos indicadores.

Quadro 2 – Sugestões de Indicadores para o Monitoramento e Avaliação do PNAES pela UFPE

| Indicador | Descrição | Classificação | Periodicidade | Variáveis Envolvidas | Fontes das Variáveis |
|--|---|----------------------|----------------------|---|---|
| Número de alunos em Vulnerabilidade Socioeconômica | Expressa o número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e regularmente matriculados em curso de graduação. | Processos | Semestral | Renda Familiar, Renda <i>Per capita</i> | Questionário Socioeconômico do Enem ou Questionário Socioeconômico a ser preenchido no ato de matrícula do estudante. |
| Recurso médio repassado por aluno beneficiário | Expressa o valor médio de recurso distribuído para cada aluno beneficiado. | Estrutura | Mensal / Semestral | Auxílios (R\$) recebidos por aluno, Número de auxílios recebidos por aluno, Renda <i>Per capita</i> | Relatório financeiro do Sig@ referente aos alunos beneficiários do Programa |
| Percentual de alcance do número estimado de alunos em vulnerabilidade socioeconômica | Expressa a relação entre o número de estudantes cadastrados no PNAES e a estimativa do número alunos em vulnerabilidade socioeconômica. | Processos | Semestral | Recurso repassado, quantitativo de alunos matriculados | Relatório de levantamento de alunos em vulnerabilidade socioeconômica, Relatório financeiro do Sig@ com o número de alunos beneficiários. |
| Número de alunos beneficiários. | Expressa o quantitativo de alunos beneficiários do PNAES | Processo | Semestral | Quantidade de auxílios distribuídos por aluno, número total de benefícios. | Relatório financeiro do Sig@, Relatório Gerencial de Alunos cadastrados no Programa |

| | | | | | |
|--|---|------------|-----------|--|---|
| Quantitativo de alunos com melhoria no rendimento. | Expressa o quantitativo de alunos com melhoria no rendimento acadêmico após ingresso no PNAES | Resultados | Semestral | Índice de desempenho /rendimento do aluno, Número de alunos beneficiários com rendimento insatisfatório /satisfatório previamente ao ingresso no Programa. | Relatório de desempenho acadêmico, Histórico Escolar. |
| Número de semestres com a concessão de auxílios | Expressa o tempo médio de permanência do beneficiário no Programa | Processos | Semestral | Duração em semestres dos cursos de graduação, período de ingresso no Programa. | Relatório financeiro do Sig@, Relatório Gerencial dos Beneficiários. |
| Número de beneficiários com conclusão de curso no tempo regulamentar | Expressa o quantitativo de alunos beneficiários que concluem o curso no número de semestres regulamentar. | Resultados | Semestral | Duração em semestres dos cursos de graduação; cursos com histórico de grande número de reprovações. | Relatório financeiro do Sig@, Relatório Gerencial dos Beneficiários, Histórico escolar. |
| Número de Beneficiários utilizando o acréscimo ao tempo regulamentar para conclusão do curso | Expressa o quantitativo de alunos beneficiários que já deveriam ter concluído o curso, considerando o | Processo | Semestral | Duração em semestres dos cursos de graduação; | Histórico Escolar |

| | | | | | |
|--|--|----------|-----------|--|--|
| | tempo regulamentar. | | | cursos com histórico de grande número de reprovações, Trancamentos. | |
| Número de beneficiários desligados do Programa | Expressa o quantitativo do número de beneficiários desligados do PNAES | Processo | Semestral | Reprovações, Trancamentos, Mudança de Cursos, Perfil socioeconômico. | Histórico escolar, Relatório Gerencial dos Beneficiários. |
| Número de disciplinas por semestre. | Expressa a relação de disciplinas regulares a serem cursadas e as solicitadas pelo aluno | Processo | Semestral | Tempo regulamentar de conclusão de curso, número de disciplinas oferecidas por semestre. | Histórico Escolar |
| Índice de Rendimento no desempenho acadêmico | Expressa o desempenho acadêmico de cada beneficiário | Processo | Semestral | Rendimento Acadêmico no semestre anterior, | Histórico Escolar, Relatórios Gerenciais semestrais no Sig@. |

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo Monitoramento e Avaliação do PNAES no CAV /UFPE (2014). Elaboração da autora.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da pesquisa foram identificar os indicadores e o processo de monitoramento e avaliação do PNAES previstos e utilizados pela UFPE, propor sugestões quanto aos mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES para o Centro Acadêmico de Vitória da UFPE por meio da criação e ajuste de indicadores, além de verificar como se tem dado o atendimento dos objetivos do PNAES sob a ótica do beneficiário do CAV e da gestão do Programa no CAV e na UFPE.

A pesquisa atendeu inicialmente a caracterização do perfil dos beneficiários atendidos pelo PNAES no Centro Acadêmico de Vitória e verificou como se tem dado o atendimento dos objetivos do Programa sob a ótica do beneficiário e da gestão nos diversos níveis da UFPE. Por fim, foram sugeridos indicadores e a adoção de sistemas de informação para monitoramento e avaliação, com adequação do banco de dados, cadastro e arquivos.

Ao longo da pesquisa destacou-se a dificuldade de coleta dos dados devido ao receio dos beneficiários em ter o benefício suspenso ou cortado após sua participação.

Os dados apresentados indicaram uma tendência de maiores necessidades de atendimento pelo Programa dos cursos de licenciatura. Foi possível perceber uma semelhança entre as médias de renda *per capita* nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação Física, porém as semelhanças não se perpetuaram em relação à distribuição de auxílios.

Foi possível perceber também que o auxílio mais difundido em todos os cursos é o auxílio alimentação. Diferentes auxílios destacam-se em seguida, a depender do curso. Nos cursos de Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Saúde Coletiva e Nutrição destaca-se após o auxílio alimentação, o auxílio transporte. Já nos cursos de Ciências Biológicas e Enfermagem, destacam-se em segunda posição em número de beneficiários, os auxílios manutenção acadêmica e moradia, respectivamente.

O curso de Ciências Biológicas apresentou destaque em algumas características comparado aos outros cursos, como as menores renda *per capita* e familiar total, a grande concentração de auxílios entre seus beneficiários, acúmulo de benefícios *per capita* entre seus alunos beneficiários e a mobilidade intergeracional de educação com os pais desses beneficiários com os menores níveis de instrução.

O auxílio mais valorizado pelos beneficiários, apesar de não ser o mais difundido entre eles, é o auxílio moradia e a maioria dos beneficiários acumulam dois auxílios. Quanto à mobilidade ou deslocamento dos beneficiários da amostra, em sua maioria é migrante de outros municípios, o que além de mostrar a procura pelo CAV, um *campus* do interior, mostrando o movimento inverso ao que ocorria normalmente onde o aluno do interior deslocava-se para a capital reafirmando a importância da política de interiorização. Esse movimento ainda contribui com a expansão e dinamização de serviços da cidade de Vitória de Santo Antão.

Foi possível verificar que as reavaliações do perfil socioeconômico dos beneficiários ativos no PNAES após o seu ingresso são pouco comuns na UFPE e identificamos alguns casos de beneficiários do CAV com renda *per capita* acima do limite estabelecido pelo Programa.

As informações e observações mostraram que alguns avanços têm acontecido quanto à gestão dos auxílios na UFPE no que diz respeito ao controle e mais propriamente dito ao monitoramento e avaliação, mas ainda é necessário um maior direcionamento destas ações como a categorização dos arquivos, alimentação adequada dos bancos de dados, a criação e/ou adaptação de indicadores como os que aqui foram propostos, o uso de sistemas de informação para o monitoramento e avaliação e o acompanhamento sistemático desses dados.

A escolha de programas similares como os do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para embasamento na criação de indicadores justificou-se pela ausência de trabalhos acadêmicos que relatem modelos ou experiências no monitoramento e avaliação do PNAES em outras universidades e por representar um modelo bem sucedido aplicado em programas similares.

No bojo das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Além disso, de manter o controle da manutenção das condições de ingresso no Programa pelo aluno, bem como o bom uso dos recursos. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e acompanhar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante beneficiário do Programa.

Como trazia o Plano Nacional de Assistência Estudantil, antes mesmo da implantação do Programa, a avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos

estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias (FONAPRACE, 2007). No entanto, o Programa não dispõe de financiamento para essa avaliação, o que deveria compor uma dimensão obrigatória. Com a disponibilidade desse recurso poderia investir-se em capacitação dos atores institucionais para essa atividade ou mesmo terceirizar uma consultoria em monitoramento e avaliação.

Quanto aos indicadores utilizados pela UFPE e pelo CAV, observamos que ainda são poucos, em estágio inicial de implantação, porém já existe a previsão da criação de novos indicadores por meio de um projeto desenvolvido entre setores acadêmicos (desenvolvimento de ensino) e professores da área de ciências administrativas e sociais da Universidade.

A maioria dos indicadores utilizados pela UFPE vem sendo aplicados no *campus* Recife, especialmente os de acompanhamento pedagógico, por ser o único *campus* a dispor de um profissional pedagogo voltado para esta atividade, enquanto que no Centro Acadêmico de Vitória estão concentrados no acompanhamento financeiro (total de recursos, números de auxílios por curso, número de beneficiários por auxílio, etc.). Há também um ensaio para uso do indicador de acompanhamento pedagógico no CAV, por meio do monitoramento do número de reprovações por falta dos beneficiários e do número de beneficiários com tempo regulamentar de conclusão do curso extrapolado.

Vemos a junção de esforços entre as diversas Pró-Reitorias como a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (PROACAD) e a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) como uma solução para o monitoramento adequado e aperfeiçoamento do acompanhamento de um dos objetos finais do PNAES que a melhoria do desempenho acadêmico desses estudantes.

Dessa forma, a PROAES concentraria esforços como responsável pela gestão dos auxílios e geradora /alimentadora dos dados e informações sobre o Programa, a PROACAD no acompanhamento pedagógico e a PROPLAN com a criação e o acompanhamento dos indicadores.

Ainda nesse trabalho conjunto, sugerimos a participação da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) de forma a subsidiar a carência de profissionais técnico-administrativos relatadas pela PROAES, bem como de pedagogos, profissionais essenciais para o processo de acompanhamento pedagógico. Além de sua participação na promoção da capacitação desses

profissionais para o monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas. Parcerias com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFPE e Centro de Informática (Cin) da UFPE também agregariam resultados neste processo por meio da criação ou ajustes dos sistemas de informação para auxiliar no acompanhamento de todas as ações do Programa e de seus indicadores.

O monitoramento e avaliação institucional deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos: a relação oferta/ demanda e desempenho acadêmico do estudante, além dos mecanismos de avaliação continuada da assistência estudantil e taxas de retenção e evasão.

Para isso, de acordo com o FONAPRACE (2007) é necessário estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda; avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo como falamos uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos; identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes beneficiários como a participação em projetos de pesquisa e extensão, entre outros.

Foi possível identificar que o processo de monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE encontra-se em fase de estruturação com adoção inicial de indicadores financeiros e um direcionamento ao acompanhamento pedagógico, porém aplicados ainda restritamente ao *campus* Recife. Esse aspecto contribui para a ausência de uma avaliação sistemática do PNAES no Centro Acadêmico de Vitória e na UFPE de maneira geral. Este trabalho traz, portanto, subsídios para esta iniciativa.

Sabemos que ainda há uma resistência aos mecanismos de controle, incluindo o monitoramento e avaliação e isso foi evidenciado inclusive na resistência de alguns beneficiários em participar dessa pesquisa.

É preciso perceber o monitoramento e avaliação como algo que trará as correções necessárias para a boa execução do Programa. A UFPE como vimos ainda está em fase de implantação desse processo, mas os dados levantados já embasam decisões quanto às correções das ações e otimização dos recursos e mostram resultados positivos do Programa.

Ressaltamos que não foi objetivo do trabalho avaliar os impactos ou efetividade do Programa Nacional de Assistência Estudantil, mas fazer uma análise dos subsídios que

impactam no Programa, destacando a necessidade do monitoramento e avaliação do Programa para a construção de sua solidificação como política pública.

Recomendamos a replicação deste estudo - que pode vir a ser aprofundado com a ampliação de informações por meio da equipe de assistência social e pedagogo da PROAES – em outros *campi* oriundos da política de interiorização das universidades federais brasileiras de forma a comparar com outros programas ou identificar as diferenças entre as universidades quanto à gestão e monitoramento e avaliação do PNAES.

Finalmente, acreditamos que os resultados desta pesquisa contribuirão para nortear o planejamento de ações para o crescimento e fortalecimento do monitoramento e avaliação do PNAES na UFPE, principalmente no Centro Acadêmico de Vitória. Ressalta-se que as diversas variáveis aqui exploradas podem ainda vir a ser analisadas e cruzadas gerando novas informações o que amplia grandemente os horizontes para outras pesquisas e contribuições nesta área.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C, A, M, *et al.* Indicadores para monitoramento de programas e projetos. São Paulo: FUNDAP, 2006.

ALMEIDA, M. I. M.; *et al.* SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. Sistema Universidade Aberta do Brasil (apostila). 2007. Disponível em: <http://netapi.ifpi.edu.br/etapi/docs/Sistema_IG.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014

ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2007. Disponível em: <146R146E://146R146.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em 05 fev. 2014.

ARAÚJO, D. P.; MORGADO, M.A. Universidade e Assistência Estudantil: Perspectivas de Jovens Moradores da CEU-UFMT (*campus Cuiabá*). In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, 17. Cuiabá, 2009. **Anais do Seminário Educação, 17ª edição**. Cuiabá, SEMIEDUC, 2009. Disponível: <146R146E://146R146.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt14/ComunicacaoOral/DENISE%20PEREIRA%20DE%20ARAUJO.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

ARAÚJO, J.O. **O elo assistência e educação: análise assistencial/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <146R146E://146R146.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ARCOVERDE, A.C.B.(Org.), *et al.* **Estado & Sociedade: contribuição ao debate sobre políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

ARRETCHE, M.T.S. “**Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**”, in: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001.

BARBETTA, P.A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5ª edição. Florianópolis: UFSC, 2002.

BARROS E SILVA, P.L. **Implementação de Políticas Públicas: um processo não linear conformado por “elos críticos de decisão”**. In: NEPP/PAGS/UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Modelo de avaliação de programas sociais prioritários: relatório final, Campinas, SP, 1999. NEPP/PAGS (1999). Modelos de Avaliação de Programas Sociais Prioritários. Relatório Final. Campinas. *Capítulos 2 e 3*.

BASTOS, I.A.C.F; LUBAMBO, C.W. **A interiorização das Universidades Federais em Pernambuco: condições político-institucionais**. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 2012, Recife: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 2012.

BOBBIO, N. **A Teoria das Formas de Governo**. Trad. Sergio Bath, 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BORI, C.M.; DURHAM, E.R. (Sup. Geral). **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2000. Disponível em: <147R147.publicacoes.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <147R147E://147R147.inep.gov.br/superior/censosuperior/>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <147R147E://147R147.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul. 2013.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. DOU de 25.4.2007. Brasília, 2007a. Disponível em: <147R147E://147R147.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 ago. 2012.

_____. **Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <147R147E://147R147.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <147R147E://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. DOU de 11.6.1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 29 ago. 2013.

_____. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. **Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa da União para

o exercício financeiro de 2013. **LOA 2013**. Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12798.htm>. Acesso em: 15 fev. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Reuni**. Expansão. Disponível em: <148R148E://reuni.mec.gov.br/148R148E148.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 19 ago. 2012.

_____. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007b. Disponível em: <148R148E://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CALDAS, R.W.(Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CHAUÍ, M.A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p.p 1-15, set/out/148R148/dez, 2003. Disponível em: <148R148E://148R148.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CISLAGUI, J.F; SILVA, M.T. Plano nacional de assistência estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais: abrindo o debate. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO. MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5. Florianópolis, 2011. **Anais do Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, V**. Florianópolis, EBEM, UFSC, 2011. Disponível em: <148R148E://148R148.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_09/e09d_t011.pdf> . Acesso em 05 jan. 2014.

COSTA, F.L; CASTANHAR, J.C. Avaliação de Programas Públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.5 n.37, p.p 969-92, Set./Out. 2003. Disponível em:<148R148E://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/148R148E148.php/rap/article/viewFile/6509/5093>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CUNHA, J.V.Q.(Org.). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS**. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

DE CICCIO, C; GONZAGA, A.A. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise na educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p.p 1223-1245, out-dez, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2014.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação industrial**. Tradução

Christina Bastos Tigre. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FARIA, C.A.P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V. 20 n. 59 outubro, 2005. Disponível em: <149R149E://149R149.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

FIRMINO, A.L.S.; CAMPOS, L.H.R. Perfil Socioeconômico do Corpo Discente da Interiorização das Universidades Federais do Nordeste. in: MELO, P.B. (Org). A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no norte e nordeste: efeitos e mudanças. **Relatório de Pesquisa**. Recife: FUNDAJ, 2014.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Primeira Pesquisa. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001**. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Segunda Pesquisa. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007**. Disponível em: <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=56:plano-nacional-de-assistencia-estudantil-aprovado-pela-andifes&catid=35:docs&Itemid=27>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. Terceira Pesquisa. Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras. Andifes, 2011. Disponível em: <[1 www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FUNDAJ. Banco de dados de pesquisa. A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no norte e nordeste: efeitos e mudanças. Fundação Joaquim Nabuco, 2011.

GARCIA, A.L.S. A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas. **Revista O Social em Questão**. Rio de Janeiro, Ano XVII, nº 30, p 71-88. Editora PUC – Rio, 2013.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. B. C. ; SILVEIRA NETO, R. M. . **Persistência Intergeracional de Educação no Brasil: O Caso da Região Metropolitana do Recife**. In: XVII Fórum BNB de Desenvolvimento XVI Encontro Regional de Economia, 2011, Fortaleza. XVII Fórum BNB de Desenvolvimento XVI Encontro Regional de Economia, 2011.

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. **Revista Empauta**. Rio de Janeiro, n.20, p 57-68, 2007. Disponível em:<149R149E://149R149.e-publicacoes.uerj.br/149R149E149.php/revistaempauta/article/view/159/184>. Acesso em: 15 fev. 2014.

HOCHMAN, G.(Org.), *et al.* **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<150R150.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 10 abr. 2013a.

_____. Estados@. **Informações censitárias dos estados e seus municípios**. Disponível em: <150R150E://150R150.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jul. 2013b.

INEP. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Pernambuco. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

_____. **Painel de Controle do MEC**. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2012. 15 p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª Ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 720.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS statistics**. 5ª ed. Pero Pinheiro: ReportNumber, 2011.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATUS, C. **A Teoria do Jogo Social**. São Paulo: FUNDAP, 2005.

MÁXIMO, L. Fies e Prouni já respondem por 31% de matrículas de universidades privadas. In: **Valor Econômico**, São Paulo, mar, 2014. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/3456822/fies-e-prouni-ja-respondem-por-31-de-matriculas-de-universidades-privadas#ixzz2yxr6H8ax>. Acesso em: 11 mar. 2014.

MEC, INEP. **Painel de controle do Ministério da Educação**. E-MEC. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

MEC. **Plano de desenvolvimento da educação – PDE**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MELO, P.B.; CAMPOS, L.H.R. A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas

de ensino superior no norte e nordeste: efeitos e mudanças. In: MELO, P.B.(Org). A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no norte e nordeste: efeitos e mudanças. **Relatório de Pesquisa**. Recife: FUNDAJ, 2014.

MELLO, J.C.R.S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, Espana, v.5, n 2, p. 69-83, 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2007.

MOTA, A.E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista EmpPauta**. Rio de Janeiro, n.20, p.p 126-138, .2007. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/164/189>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

PACHECO, E.; RISTOFF, D.I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. Brasília Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000093.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10ª edição. Campinas: PAPIRUS, 2004.

REZENDE, D.A. **Engenharia de Software e Sistemas de Informação**. 3ª edição ver. e ampl. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

ROLIM, D.C. **Efetividade do sistema de informação, monitoramento e avaliação da assistência social: Limites, Potencialidades e Desafios**. 2009. 166p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências, Humanas e Letras. Manaus

SARAVIA, E. **Introdução à teoria da política pública**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper59.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

SECRETARIA de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354>. Acesso em: 03 set. 2012.

SEN, A. In: Desenvolvimento como liberdade. **Os fins e os meios do desenvolvimento**. Cia das Letras: São Paulo, 2000. pp. 51-72.

SESU. Secretaria de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SHAPIRO, J. **Monitoramento e Avaliação**. CIVICUS, World Alliance for Citizen Participation, 2007. Disponível em: < <http://www.civicus.org/new/media/Monitoramento-e-Avaliacao.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

SIGA. Sistema de Gerenciamento Acadêmico UFPE. SIG@ - Versão 3.14.3.6. Todos os

Direitos Reservados à UFPE-NTI.

SILVA E SILVA, M.O. **Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas públicas e programas sociais**. In: 2009 congress of the latin american studies association. Rio de Janeiro: LASA, 2009.

SILVA JUNIOR, L.H.; SAMPAIO, Y. **Notas sobre pobreza e educação no Brasil**. Problema del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía [*on line*]. 2010, v.41, n. 163, pp 75-97. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/118/11819762005.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2012

SILVEIRA, M.M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: Um análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137f..Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Pelotas.

SÍNTESE de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014

TAPAJÓS, L. Gestão da Informação no SUAS. In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVII, n. 87 – Setembro 2006, São Paulo: Cortez.

TORBAN, D.; FUSCO, W. Interiorização do ensino público em Pernambuco e seu efeito na dinâmica migratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18. Águas de Lindóia, 2012. **Anais XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de Lindóia: ABEP, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[483\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[483]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999

UFPE. Centro Acadêmico de Vitória. Desenvolvida por UFPE copyright 2009. Disponível em: <http://www.cav.ufpe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=416>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Centro Acadêmico de Vitória. Desenvolvida por UFPE copyright 2009. Disponível em: <http://www.cav.ufpe.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181&Itemid=416>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Centro Acadêmico de Vitória. Núcleo de Assistência Estudantil e Apoio Psicossocial – NAEPS. **Relatório de estudantes da assistência estudantil do CAV**, 2013a.

_____. Centro Acadêmico de Vitória. **Relatório Administrativo 2013** (em elaboração). Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2013b.

_____. _____. **Relatório CAV 2006.2**. Vitória de Santo Antão: CAV/UFPE, 2007.

Disponível em:

<http://www.ufpe.br/cav/images/Docs_Publicacoes/Arquivos_Gerais/relatorio_cav_2006.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

_____. **Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – PROAES. UFPE,2014a.** Programas. Disponível em:< >. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN. Indicadores Institucionais da UFPE 2007-2010.** Disponível em: <
http://www.ufpe.br/proplan/images/indicadores/indicadoresinstitucionais%202007_2010.pdf>
. Acesso em: 20 mar. 2014

_____. _____. **Indicadores Institucionais da UFPE 1996-2006.** Disponível em:
<http://www.ufpe.br/proplan/images/indicadores/indicadoresinstitucionais%20da%20ufpe%20de%201996_2006.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. _____. **Relatório de Gestão do Exercício 2013. UFPE,2014b.** Disponível em:
http://www.ufpe.br/proplan/images/relatorios/relatrio%20de%20gesto%202013_verso_final.pdf. Acesso em: 22 ago.2014.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R.W.S; PAES-SOUSA, R. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil.** Brasília, DF: Unesco, 2006. 77 p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17).

VARGAS, M.L.F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Revista da Avaliação da Educação Superior.** Sorocaba, v. 16, n. 1, p.p 149-163, mar., 2011.

VASCONCELOS, N.B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil.** Ensino Em-Revista. Uberlândia, v.17, n.2, p.p.599-616, jul-dez, 2010. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, C. R. ; BAGOLIN, I. P. . **Mobilidade Intrageneracional e Intergeracional de Renda no Rio Grande do Sul nos Períodos Pré e Pós Estabilização Econômica.** In: IV Encontro de Economia Gaúcha, 2008, Porto Alegre. Anais IV EEG. ediPUCRS: Porto Alegre, 2008. v. a. p. 97-110.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p.p 226-370, mai/ago, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003>. Acesso em: 20 fev. 2014.

APÊNDICE A - questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – MGP

DADOS PESSOAIS E FAMILIARES

1. NOME: _____ DATA: __/__/__

2. CPF: _____

5. TURNO: _____

3. CURSO: _____

6. ANO E SEMESTRE DE
INGRESSO: _____

4. PERÍODO: _____

7. VIVE EM RELAÇÃO CONJUGAL ESTÁVEL:

A. () SIM

C. () NUNCA VIVEU

B. () NÃO, MAS JÁ VIVEU

8. QUANTIDADE DE FILHOS:

A. () NENHUM

C. () 2

B. () 1

D. () 3 OU MAIS

9. TEM ALGUMA ATIVIDADE REMUNERADA?

A. () SIM

B. () NÃO

10. QUANTO GANHA NESTA ATIVIDADE?

(RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () MENOS DE 1 SALÁRIO
MÍNIMO (R\$724,00)*

C. () ACIMA DE 2 A 5 SALÁRIOS
MÍNIMOS (DE R\$1.448,01 A R\$
3.620,00)

B. () DE 1 A 2 SALÁRIOS
MÍNIMOS (DE R\$724,01 A
R\$1.448,00)

D. () ACIMA DE 5 SALÁRIOS
MÍNIMOS (ACIMA DE R\$ 3.620,00)

*Valores referentes ao salário mínimo
vigente no ano de 2014.

11. QUAL A RENDA TOTAL FAMILIAR?

A. () MENOS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO (R\$724,00)*

B. () DE 1 A 2 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$724,01 A R\$1.448,00)

C. () ACIMA DE 2 A 5 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$1.448,01 A R\$ 3.620,00)

D. () ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS (ACIMA DE R\$ 3.620,00)

*Valores referentes ao salário mínimo vigente no ano de 2014.

12. RESIDE COM: (NA MAIORIA DOS DIAS DA SEMANA)

A.() PAIS

B.() PARENTES

C.() MARIDO / ESPOSA

D.() OUTROS ESTUDANTES

E. () SOZINHO

F. () OUTROS _____

13. QUANTAS PESSOAS COMPÕEM SEU NÚCLEO FAMILIAR? (QUANTIDADE DE FAMILIARES QUE RESIDEM COM VOCÊ)

14. PAGA OU CONTRIBUI PELA MORADIA? (REFERENTE AO LOCAL QUE RESIDE NA MAIORIA DOS DIAS DA SEMANA)

A. () SIM

B. () NÃO

15. QUANTO DISPENDE POR MÊS PARA MORADIA? (RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () ATÉ R\$ 100,00

B. () R\$ 101,00 A R\$ 200,00

C. () R\$ 201,00 A R\$ 300,00

D. () R\$ 301,00 A R\$ 400,00

E. () MAIS DE R\$ 400,00

16. ESCOLARIDADE DA MÃE:

A. () SEM INSTRUÇÃO

B. () ALFABETIZADO

C. () FUNDAMENTAL* INCOMPLETO

D. () FUNDAMENTAL* COMPLETO

E. () MÉDIO** INCOMPLETO

F. () MÉDIO** COMPLETO

G. () SUPERIOR INCOMPLETO

*curso primário, colegial ou ginásio.

H. () SUPERIOR COMPLETO

I. () CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO

J. () CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

K. () PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO)

** segundo grau, científico.

17. ESCOLARIDADE DO PAI:

- A. () SEM INSTRUÇÃO
- B. () ALFABETIZADO
- C. () FUNDAMENTAL INCOMPLETO
- D. () FUNDAMENTAL COMPLETO
- E. () MÉDIO INCOMPLETO
- F. () MÉDIO COMPLETO
- G. () SUPERIOR INCOMPLETO

- H. () SUPERIOR COMPLETO
- I. () CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INCOMPLETO
- J. () CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO
- K. () PÓS-GRADUAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO, DOUTORADO)

*curso primário, colegial ou ginásio.

** segundo grau, científico.

18. QUAL MUNICÍPIO EM QUE RESIDE? (NA MAIORIA DOS DIAS DA SEMANA)

19. COMO VOCÊ VEM AO CAV REGULARMENTE? (PARA QUEM NÃO RESIDE EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO)

- A. () SOZINHO EM TRANSPORTE PARTICULAR
- B. () EM GRUPO EM CARRO PARTICULAR
- C. () TRANSPORTE PÚBLICO REGULAMENTAR
- D. () TRANSPORTE CEDIDO POR INSTITUIÇÃO
- E. () OUTRO: _____

20. EM CASO DE TRANSPORTE CEDIDO POR INSTITUIÇÕES, QUAL A INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL? (PARA QUEM NÃO RESIDE EM VITÓRIA DE SANTO ANTÃO)

21. PAGA OU CONTRIBUI REGULARMENTE PARA LOCOMOÇÃO ATÉ A UNIVERSIDADE?

- A. () SIM
- B. () NÃO

22. QUANTO DISPENDE POR MÊS PARA TRANSPORTE CASA-UNIVERSIDADE / UNIVERSIDADE-CASA? (RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

- A. () ATÉ R\$ 50,00
- B. () DE R\$ 50,00 A R\$ 100,00
- C. () R\$ 101,00 A R\$ 150,00
- D. () MAIS DE R\$ 150,00

23. ONDE COSTUMA SE ALIMENTAR NA MAIORIA DAS VEZES?

A. () EM CANTINAS OU RESTAURANTES DENTRO DA UNIVERSIDADE

B. () EM CANTINAS OU RESTAURANTES FORA DA UNIVERSIDADE

C. () NA CASA DE AMIGOS

D. () NA CASA DE PARENTES

E. () EM CASA

24. QUANTO DISPENDE POR MÊS COM ALIMENTAÇÃO?

A. () ATÉ R\$ 100,00

B. () R\$ 101,00 A R\$ 200,00

C. () R\$ 201,00 A R\$ 300,00

D. () R\$ 301,00 A R\$ 400,00

E. () R\$ 401,00 A R\$ 500,00

F. () MAIS DE R\$ 500,00

DADOS SOBRE O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

25. ANTES DE INGRESSAR NA UNIVERSIDADE VOCÊ JÁ TINHA OUVIDO FALAR DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

A. () SIM

B. () NÃO

26. O CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS ESTIMULOU A BUSCA PELO ENSINO SUPERIOR?

(RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () SIM

B. () NÃO

27. POR QUAL MEIO VOCÊ TOMOU CONHECIMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

A. () AMIGOS

C. () MÍDIA PÚBLICA

B. () UNIVERSIDADE

D. () OUTROS_____

28. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ RECEBE AUXÍLIO ESTUDANTIL NO CAV?

A. () MENOS DE 1 ANO

B. () ENTRE 1 E 2 ANOS

C. () ENTRE 2 E 3 ANOS

D. () 4 ANOS OU MAIS

29. VOCÊ CONSIDERA QUE APÓS O INGRESSO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SEU RENDIMENTO ACADÊMICO:

- A. () MELHOROU CONSIDERAVELMENTE
B. () MELHOROU PARCIALMENTE
C. () PIOROU PARCIALMENTE
D. () PIOROU CONSIDERAVELMENTE
E. () PERMANECE SEM ALTERAÇÕES

30. VOCÊ ACREDITA QUE A INTERRUPÇÃO DOS AUXÍLIOS PREJUDICARIA SEU RENDIMENTO ACADÊMICO?

- A. () SIM
B. () NÃO

31. QUAIS AUXÍLIOS VOCÊ RECEBE? (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- A. () ALIMENTAÇÃO
B. () ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS FINS DE SEMANA
C. () TRANSPORTE
D. () MORADIA
D. () MANUTENÇÃO ACADÊMICA
F. () AUXÍLIO CRECHE
G. () OUTRO: _____

32. EM QUAL ORDEM DE IMPORTÂNCIA VOCÊ CLASSIFICA OS AUXÍLIOS ESTUDANTIS? (PREENCHER DE 1 A 6. COLOCAR 6 PARA O MAIS IMPORTANTE E 1 PARA O MENOS IMPORTANTE)

- A. () ALIMENTAÇÃO
B. () ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS FINS DE SEMANA
C. () TRANSPORTE
D. () MORADIA
E. () MANUTENÇÃO ACADÊMICA
F. () AUXÍLIO CRECHE

33. VOCÊ ACHA QUE TERIA POSSIBILIDADES DE CONCLUIR O CURSO CASO HOUVESSE INTERRUPÇÃO DOS AUXÍLIOS?

- A. () SIM
B. () NÃO

34. OS AUXÍLIOS RECEBIDOS POR MEIO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATENDE SUAS NECESSIDADES FINANCEIRAS PARA PERMANÊNCIA NO CURSO NO QUAL ESTÁ MATRICULADO?

- A. () ATENDE TOTALMENTE
B. () ATENDE PARCIALMENTE
C. () NÃO ATENDE

35. QUAIS NECESSIDADES VOCÊ ACREDITA QUE DEVERIAM TAMBÉM SER ALCANÇADAS PELAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

- A. () ACOMPANHAMENTO MÉDICO
B. () CULTURA
C. () LAZER
D. () COMUNICAÇÃO DIGITAL (INTERNET)
E. () MATERIAL DIDÁTICO
F. OUTROS: _____

DADOS SOBRE A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

36. JÁ RESPONDEU ALGUM QUESTIONÁRIO DA UFPE OU DA PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS ESTUDANTIS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

- A. () SIM
B. () NÃO

37. VOCÊ APRESENTA ALGUM DOCUMENTO MENSAL À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL? (RELATÓRIO, FREQUÊNCIA, PRESTAÇÃO DE CONTAS)

- A. () SIM
B. () NÃO

38. QUAL(IS)? **(RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)**

39. SEUS AUXÍLIOS JÁ FORAM INTERROMPIDOS?

- A. () SIM
B. () NÃO

40. QUAL MOTIVO? **(RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)**

41. JÁ FOI SOLICITADA ALGUMA REAVALIAÇÃO NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PARA INGRESSO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

- A. () SIM
B. () NÃO

42. QUANTAS VEZES? **(RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)**

- A. () 1
B. () 2
C. () 3
D. () 4 OU MAIS

43. A EQUIPE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CAV JÁ VISITOU SUA RESIDÊNCIA?

A. () SIM
B. () NÃO
44. QUANTAS VEZES? (RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () 1
B. () 2
C. () 3
D. () 4 OU MAIS

45. QUAL A ABORDAGEM PRINCIPAL REALIZADA DURANTE A VISITA?
(RESPONDER APENAS SE RESPONDEU SIM NA QUESTÃO 43)

A. () CONHECER A RESIDÊNCIA
B. () PESQUISAR SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA
C. () ASSUNTOS DIVERSOS E NÃO ASSOCIADOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
D. () OUTRA: _____

46. CONHECE ALGUÉM QUE JÁ FOI DESLIGADO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

A. () SIM
B. () NÃO

47. QUAL O MOTIVO DO DESLIGAMENTO? (RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () NÃO FORNECEU INFORMAÇÕES CORRETAS SOBRE PERFIL SOCIOECONÔMICO
B. () MUDOU DE PERFIL SOCIOECONÔMICO
C. () ENQUANTO RECEBIA AUXÍLIO ESTUDANTIL DESISTIU DO CURSO
D. () NÃO SABE INFORMAR
E. () OUTROS: _____

48. CONHECE CASOS EM QUE O ALUNO DEVERIA SER DESLIGADO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E NÃO FOI?

A. () SIM
B. () NÃO

49. QUAL O MOTIVO QUE LEVARIA AO DESLIGAMENTO? (RESPONDER APENAS SE MARCOU SIM NA PERGUNTA ANTERIOR)

A. () NÃO FORNECEU INFORMAÇÕES CORRETAS SOBRE PERFIL SOCIOECONÔMICO
B. () MUDOU DE PERFIL SOCIOECONÔMICO
C. () ENQUANTO RECEBIA AUXÍLIO ESTUDANTIL DESISTIU DO CURSO
D. () OUTROS: _____

50. CONHECE CASOS DE ALUNOS QUE ATENDIAM AOS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E MESMO ASSIM NÃO FORAM SELECIONADOS?

A.() SIM

B.() NÃO

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista com atores instrucionais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – MGP

Identificação da entrevista

Autorização nº _____ Data: _____ ID áudio: _____

Identificação do entrevistado

Nome: _____

Formação: _____

Cargo / Função: _____

Tempo no cargo: _____

I – QUANTO À ADMISSÃO AO PROGRAMA

1. Há critérios de desempate para inserção na assistência estudantil?
2. Em quais casos são realizadas as visitas domiciliares?
3. Com a implantação da seleção via SIG@ como ficam armazenados a documentação e relatórios socioeconômicos dos alunos selecionados? É possível o resgate da inscrição e documentação do aluno a qualquer tempo pelo Siga? E quanto ao arquivamento das solicitações indeferidas?
4. Há algum estudo prévio da demanda dos possíveis alunos beneficiários?

II – QUANTO AO ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

5. Qual (is) benefício você considera indispensável para a permanência dos alunos no ensino superior?
6. Já ocorreu algum desligamento de alunos do programa de assistência estudantil na UFPE? Qual foi o motivo?
7. A UFPE realiza avaliações regulares do perfil dos beneficiários da assistência estudantil? Com que frequência? Existe algum modelo de avaliação?
8. É realizado algum relatório ou prestação de contas dos recursos destinados à assistência estudantil pelos alunos beneficiados e/ou pela administração?
9. Existe um registro / banco de dados com as informações da avaliação / monitoramento do PNAES? Essas informações são de livre acesso?
10. O rendimento acadêmico dos alunos beneficiários é acompanhado? De que forma? É identificado casos de evasão e retenção de alunos beneficiários?
11. Há critérios de exclusão do Programa, além dos requisitos pré-estabelecidos pelo PNAES?

III- QUANTO AO IMPACTO

12. O PNAES atende as necessidades de seus beneficiários? Em quais aspectos?
13. A UFPE realiza o monitoramento dos auxílios distribuídos através do programa de assistência estudantil? De que maneira? Com que frequência?

IV- CRÍTICAS E SUGESTÕES

14. Quais as críticas que você tem com relação ao PNAES? O que poderia ser feito para melhorar o PNAES?
15. Você acha que os recursos destinados ao PNAES deveriam ser ajustados? De que forma? Ampliados ou reduzidos? Por qual motivo?
16. Outras ações, além das atuais, deveriam ser atendidas pelo PNAES? Quais? Na sua visão, por que essas ações ainda não são atendidas?

APÊNDICE C – Registro de Entrevistas

Entrevista – Ator Institucional 1

| | |
|--|--------------------------------------|
| UFPE | |
| Nome: Nelia Sorahia Fonseca de Melo | |
| Cargo: Assistente Social (representante da equipe de assistência social do CAV) | |
| Data: 20/10/2014 | Local: Vitória de Santo Antão |

Critérios para seleção e ingresso dos estudantes no PNAES

Existem critérios estabelecidos pelo próprio decreto 7234/2010 que estabelece que o critério de prioridade de ingresso no Programa é de renda *per capita* de até um salário mínimo e meio ou estudantes provenientes de escola pública. São os dois principais critérios. A PROAES viveu momentos diferenciados em relação à seleção dos estudantes. Houve momentos em que os estudantes foram selecionados de acordo com a renda *per capita* familiar em ordem crescente e eram selecionados os estudantes com renda mais baixa. Assim acontecia em 2012. Em 2013, pelo aumento de recursos, todos os estudantes que atendiam aos critérios socioeconômicos foram atendidos sem critérios de prioridade ou desempate.

Mudanças, armazenamento de documentação e dificuldades/facilidades trazidas pela mudança do processo de inscrição por meio do Siga

A mudança para o Siga da inscrição, geração de folha de pagamento, monitoramento de ordem de pagamento é vista de forma geral como positiva. No início surgiram muitas dificuldades para ajuste do sistema à dinâmica de trabalho e o sistema muitas vezes apresentava falhas e não respondia a contento. Na execução do trabalho percebia-se que o sistema precisava de ajustes, mas por estar em meio aquele processo não era permitido efetuar estas mudanças de imediato. De um modo geral trouxe ganhos quanto à seleção, pois ao informatizar o processo dá uma segurança maior de armazenamento de dados, de informações e documentação que passa a ficar salva no sistema. Também há o procedimento de salvar no computador de cada assistente essa documentação. No siga ficam armazenados a documentação, o parecer da assistente social, registro de visitas domiciliares, de dados bancários, de folha de pagamento. A equipe lida com um quantitativo de dados muito grande, são muitos estudantes inscritos nos editais de auxílios. A ferramenta do sistema ajudou muito a sistematizar e arquivar os dados quantitativos e qualitativos dos estudantes. As dificuldades, de fato, se resumiram ao processo de adaptar o siga ao processo de trabalho e vice-versa. Além de algumas falhas do próprio sistema. Alguns estudantes não conseguem anexar dados e documentação durante a inscrição, por exemplo. Às vezes o sistema trava, fica muito congestionado, mas de forma geral foi uma mudança positiva. Quanto à emissão de relatórios, é possível realizar o quantitativo de bolsas, os cursos, quem são os estudantes e isso dá uma segurança maior. É possível também identificar no sistema as inscrições que foram deferidas e indeferidas separadamente. Foi possível incluir também no siga o motivo de indeferimento e a partir daí o estudante pode via processo solicitar recurso para reavaliação. O banco de dados apenas do último edital por inscrições físicas foi migrado para o siga. O siga fornece uma tabela no formato Excel com os dados dos auxílios (quantitativo de auxílios, de beneficiários em cada auxílio, valores) que podem ser

manipulados. A divulgação dos dados de auxílios dos estudantes é realizada pela PROAES na transparência pela página eletrônica.

Levantamento e Planejamento da Demanda

A PROAES provavelmente busca com o financeiro e diretoria de assistência estudantil. Quanto aos recursos, em 2012 quando havia priorização dos estudantes e aqueles que ficam próximo ao teto, na margem, recebiam um ou outro auxílio a depender do caso. Em 2013, todos os estudantes que atendessem os critérios passaram a ser inseridos, mas o levantamento da demanda é uma coisa recente junto à equipe. Em virtude do recurso disponível e quantitativo de auxílios, um estudo foi realizado com ajuda de um estatístico da PROPLAN e a equipe do financeiro da PROAES para indicação de faixas de renda para cessão dos auxílios. A análise da demanda é recente.

Benefícios

O auxílio alimentação foi considerado o mais indispensável entre os auxílios para que o aluno mantenha-se na universidade. Caso fosse preciso escolher 2 auxílios, seria o alimentação e o transporte ou o alimentação e o moradia a depender do caso, do local de moradia do estudante. É o primeiro auxílio solicitado pelo aluno. Os demais são feitas combinações com o alimentação, mas é o primeiro auxílio a ser solicitado pelos alunos.

Desligamentos

Acontecem, mas são raros. Alguns por própria solicitação do estudante. Outros por denúncias via ouvidoria do Centro, onde a equipe apurou e verificou que realmente havia indícios (informações inverídicas) e houve desligamento. Outra situação é pelo acompanhamento pedagógico (trancamentos, perdas de vínculo, etc.). Algumas medidas de permanência nos auxílios são critérios da bolsa permanência que são aplicados também aos demais auxílios. No momento está sendo realizada uma reanálise desses critérios juntamente com a pedagoga da equipe da PROAES. Nos últimos semestres houve dificuldade do acompanhamento pedagógico pelo expressivo número de estudantes e reduzido número de servidores que acabou por reduzir um pouco mais a partir da licença gestante de uma servidora do NAEPS. O acompanhamento pedagógico passou a ser retomado a partir de agora. Os critérios de permanência na bolsa expandidos aos demais auxílios são ausência de reprovações por falta nos 2 últimos semestres, tem que estar matriculado na quantidade mínima de disciplinas que permita a conclusão do curso no tempo regulamentar, acrescido de no máximo 2 semestres (20%), aproveitamento de 50% das disciplinas ou mais nos dois semestres anteriores. A cada semestre é realizada esse acompanhamento para verificar as situações acima. Caso o aluno esteja nas situações elencadas, o estudante não é prontamente desligado, ele é chamado para conversar para que sejam identificados os motivos de sua dificuldade. São feitas os encaminhamentos psicológico caso necessário. Se for identificado que está ocorrendo a tentativa de manutenção dos auxílios posteriormente ele é desligado. Caso o estudante precise de um acompanhamento pedagógico, esse é feito de forma mais acadêmica, sem um profissional específico, pelos assistentes sociais. A equipe entende que é de suma importância a presença do pedagogo na equipe pela interface pedagógica do Programa. Foi solicitado em reuniões da PROAES um profissional para compor a equipe do NAEPS. O trabalho atualmente é de identificar, mas sem um pedagogo não é possível dar as respostas e intervenções apropriadas. Principalmente por que as dificuldades pedagógicas estão cada vez mais forte com estudantes provenientes de escola pública que entram na universidade sem a devida base escolar e tem o desempenho prejudicado. Por isso o corte não é imediato. A pedagoga de Recife não atende os estudantes do CAV. Algumas vezes há apenas suspensão como nos casos de atendimento especial do estudante, quando ele fica em casa por motivos de doença,

maternidade, etc., é suspenso o auxílio transporte por exemplo.

Monitoramento

Não é feito nenhum relatório financeiro ou de prestação de contas no NAEPS de forma setorial a ser repassado para PROAES, pois a questão financeira de todos os auxílios são centralizadas no setor financeiro na PROAES no *campus* Recife. O acompanhamento pedagógico que vem sendo realizado, mesmo com dificuldade, é a única forma de monitoramento dos beneficiários. O monitoramento financeiro é feito pela PROAES. Reavaliação da documentação entregue pelos estudantes na seleção não são feitas rotineiramente a não ser que haja alguma denúncia. Nessa situação são reavaliados se o perfil socioeconômico permanece. Há muitas recomendações da CGU nesse sentido. Ainda não há indicadores sendo monitorados.

Críticas e Sugestões ao Programa

Dentro da universidade está havendo muito complemento com recursos próprios para atender todos os auxílios do PNAES. O PNAES é um programa que traz de forma positiva a criação de políticas de assistência estudantil em cada universidade respeitando a sua autonomia. O decreto define os objetivos, os critérios prioritários, mas a regulamentação é livre para cada universidade o que favorece atendimento das características regionais e locais. A visão negativa do Programa é que não é ainda uma política nacional de assistência estudantil. O Programa precisa de uma regulamentação complementar, pois é muito amplo em suas diretrizes, cada universidade tem formas de seleção diferentes. Precisa tornar-se política nacional e não apenas programa de governo. A necessidade de ampliar os recursos seria a principal reivindicação. Houve grande ampliação do acesso e aumento da demanda e não recursos suficientes. Outra crítica é que o programa limita a assistência estudantil a transferência de renda. Assistência estudantil é muito mais que isso, deve estar conectada com outras ações (de saúde, de acompanhamento pedagógico, de inclusão, acolhimento). Mas devido a carência de recursos e a necessidade financeira termina que restringe a assistência a essas medidas.

Entrevista – Ator Institucional 2

| | |
|--|----------------------|
| UFPE | |
| Nome: Ana Maria dos Santos Cabral | |
| Cargo: Pró-Reitora de Assuntos Acadêmicos | |
| Data: 06/11/2014 | Local: Recife |

A atuação da PROACAD no FONOPRACE e criação do PNAES

Entre 2008 e 2011 existia na PROACAD a Diretoria de Assistência estudantil na qual a Profª Cilene que é a atual Pró-Reitora da PROAES era a Diretora. Já existia no FONAPRACE uma atenção voltada a necessidade de recursos para assistência estudantil por meio de estudos que mostraram uma grande demanda de estudantes de baixa renda nas universidades federais principalmente no nordeste, alguns oriundos de escola pública e outros oriundos de escola particular portares de bolsas. Na gestão do Reitor Amaro Lins identificou-se que entre 45% - 50% dos estudantes da UFPE era de baixa renda. Esses estudantes, porém concentravam-se em alguns cursos como pedagogia em torno de (60% dos alunos) e as licenciaturas chegando a atingir cerca de 70% dos alunos das licenciaturas. Em Direito, Medicina eram pouquíssimos. Pedagogia chegou a atingir 80%. Foi mostrada esta situação através de estudo da ANDIFES e apresentado ao Presidente Lula que resolveu aportar recursos para essa finalidade através do PNAES. O PNAES traz as diretrizes de gastos, para que as universidades trabalhem em cima daquilo. A UFPE resolveu investir não só em assistência como também em esporte e cultura com o objetivo de trazer o estudante por mais tempo dentro da universidade e dar outro olhar a sua formação. Foram realizadas obras de infraestrutura para coberta das quadras de educação física (a qual ainda esta sendo concluída devido a um erro de calculo) e foi inaugurado pelo Ministro Haddad um espaço multiuso com palco, miniteatro, copa, etc. Esse espaço foi criado para os estudantes terem um espaço para eventos, encontros políticos, teatro, dança, etc. para todos os estudantes. Esse espaço ficou sem utilidade, pois devido a erro de projeto o local ficou muito quente. Há novo projeto de climatização. Na área de assistência o maior Programa desenvolvido na gestão do Professor Amaro foi a assistência estudantil. Havia 13 programas dentro da DAE (bolsa idiomas, etc.).

Criação da PROAES

Quando terminou a gestão do Reitor Amaro foi realizado um estudo para o Prof. Anísio mostrando a demanda da PROACAD (ESTUDANTES, DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E CONCURSOS DOCENTES). Foi feito um organograma para o novo Reitor propondo uma pró-reitoria para assuntos estudantis. O Prof. Anísio resolveu implantar a pró-Reitoria e investe também muitos recursos próprios da UFPE para assistência, pois os recursos do Programa ainda é pouco para demanda.

Levantamento e Planejamento da Demanda

Principalmente com o aumento das cotas houve grande aumento na demanda de alunos para assistência estudantil. Do orçamento da Universidade é colocado na assistência chega de 30 milhões reais por ano. É a universidade que mais investe em recursos para assistência estudantil. A casa do estudante sempre teve uma demanda maior do que poderia atender. Os estudantes começaram a participar mais das decisões. O NASE também foi idealizado pela DAE juntamente com os estudantes.

Benefícios

A demanda sempre foi grande nos auxílios financeiros (alimentação, transporte, moradia). Algumas universidades resolveram manter o auxilio financeiro em vez de

investir em casas e restaurantes universitários. De certa forma contemporiza as características dos pequenos grupos até mais que as casas dos estudantes quando os alunos recebem o recurso e se juntam em repúblicas. Não existe uma determinação do uso do recurso, não necessariamente tem que ser investido na infraestrutura. O foco é na assistência e a universidade decide como usa.

Distribuição de Recursos

Desde a implantação do Programa os recursos não eram suficientes. A UFPE já tinha que colocar recursos próprios. No início do Programa havia uma grande procura dos estudantes de Recife, porém os de Vitória e Caruaru foi necessário a PROACAD ir fazer a divulgação do Programa e pedir que os alunos se inscrevessem. É como se os estudantes não acreditassem. Em Vitória respondeu mais facilmente. Em Caruaru foi preciso ir à aula inaugural e pedir para os alunos se inscreverem. Nunca houve separação de cotas por *campus*, mas sim o atendimento a demanda. Por isso no início havia mais estudantes de Recife, pois eles buscaram rapidamente o Programa.

Quantidade de auxílios por estudante

Alguns estudantes recebem muitos auxílios e não querem inclusive concluir o curso, pois acham que estão recebendo bem. Algumas Universidades já começam a limitar o número de bolsas por estudantes. Enquanto um estudante recebe 3 ou 4 bolsas, outros deixam de receber. Superajudar uns e tira de outros e não é justo. Essa visão, porém veio com a execução do Programa e o aprendizado ajuda a ajustar.

Taxas de Evasão e Retenção

No início não foi percebida essa característica do estudante querer permanecer com os auxílios e prolongar sua permanência na universidade. Na época do DAE houve a liberação de auxílios para estudantes de cursos como engenharia onde havia grande reprovação para que o estudante ficasse no contraturno com aulas de tutoria para reforço de forma a reduzir a retenção. Tentou-se juntar a formação com os auxílios quando com outros recursos – reuni – pagavam alunos de pós-graduação para dar aulas de reforço aos alunos de graduação, mas os alunos da pós não se disponibilizavam em horários diversos, deixando apenas disponível uma tarde de acordo com a disponibilidade e o programa não deu certo. No entanto, há um projeto agora entre a PROACAD e a PROAES (ainda em fase de conversa para ajuste e implantação) que foca nesse apoio acadêmico (“programa de apoio acadêmico”). O objetivo é junto aos estudantes que recebem bolsa, a PROAES acompanha e quem tiver baixo rendimento, vai criar núcleo que dê ao estudante de pós-graduação bolsas para dar aulas de disciplinas básicas, como português, matemática, inglês para esses alunos bolsistas com baixo desempenho. Integrar as bolsas com o desempenho acadêmico e fazer reforço em cima disso. A PROAES começou a perceber que alunos começaram a trabalhar durante o horário que não tem aula e também recebem bolsa. A bolsa é para o aluno estudar. Ficar na universidade. Nesse projeto ele terá que fazer o contraturno de aprendizado. Foi feito um piloto antes que não deu certo, porém agora será tentado um novo modelo. Em resposta à ausência de acompanhamento pedagógico e as frequentes cobranças pela CGU, pode haver o acompanhamento pedagógico pode ser feito por meio de indicadores do histórico escolar, porém a contrapartida da formação quem faz é a PROACAD e não a PROAES. Está sendo trabalhada a criação de indicadores de acompanhamento pedagógico para esses alunos através de projeto em colaboração dos professores Paulo Goes (DDE) e Ana pontes (CCSA) para ver como será realizado esse acompanhamento.

Monitoramento

Na época que a PROACAD geria o PNAES foi realizado apenas um levantamento com

os estudantes da casa do estudante e aqueles que não tivessem bom rendimento saiam da casa. Para os outros programas não foi possível por que os dados ainda eram muito incipientes. Talvez de sistematizar o monitoramento com uso do Sig@, onde de forma rápida pudesse ser consultado o histórico do estudante bolsista.

Críticas e Sugestões ao Programa

A principal crítica é realizada ao volume de recursos que ainda é muito pouco. Ações que faltam. Quanto ao material didático na época da PROACAD, o aluno poderia solicitar e com o professor atestando a necessidade comprava-se livro didático, instrumento para alunos de musica, material para estudantes de odontologia, etc. Esse programa continua na PROAES.

Quanto ao suporte digital, foi conversado com o Reitor a possibilidade de a partir de janeiro de 2015 fornecer *tablets* e disponibilizar nas bibliotecas para empréstimo. Será feito o projeto piloto, com 10 unidades.

Entrevista – Ator Institucional 3

| | |
|--|----------------------|
| UFPE | |
| Nome: Silene Nascimento | |
| Cargo: Pró-Reitora para Assuntos Estudantis | |
| Data: 27/11/2014 | Local: Recife |

A atuação da DAE/PROACAD e posteriormente PROAES no FONOPRACE, criação e gestão do PNAES

Existiram várias etapas desde a criação do PNAES (inicialmente plano e depois programa). No primeiro momento existia dinheiro, mas não tinha solicitação do aluno, por mais que divulgasse os alunos não procuravam. Depois houve um grande boom (entre 2011 e 2013) e grande número de alunos procurou a assistência e todos que procuravam, recebiam. Atualmente a PROAES está tentando por assim dizer organizar esse processo de forma a distribuir melhor esses auxílios. O que a PROAES viu acontecer nos últimos 3 anos um grande aumento no número de auxílios (comparado ao número de beneficiários), ou seja, uma pessoa tinha 4 ou 5 auxílios, enquanto outras não tinha nenhum (deixavam de ser atendidas). Inicialmente, ainda no período em que a gestão do PNAES era feita pela DAE PROACAD a verba PNAES era suficiente para atender o número de alunos beneficiários. Após muita divulgação através do Reitor, da PROACAD a demanda aumentou bastante. Quando a Professora Silene assumiu a Pró-Reitoria no final de 2013, o cenário já era outro. Muita demanda e pouco recurso. Nos primeiros momentos, portanto não havia necessidade de critérios de “desempate” para ingresso no programa, não havia essa demanda grande, posteriormente com a mudança do cenário, foram adotados alguns critérios baseados na resolução (primeiro para os que estão solicitando a primeira bolsa, no primeiro curso quem já está no segundo curso é preterido) essa resolução antecede o PNAES e corresponde a resolução 02/02 da bolsa permanência e resolução para moradia. Atualmente são dois editais diferentes. Um de moradia e outro de manutenção acadêmica que sai juntamente com os outros auxílios. Está sendo elaborado o regimento da assistência na PROAES para que saia um único edital com todos os auxílios. No último edital após as inscrições tiveram mais de 2700 alunos inscritos, a PROAES resolveu recorrer a um estatístico para fazer um levantamento dos últimos auxílios, com os dados anteriores, o financeiro em cima dos dados do estatístico começou a tentar buscar uma maneira de melhor atender a esse grande número de requerentes. Foi observado pessoas acumulando muitos auxílios em detrimento a outros que não tinham nada. Então daqui pra frente serão trabalhadas faixas de renda. Quatro faixas para Recife e 5 faixas para Caruaru e Vitória. Esses dois últimos *campi* como não tem casa do estudante e RU ganhou uma faixa a mais. Essas faixas vão contemplar desde o aluno que ganhará 1 auxílio a aquele que poderá ter 2, 3 auxílios e assim por diante. Após a implantação das faixas e diante da quantidade enorme de estudantes o teto deixou de ser adotado. Serão utilizadas apenas as faixas de renda. As visitas domiciliares acontecem na totalidade dos alunos que se inscrevem para a casa do estudante no *campus* Recife. Já para os demais estudantes só ocorre visita domiciliar em casos específicos de identificação de problemas do aluno. Casos de auxílios emergenciais. O Siga em 2013 passou a ser a ferramenta utilizada para a inscrição. Através do siga a documentação pode ser consultada a qualquer momento, porém algumas vezes acontecem dificuldades, pois o siga está fora do ar. Melhorou bastante,

mas as vezes surge essa dificuldade. Melhorou o armazenamento e arquivamento de documentação, pela dificuldade de espaço físico para arquivo. Além disso, facilitou a logística de trabalho e para o aluno, pois esses mais de 2000 alunos não precisam se deslocar até a PROAES para inscrição. Foi um avanço nos editais e facilitou bastante o trabalho das assistências sociais. Não há arquivo digital dessas informações no setor para acesso em situações onde o sistema não esteja disponível.

Levantamento e Planejamento da Demanda

A CGU sempre questiona o levantamento da demanda. Mas a PROAES não tem essa demanda. Por esse motivo está sendo realizada a 4ª pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais. A última pesquisa foi realizada em 2010 e foi quando constaram existiam um numero de grande de estudantes pertencendo as classes C,D e E e que no Nordeste esse percentual alcançava 43%. Com o sistema de cotas, implantado posteriormente, o que mudou nesse percentual, de onde esses alunos estão vindo, é uma pesquisa ampla que trará alguma referência nessa área. Atualmente a PROAES consulta a PROACAD para saber qual o percentual de alunos por cotas que ingressará na universidade. Então a partir dessa porcentagem a PROAES faz uma estimativa dos que serão seus clientes, mas pode ter uma demanda reprimida, pois além de aparecer pessoas do 1º período, ingressantes na universidade, aparecem pessoas de períodos posteriores que assumiram o perfil e passaram a ter aquela necessidade após um tempo de universidade. A CGU sugeriu usar dados da COVEST, mas os cotistas da COVEST abrangiam alunos de algumas escolas que normalmente não tem a característica de baixo perfil socioeconômico, ou seja, não seriam beneficiários da assistência (colégio de aplicação, colégio militar do exército, colégio da polícia, considerados escolas públicas). Seria uma fonte falha. Quanto ao levantamento do Enem do perfil socioeconômico a PROAES aguarda a liberação desses dados para verificar uma forma de uso desses dados.

Benefícios indispensáveis para a professora Silene são alimentação e transporte. Muitos alunos recebem o manutenção acadêmica, mas a mesma considera que os primeiros auxílios dão as condições para que o aluno curse regularmente o ensino superior, já o último seria o recurso extra, do qual os estudantes se utilizam para compra de livros, Xerox, etc. Quanto ao desligamento de alunos do programa. Não ocorre com frequência e isso segundo a mesma está errado. Os casos de desligamento: o principal é a reprovação de faltas, depois o uso desses 20% adicionais para concluir o curso. Em relação aos recursos, no ano passado foi utilizado 20 milhões do PNAES e a folha da UFPE fechou em 72 milhões para assistência. O recurso PNAES inicialmente cobria todos os programas e posteriormente com o aumento da demanda foi preterido os auxílios atualmente praticados. Existia o auxilio informática que foi uma experiência única, pois o estudante chegava sabendo tudo de informática e posteriormente foi extinto. Alguns cursos na área de design, arquitetura foram pagos com o recurso PNAES. Na PROAES existem 3 diretorias, uma responsável pelo RU, outra que atende ao programa incluir, bolsa atleta, idioma, e outra de assistência estudantil (alimentação, moradia, transporte, creche). O recurso PNAES não atende nem os auxílios da diretoria de assistência totalmente tendo que ser complementados pelos recursos próprios e os demais auxílios das outras diretorias passam a ser custeados apenas com o recurso próprio.

Monitoramento

A mesma acredita que deveria ter uma equipe de psicopedagogos na PROAES que trabalhassem em cima da verificação (atualmente 7000 beneficiários), mas essa verificação não é fácil diante do quantitativo. Atualmente uma pedagoga ingressou na equipe e está voltada para verificar os casos em que os alunos comecem a amarrar o

curso, se matriculando em poucas disciplinas, para alcançar os 20% de tempo extra concedido para a conclusão do curso e manutenção dos auxílios. Esse período foi pensado como uma solução para alunos de cursos considerados com alta reprovação como os da área II, no entanto alguns vêm se utilizando dessa concessão para segurar os auxílios por mais tempo. Através do histórico escolar se verifica que os alunos se matriculavam em 6 disciplinas e obtinham aprovação em todas e ao chegarem perto do fim do curso começa a se matricular em 2 disciplinas e isso começou a ser levantado e essas pessoas serão monitoradas e “apertadas”. Os alunos de que prestam informações periódicas é apenas a frequência da manutenção. O acompanhamento pedagógico sempre existiu, mas quando começou a ter um numero muito grande o acompanhamento ficou parado, pois as assistentes sociais tinham muitos alunos para trabalhar e não podiam fazer o acompanhamento correto. A entrada da pedagoga no ano passado passou a haver melhor monitoramento e o grande problema são os alunos da área II que tem uma característica de reprovações e que a PROAES tem que ter um olhar diferenciado para esse acompanhamento. No entanto esse acompanhamento rigoroso só começou a ser realizado no *campus* Recife, para Vitória e Caruaru ainda estão sendo pleiteadas vagas de pedagogo para realização desse trabalho. É localizado o aluno e chamado para conversar, faz-se os encaminhamentos psicológicos quando necessário, etc. Os Indicadores que possuem são quantidade de alunos que entram, qtd de alunos que saem, numero de alunos atendidos pela pedagoga, pela assistência social. Alunos da casa do estudante baixa reprovação (mapeamento inicial), mas ainda não tem o dado pois o ainda não foi realizado um levantamento geral. As planilhas estão sendo montadas, diante desses indicadores para que possa ser feito um trabalho direcionado. Existe a informação, mas ainda não fechou a planilha para gerar os indicadores e a partir dos indicadores verificar o que se deve trabalhar em determinada faixa de renda, determinado curso, etc. O banco de dados é concentrado em Recife. O pagamento de Vitória e Caruaru é concentrado na PROAES, então os dados estão presentes e concentrados na PROAES. Previsão de instalação do NASE nos *campi* de Vitória e Caruaru deforma a reduzir o gasto com recurso para apoio psicológico e psiquiátrico despendido atualmente e que a CGU começou a cobrar que haja essa redução. A divulgação dos dados no portal deve ser feita mensalmente, mas ainda há uma defasagem dessa divulgação e a CGU cobra bastante isso.

Críticas e Sugestões ao Programa

Sobre o atendimento do PNAES. Nas reuniões do FONAPRACE o que se verifica é que as universidades tem que entrar com muitos recursos para complementar a assistência. Alguns Reitores se preocupam mais com essa área e alocam recursos próprios para complementar a assistência, mas tem universidades que sequer tem recursos para abrir editais. Porque o Reitor não tem financeiro para isso e o recurso PNAES não é suficiente. Na UFPE o Reitor colocou 30 milhões para cobrir a assistência. Déficit em todo Brasil no final de maio de mais de 1 bilhão de reais para atender as 63 universidades que fazem parte do Programa. Crítica, Recursos e atenção por parte MEC para repasse de mais verba para atender o PNAES. Foi uma coisa boa que veio pra ficar. Caso liberasse mais recursos, não acredita que novas ações deveriam surgir, mas pelo menos o atendimento mínimo dos auxílios que já existem.

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – MGP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº _____

Eu, _____,
CPF _____, declaro por meio deste termo que concordei em ser entrevistado (a) e/ ou participar na pesquisa de campo intitulada “Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco” desenvolvida por Joicy Barbalho Pires Penha, mestranda do Mestrado Profissional em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco.

Fui informado(a) ainda que a pesquisa é coordenada/orientada pela Prof.^a Dr.^a Cátia Wanderley Lubambo, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (81) 88798130 ou e-mail catia.lubambo@fundaj.gov.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa.

Fui informado(a) dos objetivos acadêmicos do estudo, podendo a mesma resultar em publicação. Minha colaboração se fará através de gravação de entrevista e/ou respostas à questionário escrito a partir da assinatura desta autorização.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo de consentimento livre e esclarecido, conforme recomendações da comissão nacional de ética em pesquisas (CONEP).

Vitória de Santo Antão, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE E – Apêndice Estatístico

1 - Distribuição de beneficiários PNAES da amostra quanto à faixa de renda familiar por curso e por faixa de renda.

| Curso | Faixa de renda | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------|------------------|------------------|------------|------------------|------------------|--------|------------------|------------------|
| | Menos de 1 SM | | | > 1 a 2 SM | | | > 2 a 5 SM | | | > 5 SM | | |
| | Qtde. | Percentual curso | Percentual total | Qtde. | Percentual curso | Percentual total | Qtde. | Percentual curso | Percentual total | Qtde. | Percentual curso | Percentual total |
| Biologia | 33 | 35,1% | 55,0% | 55 | 58,5% | 33,3% | 6 | 6,4% | 16,7% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Educação Física - Bacharelado | 3 | 8,6% | 5,0% | 25 | 71,4% | 15,2% | 7 | 20,0% | 19,4% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Educação Física - Licenciatura | 9 | 34,6% | 15,0% | 15 | 57,7% | 9,1% | 2 | 7,7% | 5,6% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Enfermagem | 6 | 11,8% | 10,0% | 30 | 58,8% | 18,2% | 14 | 27,5% | 38,9% | 1 | 2,0% | 50,0% |
| Saúde Coletiva | 2 | 11,1% | 3,3% | 14 | 77,8% | 8,5% | 2 | 11,1% | 5,6% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Nutrição | 7 | 17,9% | 11,7% | 26 | 66,7% | 15,8% | 5 | 12,8% | 13,9% | 1 | 2,6% | 50,0% |

Fonte: elaboração da autora

2- Distribuição dos grupos de mobilidade de acordo com o município de origem dos beneficiário PNAES da amostra

Parte 1/9

| Mobilidade / Deslocamento | Aliança | | | Amaraji | | | Barra de Guabiraba | | | Bezerros | | | Bom Jardim | | |
|---------------------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|--------------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| Migrante | 1 | ,8% | 100,0% | 2 | 1,6% | 100,0% | 2 | 1,6% | 100,0% | 6 | 4,8% | 75,0% | 8 | 6,4% | 80,0% |
| Não migrante | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| Pendular | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 2 | 2,3% | 25,0% | 2 | 2,3% | 20,0% |

Parte 2 /9

| Brejo da Madre de Deus | | | Cabo de Santo Agostinho | | | Cachoeirinha | | | Camaragibe | | | Carpina | | | Caruaru | | |
|------------------------|--------------|---------------|-------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 2 | 1,6% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 4 | 3,2% | 80,0% | 8 | 6,4% | 72,7% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 20,0% | 3 | 3,4% | 27,3% |

Parte 3/9

| Catende | | | Chã de alegria | | | Chã Grande | | | Cumarú | | | Escada | | | Feira Nova | | |
|----------|--------------|---------------|----------------|--------------|---------------|------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 1 | ,8% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 2 | 1,6% | 66,7% | 1 | ,8% | 100,0% | 6 | 4,8% | 85,7% | 5 | 4,0% | 55,6% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 100,0% | 1 | 1,1% | 33,3% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 14,3% | 4 | 4,5% | 44,4% |

Parte 4/9

| Floresta | | | Garanhuns | | | Glória do Goitá | | | Gravatá | | | Igarassu | | | Itacuruba | | |
|----------|--------------|---------------|-----------|--------------|---------------|-----------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|-----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 1 | ,8% | 100,0% | 2 | 1,6% | 100,0% | 2 | 1,6% | 33,3% | 7 | 5,6% | 53,8% | 1 | ,8% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 4 | 4,5% | 66,7% | 6 | 6,8% | 46,2% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 100,0% |

Parte 5/9

| Jaboatão dos Guararapes | | | João Alfredo | | | Juazeiro | | | Lagoa de Itaenga | | | Lagoa do Carro | | | Limoeiro | | |
|-------------------------|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|------------------|--------------|---------------|----------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 3 | 2,4% | 27,3% | 1 | ,8% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 1 | ,8% | 25,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 13 | 10,4% | 48,1% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 8 | 9,1% | 72,7% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 3 | 3,4% | 75,0% | 1 | 1,1% | 100,0% | 14 | 15,9% | 51,9% |

Parte 6/9

| Macaparana | | | Machados | | | Moreno | | | Olinda | | | Orobó | | | Palmares | | |
|------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 1 | ,8% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 2 | 1,6% | 40,0% | 5 | 4,0% | 83,3% | 3 | 2,4% | 75,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 9 | 10,2% | 100,0% | 3 | 3,4% | 60,0% | 1 | 1,1% | 16,7% | 1 | 1,1% | 25,0% |

Parte 7/9

| Passira | | | Paudalho | | | Paulista | | | Pesqueira | | | Petrolândia | | | Pombos | | |
|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|-----------|--------------|---------------|-------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 4 | 3,2% | 66,7% | 2 | 1,6% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 2 | 1,6% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 2 | 1,6% | 40,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 2 | 2,3% | 33,3% | 0 | 0,0% | 0,0% | 1 | 1,1% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 3 | 3,4% | 60,0% |

Parte 8/9

| Recife | | | Ribeirão | | | Sairé | | | Salgadinho | | | Surubim | | | Umbuzeiro | | |
|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|------------|--------------|---------------|----------|--------------|---------------|-----------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 11 | 8,8% | 50,0% | 1 | ,8% | 50,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 3 | 2,4% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 11 | 12,5% | 50,0% | 1 | 1,1% | 50,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |

Parte 9/9

| União- PI | | | Uruçu-mirim | | | Vitória de Santo Antão | | |
|-----------|--------------|---------------|-------------|--------------|---------------|------------------------|--------------|---------------|
| Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna | Contagem | N % da linha | N % da coluna |
| 1 | ,8% | 100,0% | 1 | ,8% | 100,0% | 0 | 0,0% | 0,0% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 50 | 100,0% | 94,3% |
| 0 | 0,0% | 0,0% | 0 | 0,0% | 0,0% | 3 | 3,4% | 5,7% |

Fonte: elaboração da autora

3- Distribuição de renda *per capita* dos beneficiários PNAES na amostra.

| Renda <i>per capita</i> | Frequência | Percentual | Porcentagem acumulativa |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|
| 45,25 | 1 | 0,4 | 0,4 |
| 51,71 | 1 | 0,4 | 0,8 |
| 60,33 | 1 | 0,4 | 1,1 |
| 72,40 | 8 | 3,0 | 4,2 |
| 90,50 | 11 | 4,2 | 8,4 |
| 120,67 | 20 | 7,6 | 16,0 |
| 155,14 | 6 | 2,3 | 18,3 |
| 181,00 | 28 | 10,6 | 28,9 |
| 217,20 | 24 | 9,1 | 38,0 |
| 271,50 | 59 | 22,4 | 60,5 |
| 316,75 | 1 | 0,4 | 60,8 |
| 362,00 | 45 | 17,1 | 77,9 |
| 422,33 | 1 | 0,4 | 78,3 |
| 506,80 | 7 | 2,7 | 81,0 |
| 543,00 | 21 | 8,0 | 89,0 |
| 603,33 | 1 | 0,4 | 89,4 |
| 633,50 | 12 | 4,6 | 93,9 |
| 844,67 | 12 | 4,6 | 98,5 |
| 905,00 | 1 | 0,4 | 98,9 |
| 1086,00 | 1 | 0,4 | 99,2 |
| 1267,00 | 2 | 0,8 | 100,0 |
| Total | 263 | 100,0 | |

Fonte: elaboração da autora

4 – Situação Conjugal dos beneficiários PNAES da amostra

| Situação Conjugal | Frequência | Porcentagem |
|-------------------|------------|-------------|
| Não, mas já viveu | 8 | 3,0 |
| Nunca viveu | 219 | 83,3 |
| Sim | 36 | 13,7 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: elaboração da autora.

5- Quantidade de filhos dos beneficiários PNAES da amostra

| Quantidade de Filhos | Frequência | Porcentagem |
|----------------------|------------|-------------|
| Nenhum | 243 | 92,4 |
| 1 | 12 | 4,6 |
| 2 | 8 | 3,0 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: elaboração da autora

6 – Composição Familiar dos beneficiários PNAES da amostra

| Núcleo Familiar | Frequência | Porcentagem |
|-----------------|------------|-------------|
| 1 | 11 | 4,1 |
| 2 | 33 | 12,5 |
| 3 | 67 | 25,5 |
| 4 | 83 | 31,6 |
| 5 | 39 | 14,8 |
| 6 | 18 | 6,8 |
| 7 | 8 | 3,0 |
| 8 | 2 | 0,8 |
| 9 | 2 | 0,8 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: elaboração da autora

7 – Escolaridade da Mãe dos Beneficiários PNAES da amostra

| Escolaridade da Mãe | Frequência | Porcentagem |
|---|-------------------|--------------------|
| alfabetizado | 17 | 6,5 |
| curso técnico de nível médio completo | 3 | 1,1 |
| fundamental completo | 18 | 6,8 |
| fundamental incompleto | 74 | 28,1 |
| médio completo | 82 | 31,2 |
| médio incompleto | 19 | 7,2 |
| pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) | 11 | 4,2 |
| sem instrução | 18 | 6,8 |
| superior completo | 15 | 5,7 |
| superior incompleto | 6 | 2,3 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: elaboração da autora

8- Escolaridade do Pai dos beneficiários PNAES da amostra

| Escolaridade do Pai | Frequência | Porcentagem |
|---|-------------------|--------------------|
| alfabetizado | 22 | 8,4 |
| fundamental completo | 34 | 12,9 |
| fundamental incompleto | 90 | 34,2 |
| médio completo | 52 | 19,8 |
| médio incompleto | 25 | 9,5 |
| pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) | 1 | 0,4 |
| sem instrução | 20 | 7,6 |
| superior completo | 9 | 3,4 |
| superior incompleto | 10 | 3,8 |
| Total | 263 | 100,0 |

Fonte: elaboração da autora

ANEXO 1 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA SELEÇÃO DOS PROGRAMAS DA DAE/PROAES

Deverá ser apresentada a CÓPIA da documentação:

DO CANDIDATO E DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO MAIORES DE 18 ANOS:

- RG, CPF;
- Carteira de Trabalho (cópia e original). Cópia frente e verso da folha de rosto e da última folha do contrato de trabalho ainda que esta esteja em branco;
- O último contracheque;
- Contas de água E luz atualizadas;
- Declaração completa do Imposto de Renda atualizada (se declarante);
- Em caso de falecimento de um dos membros da família o (a) estudante deverá trazer a cópia da certidão de óbito;
- Caso a família seja beneficiária do Programa Bolsa Família o estudante deverá apresentar a Cópia do cartão e do último extrato de recebimento;
- Caso algum membro da família possua bolsa (iniciação científica, da biblioteca, estágio ou similares), trabalho informal (autônomo) ou que não possua qualquer atividade remunerada deverá apresentar a **AUTODECLARAÇÃO** de renda conforme modelos em anexo.
- Os desempregados deverão apresentar a rescisão do último contrato de trabalho e o extrato do seguro desemprego e a **AUTODECLARAÇÃO** caso não possua atividade remunerada;
- Caso a família resida em casa alugada o estudante deverá apresentar o contrato e o último recibo de aluguel;
- Nota de classificação do vestibular (para os estudantes novatos) ou
- Histórico escolar (para estudantes veteranos) e comprovante de matrícula;
- Ficha 19 (conclusão do ensino médio);
- **Relato familiar contendo as seguintes informações:**
 - Estado civil do estudante;
 - Que meio de transporte o estudante utiliza para chegar à universidade e qual o gasto mensal com passagens;
 - Se o estudante tem filhos;
 - Se o estudante ou algum membro da família possui algum tipo de bolsa da UFPE (o que faz e onde realiza as atividades da bolsa);
 - Se o estudante mora com os pais (caso não more, relatar com quem mora e por que);
 - Se os pais vivem juntos ou separados, (se separados qual a sua relação com o qual não reside);
 - Quem mantém financeiramente a família;

- A profissão e a renda de cada membro da família;
- Se há pessoa com deficiência física ou transtorno mental no domicílio em que reside e se recebe benefício por conta da doença;
- Se o estudante ou algum membro da família recebe ou paga pensão alimentícia;
- Se há membro da família com o qual reside com algum problema de saúde;
- Como são distribuídos os gastos dos residentes da casa (moradia, alimentação, saúde, transporte, educação);
- Como é a relação de convivência entre os membros da família;
- O motivo pelo qual está solicitando o auxílio.

DOS COMPONENTES DA FAMILIA MENORES DE 18 ANOS:

- Xerox da Certidão de Nascimento ou RG.

Para os PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS/TRABALHADOR INFORMAL: Declaração em modelo próprio contendo os seguintes dados:

- Identificação (Nome, RG, CPF e endereço);
- O que faz e onde;
- Qual a média de renda mensal – utilizando os rendimentos dos últimos quatro meses para encontrar a média.

Em caso de comerciante com estabelecimento próprio acrescentar a cópia:

- Alvará de funcionamento fornecido pela prefeitura;
- Comprovante de pagamento do INSS do último mês.

Para os PROPRIETÁRIOS RURAIS: Declaração fornecida pelo contador ou sindicato rural informando:

- Identificação do proprietário (Nome, CPF, RG e endereço);
- Identificação da propriedade (área e endereço);
- Como utiliza a terra (o que produz e qual a renda mensal).

Para os APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS:

- Declaração do INSS contendo: número do benefício, do que se trata o benefício e o valor do mesmo (poderá ser impresso na internet no endereço eletrônico <http://www010.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html>, mas **não** poderá ser saldo bancário);
- Caso o aposentado e/ou pensionista exerça alguma atividade remunerada, deverá apresentar a documentação comprobatória.

Para FILHOS DE PAIS SEPARADOS:

- Apresentar termo de separação homologada pelo juiz;

- Caso não tenha sido concluído o processo de separação, apresentar declaração do juiz informando o valor da pensão ou **AUTODECLARAÇÃO** da genitora ou do genitor (contendo o tempo que estão separados e o valor da pensão alimentícia);
- Caso não esteja recebendo pensão, deverá apresentar declaração comprobatória expedida pelo juiz ou **AUTODECLARAÇÃO** da genitora ou do genitor (contendo o tempo que estão separados e que não recebe pensão alimentícia).